ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Relatório *Anual*

2024 Análise do setor e das atividades

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Relatório *Anual*

2024 Análise do setor e das atividades

Equipe responsável 2024

Murillo Barbosa
Diretor-Presidente

Gabriela Costa
Diretora Executiva

Aline Borges
Coord. de Administração e Finanças

Ana Paula Gadotti
Gerente Técnica

Bárbara Rosa
Coord. de Pesquisa e Desenvolvimento

Rafaela Brandão
Coordenadora Jurídica

Tathiane Mesquita
Coordenadora de Comunicação

Brenda Martins
Secretária Executiva

Joelma Miranda
Analista de Pesquisa e Desenvolvimento

Willian Soares
Analista Jurídico

Fabrício Freitas
Analista de Comunicação

Ana Clara
Estagiária

RESUMO

O Relatório de Atividades da ATP traz um conjunto de dados e informações referentes à gestão da entidade em 2024, além de análises do setor e descrição das atividades desempenhadas.

SUMÁRIO

1. A ATP 7

1.1 História da ATP 8
1.2 Colaboradores 9
1.3 Conselho Diretor 10

2. Análise Setorial 13

2.1 Cenário Econômico Nacional e Mundial 14
2.2 Análise do Setor Portuário 17
2.3 Análise por Perfil de Carga 19
2.4 Análise Regional 20
2.5 Navegação e Sentido de Carga 23
2.6 Indicadores de Eficiência 24
2.7 Responsabilidade Socioambiental 26
2.8 Investimentos no Setor 27
2.9 Perspectivas para 2025 27
2.10 Estatísticas da ATP 28
2.11 Análise política 29

3. Atividades Internas 31

3.1 Frentes de Trabalho 32
3.2 Diretoria Executiva 34
3.3 Coordenadoria de Administração e Finanças 43
3.4 Coordenadoria de Comunicação 47
3.5 Coordenadoria Jurídica 51
3.6 Coordenadoria de Pesquisa e Desenvolvimento 54
3.7 Relações Governamentais e Institucionais (RIG) 56

4. Comitês 65

4.1 Comitê de Comunicação 66
4.2 Comitê Jurídico 67
4.4 Comitê de Segurança 73
4.5 Comitê de Sustentabilidade 76

5. Grupos de Trabalho 83

5.1 GT Comissão de Juristas 84
5.2 GT Contêiner 85
5.3 GT Barra Norte – Projeto Barra Norte 86
5.4 GT de Praticagem 88

7. CENTRAR (Centro de Apoio Regional) 91

6.1 CENTRAR/Nordeste 92
6.2 CENTRAR/Norte 93
6.3 CENTRAR/ES 94
6.4 CENTRAR/RJ 96
6.5 CENTRAR/SP 98

8. Eventos 101

7.1 Premiações e Homenagens 102
7.2 Visitas às Associadas 105
7.3 Eventos Patrocinados/Apoiados 108
7.4 Eventos do Setor 114
7.5 Eventos da ATP 119

1

EDGE (SP)

A ATP

ATP

1

A ATP

1.1 História da ATP

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) foi criada em 24 de outubro de 2013 para representar os interesses e atuar em defesa do segmento portuário privado e na modernização dos portos brasileiros. Atualmente, representa 35 empresas de grande porte e congrega 69 terminais autorizados e registrados do país. Juntos, nossos terminais são responsáveis por quase 60% da movimentação portuária nacional.

A ATP tem como foco o trabalho de articulação constante com o governo e com entidades públicas e privadas para garantir segurança jurídica e um ambiente de negócios favorável ao investimento. Promove a participação ativa do empresariado em discussões técnicas e jurídicas, contribuindo com a elaboração de políticas e a regulação setorial, e com o desenvolvimento nacional.

Missão

Representar os terminais portuários privados, buscando o desenvolvimento de um ambiente favorável ao investimento e à competitividade do setor.

Visão

Ser referência para o desenvolvimento da infraestrutura portuária.

Valores

- Valorização profissional;
- Ética e transparência;
- Responsabilidade socioambiental;
- Excelência empresarial;
- Comprometimento e agilidade.

A filiação, em 2016, ao Sistema SEST/SENAT, da Confederação Nacional do Transporte (CNT), resultou na cessão, por comodato, da sede da ATP, situada no Edifício Clésio Andrade, no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 01, Bloco J, Torre B, 7º andar, sala 701, CEP: 70.070-944. Houve uma remodelação na sede da ATP em 2022.

1.2 Colaboradores

Em janeiro de 2024, foi realizada a contratação de uma nova secretária para ATP, Brenda dos Santos, em função da promoção da antiga secretária, Joelma Miranda, para analista técnica de pesquisa e desenvolvimento. Em junho, o estagiário Fabrício Freitas foi contratado como analista de comunicação.

Na 74ª Reunião do Conselho Diretor, foi aprovada a contratação de Gabriela Costa para assumir o cargo de diretora executiva da ATP. Sua posse ocorreu no dia 02 de setembro de 2024.

Gabriela assumiu a Diretoria após deixar a Secretaria Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). Com vasta experiência no setor portuário, a chegada dela colaborará com o crescimento e fortalecimento institucional da ATP.

Em outubro, foi feita a contratação de Willian Soares para assumir o cargo de analista jurídico. Diante do exposto, a ATP finalizou o ano de 2024 com o seguinte organograma.

Continuamos com foco nas ações de endomarketing, com o intuito de melhorar a imagem da Associação entre os seus colaboradores, culminando em uma equipe motivada e na redução do turnover. Realizaram-se ações internas em datas comemorativas, como Dia da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Secretária, Aniversário da ATP e Natal.

MEMBROS TITULARES

VALE
Roberto Pinto de Almeida – Presidente

PORTO SUDESTE
Ulisses Oliveira - Vice-Presidente

GERDAU: **Marco Antônio Pimenta dos Santos**

TRANSPETRO: **Pedro Modenesi**

SUZANO: **Patricia Dutra Lascosque**

PORTONAVE: **Osmari de Castilho Ribas**

DP WORLD: **Marcos de Santis**

HBSA: **Francisco Cortinas Albuquerque**

PORTO DO AÇU: **Caio Cunha**

USIMINAS: Eduardo **Alberto Ferreira Filho**

CARGILL: **Sandra Silva**

LDC: **George Alberto Takahashi**

AMAGGI/HERMASA: **Ricardo Tomczyk**

MEMBROS SUPLENTES

SAMARCO: **Marco Antônio Gamaro**

MRN: **Paulo Ricardo Maretti Mira**

PORTO ITAPOÁ: **Ricardo Arten Gorzelark**

PETROBRAS: **Danilo Souza Chaves**

PORTOCEL: **Alexandre Billot Mori**

TERNIUM: **Amanda Andrade Moreira**

ALCOA: **Luiz Eduardo M. F. Saraiva**

VLI: **Eduardo Azevedo De Paula**

ARCELORMITTAL: **Marcos Antônio França Ferreira**

ALEMOA: **João Maria Possolo d'Orey Menano**

TGPM: **Rodrigo Abreu Rezende de Morais**

COTEGIPE: **Jorge Humberto Pessôa Lopes**

Composição do Conselho Fiscal da ATP

Conselheiro-presidente: **Rodrigo Abreu — TGPM**
Conselheiro: **Anderson Carvalho — IMETAME**
Conselheiro: **Luiz Eduardo Saraiva — ALCOA**

Associadas

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Alcoa
alemoa
ALISEO
ALUMAR
AMAGGI
APM TERMINALS
Lifting Global Trade
ArcelorMittal
atem
BUNGE
Cargill
PORTO COTEGIPE
DP WORLD
EDGE
FERROPORT
GERDAU
Hidrovias do Brasil
IMETAME
LOGÍSTICA PORTO
LDC.
Louis Dreyfus Company
MRN
Mineração Rio do Norte
pecem
COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO
BR
PETROBRAS
PORTOCEL
Porto Chibatão
PORTO DO AÇU
porto itapoá
PORTONAVE
portosudeste
SAMARCO
suzano
Ternium
TGPM
TERMINAL DE GRÃOS PONTA DA MONTANHA
BR
TRANSPETRO
USIMINAS
VALE
VLI
Valor da Logística Integrada

Conheça a ATP

2

Terminal de Grãos Ponta da Montanha - TGPM (PA)

Análise Setorial

ATP

2

Análise Setorial

2.1 Cenário Econômico Nacional e Mundial

O ano de 2024 foi marcado por desafios significativos para a economia brasileira, refletindo um cenário de flutuações tanto do mercado interno quanto do contexto global. Entre os principais fatores que influenciaram o desempenho econômico, destaca-se a expressiva desvalorização do real em relação ao dólar, com a moeda norte-americana atingindo patamares historicamente elevados, não observados desde a implementação do Plano Real. Esse movimento cambial contribuiu significativamente para o aumento da inflação.

No âmbito da política monetária, o Banco Central adotou a postura de elevação da taxa Selic como medida para conter as pressões inflacionárias. No entanto, enquanto no Brasil os juros foram elevados, em outras economias, como nos Estados Unidos, a tendência era de corte dos juros.

A adoção de medidas como a venda de dólares pelo Banco Central e o aumento da taxa básica de juros não foi suficiente para conter o fluxo de saída de investidores do mercado brasileiro, evidenciando um ambiente de incerteza e aversão ao risco.

A saída de investidores gera impactos diretos sobre a infraestrutura do país. O setor portuário, especificamente, sente os reflexos desse movimento desde a pandemia de Covid-19, o que tem afetado a realização de obras para novas instalações e a ampliação das já existentes. A redução dos investimentos compromete a modernização e a eficiência logística, gerando desafios adicionais para a competitividade do comércio exterior brasileiro.

O cenário enfrentado pelas principais atividades econômicas brasileiras também foi desafiador. O agronegócio, um dos principais motores da economia nacional, sofreu com a queda nos preços das ***commodities*** agrícolas e com eventos climáticos extremos, que impuseram dificuldades adicionais à produção. Chuvas excessivas no Rio Grande do Sul afetaram a colheita e a logística de escoamento, ao passo que secas severas, acompanhadas de queimadas no Norte, Centro-Oeste e Sudeste, comprometeram a produtividade e elevaram os custos operacionais. Esse contexto adverso gerou incertezas no setor e pressionou os resultados financeiros das empresas agroindustriais.

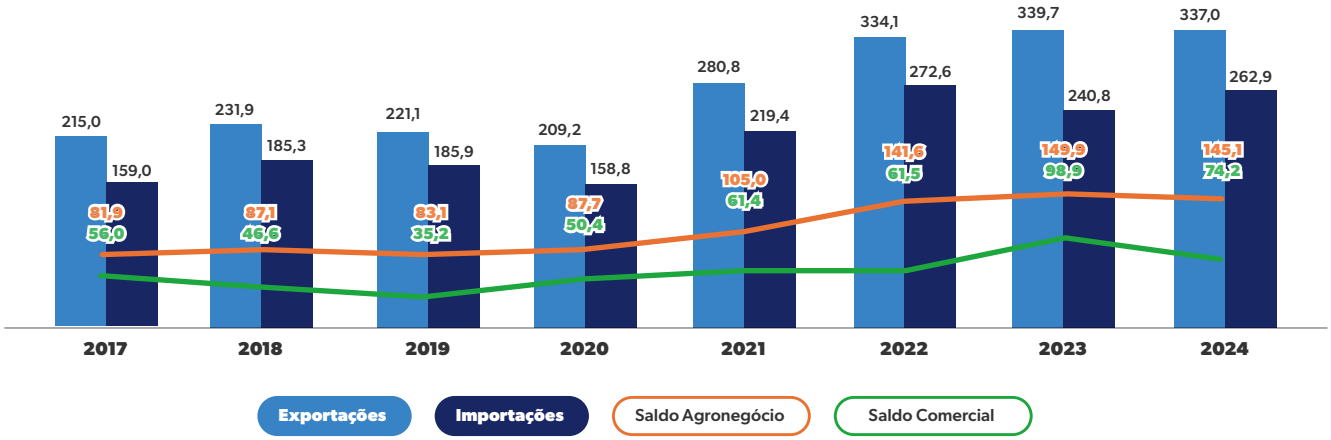
O setor mineral também foi afetado com a baixa dos preços das ***commodities***, em razão da demanda enfraquecida devido aos altos estoques na China, principal importador da mercadoria brasileira.

Tais fatores influenciaram para que a balança comercial brasileira (diferença entre o total exportado e importado) apresentasse queda de 24,6%, atingindo o superávit US$ 74,1 bilhões em valor FOB (***Free On Board***), enquanto em 2023 o superávit foi de US$ 98,9 bilhões.

O aumento significativo das importações (+9,2%) também foi um dos fatores determinantes para a queda do superávit. Guiado pela ampliação da quantidade importada de maquinários (+28,9%) e de automóveis (+25,4%).

O Gráfico 1 apresenta as exportações e importações do Brasil, com os saldos da balança comercial e do agronegócio. Os números mostram que o comércio brasileiro ainda é muito dependente das exportações de ***commodities*** e pouco competitivo no mercado de produtos manufaturados e de maior valor agregado.

Gráfico 1 – Evolução das exportações e importações no Brasil



Fonte: Comex Stat e AgroStat – 20/02/2024. Elaboração: ATP.

2.1.1 O Comércio por Vias Marítimas

A análise da corrente de comércio brasileira demonstra que a via marítima é a mais expressiva, com participação em 82,2% de todas as transações de 2024, em US$ FOB. As exportações por via marítima totalizaram US$ 298,1 bilhões, e as importações, US$ 194,7 bilhões. O resultado é um superávit de US$ 103,3 bilhões.

Os combustíveis minerais, as sementes e frutos oleaginosos, como a soja, e os minérios foram as mercadorias com maior expressividade em termos monetários nas exportações brasileiras por via marítima, conforme apresentado na Figura 1. As três mercadorias juntas possuem participação de 44,6% no total exportado em valor FOB.

Figura 1 – Principais Mercadorias Exportadas – US$ FOB marítimo

Combustíveis

Valor FOB:
US$ 54,5 bilhões

Crescimento:
+4,31%

Principais destinos:
China, EUA e Singapura

Soja

Valor FOB:
US$ 43,7 bilhões

Crescimento:
-17,5%

Principais destinos:
China, Espanha e Tailândia

Minérios

Valor FOB:
US$ 34,7 bilhões

Crescimento:
-0,03%

Principais destinos:
China, Malásia e Japão

Fonte: Comex Stat – 20/02/2024. Elaboração: ATP.

Apesar do valor médio do combustível mineral ter caído 3,4%, o aumento do volume exportado em toneladas cresceu significativamente (+8%), atingindo 106,5 milhões de toneladas exportadas por via marítima, e fazendo com que a receita de exportações com combustíveis crescesse em 4,3% em relação a 2023.

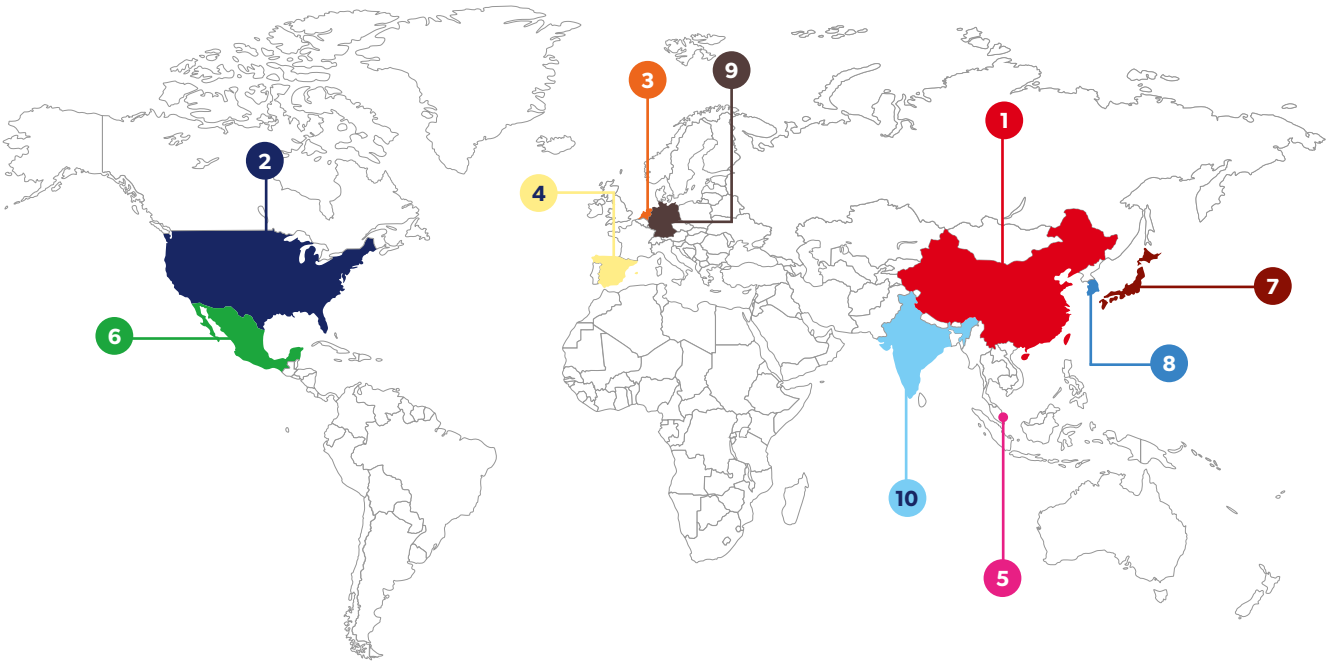
Os preços médios da soja e do minério também tiveram queda significativa, com redução de -16,5% no primeiro e -2,9% no segundo. No entanto, o aumento do volume exportado de minério (+3%) fez com que a receita adquirida por essa *commodity* não sofresse grandes alterações. Isso não foi observado com a soja, que, além da queda do preço médio, também obteve redução (-1,1%) no volume exportado.

O café e as pastas de madeira (celulose) foram os grandes destaques das exportações nacionais em 2024. As exportações de café cresceram em 52,7% (US$ 11,5 bilhões), alavancadas tanto pelo aumento do preço médio quanto pelo aumento da demanda externa.. Já a exportação de celulose cresceu em 34,3%, puxada principalmente pela alta dos preços no mercado, chegando ao valor de US$ 10,4 bilhões exportados.

2.1.2 Principais Destinos das Mercadorias Nacionais

O mapa a seguir traz os principais destinos das mercadorias exportadas pelo Brasil por via marítima, assim como o total exportado em US$ FOB e o crescimento ou a queda em relação ao ano de 2023. Observa-se que a China continua sendo o principal parceiro econômico brasileiro, seguida dos Estados Unidos. A Holanda é o terceiro maior destino, no entanto, cumpre destacar que o país funciona como centro de distribuição para Europa. A título de conhecimento, ao longo de 2024, o porto de Rotterdam movimentou 435,8 milhões de toneladas.

Figura 2 – Principais destinos das exportações marítimas brasileiras (FOB)



1 **China** - US$ 94 bilhões
-9,7% ↓

2 **EUA** - US$ 34,6 bilhões
+8,5% ↑

3 **Holanda** - US$ 11,4 bilhões
-3,8% ↓

4 **Espanha** - US$ 9,6 bilhões
+29% ↑

5 **Singapura** - US$ 7,6 bilhões
+3,9% ↑

6 **México** - US$ 7,3 bilhões
-8,7% ↓

7 **Japão** - US$ 5,4 bilhões
-16,7% ↓

8 **Coreia do Sul** - US$ 5,2 bilhões
-2,3% ↓

9 **Alemanha** - US$ 5,2 bilhões
+2,3% ↑

10 **Índia** - US$ 5 bilhões
+17,8% ↑

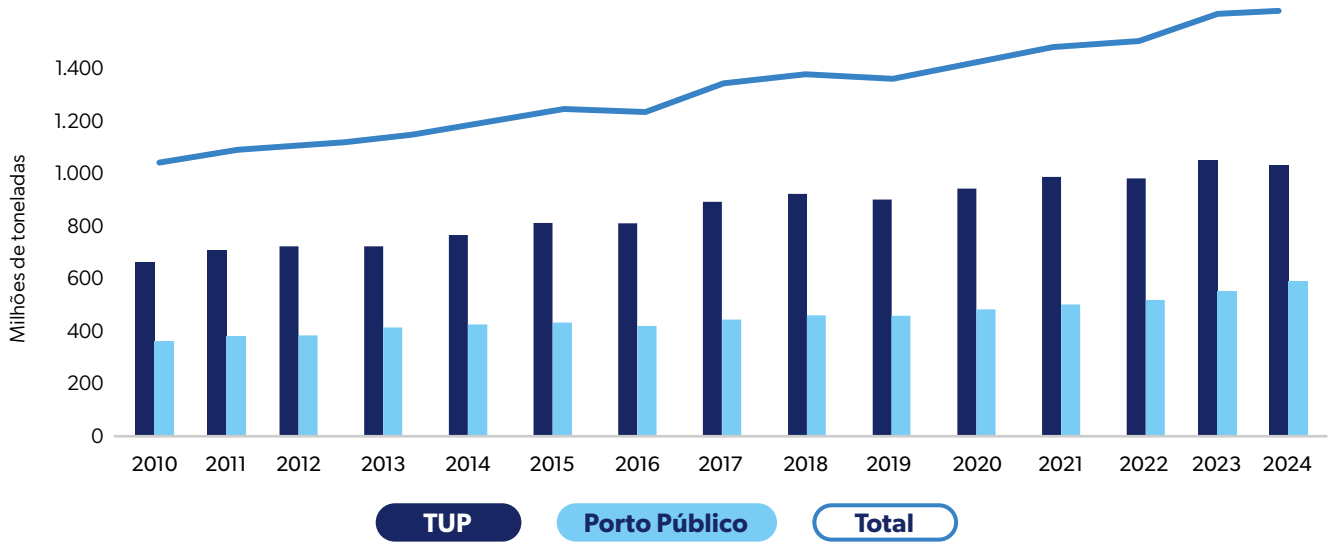
2.2 Análise do Setor Portuário

Com base em dados oficiais divulgados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAq), o sistema portuário brasileiro testemunhou movimentação expressiva de 1.320.363.099 toneladas durante o ano de 2024. Esse número reflete crescimento de 1,2% em comparação com o ano anterior, impulsionado principalmente pelo aumento na movimentação contêiner e carga geral.

A movimentação dos terminais de uso privado (TUP) e das estações de transbordo de carga (ETC) permaneceu basicamente estável quando comparada com o ano anterior (-0,9%), com um total de 845,9 milhões de toneladas ao longo de 2024. Assim, os terminais privados mantêm sua posição de destaque, sendo responsáveis por 64% da movimentação portuária nacional. Paralelamente, os portos organizados também contribuíram substancialmente para esse desempenho, registrando movimentação de 474,3 milhões de toneladas, com crescimento de 5,13%.

O Gráfico 2 mostra a evolução da movimentação portuária desde 2010. Nota-se que, antes mesmo da Lei nº 12.815/2013, a Nova Lei dos Portos, os terminais privados já eram responsáveis por quase dois terços da movimentação portuária brasileira.

Gráfico 2 – Evolução da movimentação portuária nacional



Fonte: Anuário Estatístico ANTAq – 24/02/2024. Elaboração: ATP.

A Tabela 1 apresenta o ranking de movimentação de carga nos TUP, em toneladas, e a variação percentual de 2023 para 2024. Das 25 instalações que compõem a listagem, 23 são de empresas associadas à ATP. Essas 23 empresas juntas movimentaram 701,2 Mt, o que corresponde a 53,1% do total movimentado pelo sistema portuário nacional.

Tabela 1 – TOP 25 maiores movimentações de terminais autorizados

Ranking	Terminal	Movimentação	Crescimento
1	Terminal Marítimo de Ponta da Madeira	175.777.453,	5,68%
2	Terminal de Tubarão	77.421.174,6	1,87%
3	Terminal Aquaviário de Angra dos Reis	62.721.203,2	-1,49%
4	Terminal Aquaviário de São Sebastião (Almirante Barroso)	53.307.534,7	-7,32%
5	Terminal de Petróleo TPET/TOIL – Açu	50.107.036,2	-13,07%
6	Terminal da Ilha Guaíba – TIG	32.133.788,	8,84%
7	Porto Sudeste do Brasil S/A	24.719.163,8	-9,78%
8	Porto do Açu – Terminal de Minério	24.686.388,	2,67%
9	Terminal Aquaviário de Madre de Deus	20.806.845,8	-0,62%
10	Terminal Portuário do Pecém	19.042.334,1	11,61%
11	Terminal Aquaviário da Ilha D'Água	15.786.396,8	-4,39%
12	DP World Santos	15.383.302,6	13,98%
13	Terminal Portuário Privativo da Alumar	14.055.544,9	5,21%
14	Porto Itapoá Terminais Portuários	13.606.084,8	16,03%
15	Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita – TIPLAM	13.475.035,9	1,78%
16	Terminal Trombetas	13.051.333,	3,53%
17	Portonave – Terminais Portuários de Navegantes	12.731.410,3	-10,56%
18	Terminal Aquaviário de Osório	11.681.639,4	9,38%
19	Terminal Vila do Conde	11.518.133,2	-7,79%
20	Terminal de Praia Mole	10.381.990,9	-0,67%
21	Terminal Marítimo Ponta Ubu	9.830.558,9	5,58%
22	Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul	9.603.120,2	-9,89%
23	Terminal Graneleiro Hermasa	9.380.957,8	-17,53%
24	Terbian – Terminal Bianchini	8.078.552,2	-1,37%
25	Terminal Portuário Graneleiro de Barcarena	7.827.146,2	-7,48%

Nota: A análise estatística do Relatório Anual da ATP foi elaborada em fevereiro de 2025, com base nos dados disponíveis à época, incluindo os crescimentos discriminados pelo estatístico da ANTAq. No entanto, em abril de 2025, foi registrado um reajuste significativo nos dados de movimentação portuária de 2024 do Terminal de Minério do Porto do Açu, que passou a contabilizar 25.014.985 toneladas movimentadas, elevando-o à 7ª posição no ranking nacional.

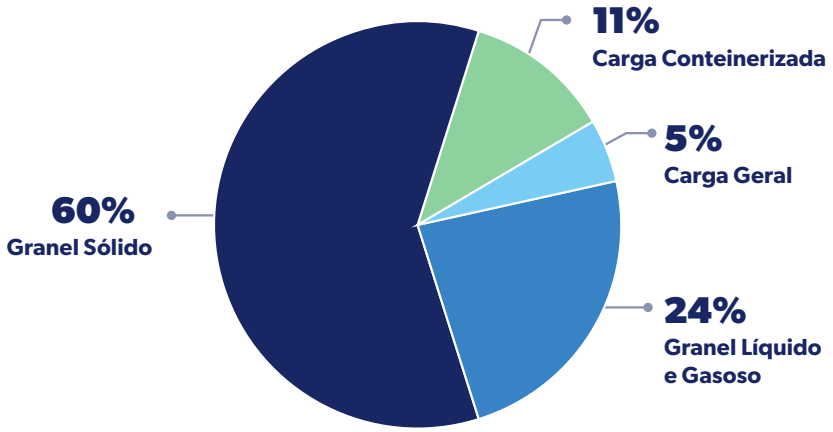
Fonte: Anuário Estatístico ANTAq – 24/02/2024. Elaboração: ATP.

O **Porto Itapoá**, a **DP World** e o **Porto de Pecém** foram os terminais que obtiveram o maior crescimento percentual, os três com crescimento superior a 10%. A evolução fez com que o Porto Itapoá fosse da 18ª posição para a 14ª. Já a DP World saiu da 13ª para a 12ª posição, e o Porto de Pecém permaneceu entre os 10 terminais com maiores movimentações entre os TUP.

2.3 Análise por Perfil de Carga

O mercado portuário brasileiro se caracteriza pela preponderância da movimentação de granéis sólidos (como minério, soja e milho) e granéis líquidos (como combustíveis). Juntos, esses perfis de carga são responsáveis por 84% da movimentação portuária nacional.

Gráfico 3 – Movimentação por perfil



Fonte: Anuário Estatístico ANTAq – 24/02/2024. Elaboração: ATP.

Contudo, ao longo dos anos, é possível observar o gradual crescimento das mercadorias conteinerizadas. Em 2010, a movimentação de contêineres detinha uma parcela de 8,8% do comércio portuário em toneladas. Atualmente, a movimentação de contêiner já abarca 11,6% do total transitado entre os terminais.

Esse avanço na participação dos contêineres no comércio portuário também se reflete nos dados mais recentes de 2024. A carga conteinerizada e a carga geral foram os perfis de mercadoria com destaque, apresentando crescimento de 20% e 6,7%, respectivamente.

O transporte de contêiner cresceu tanto para a navegação por longo curso (+17,5%) quanto para a navegação por cabotagem (+26,8%), sendo os compostos organo-inorgânicos, como inseticidas organofosforados, as mercadorias mais movimentadas por contêiner, atingindo 7,7 milhões de toneladas, com o crescimento de 58,9%. O café também está entre os destaques na movimentação via contêiner, com crescimento de 29,8%.

Sobreleva observar que os contêineres do tipo ***high cube*** foram os que mais cresceram em utilização, com aumento de 36,6%. Esses contêineres são utilizados, geralmente, para transportar remessas maiores, com altura que ultrapassa os limites do contêiner tradicional.

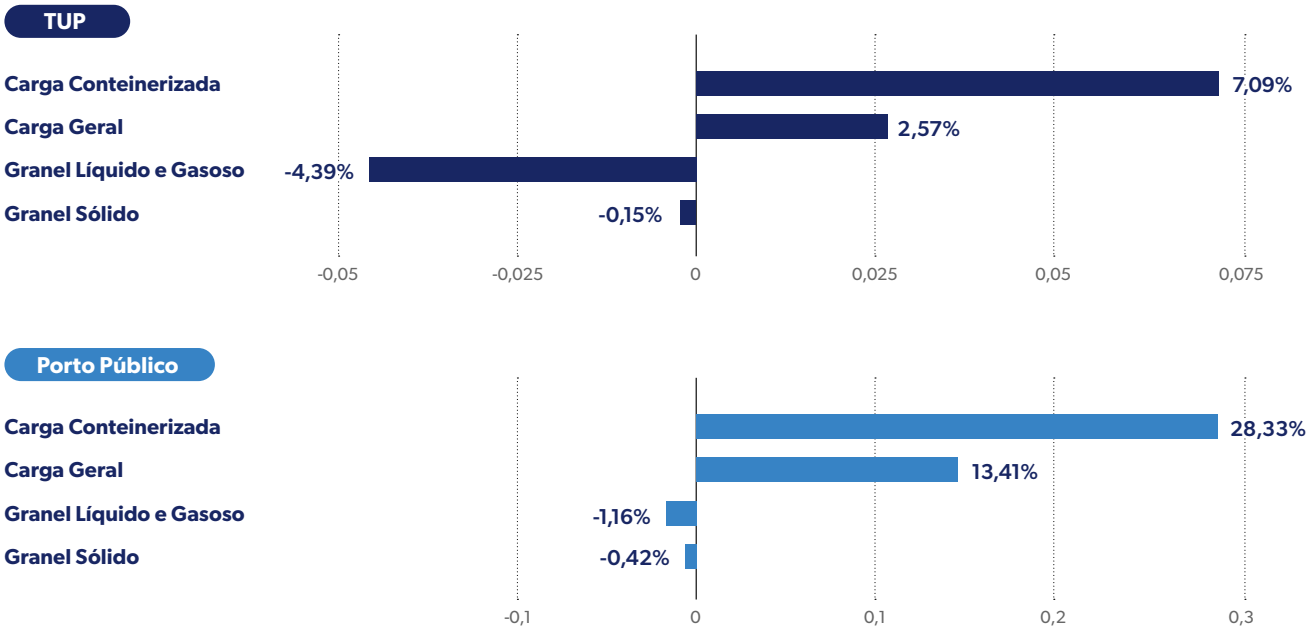
Entre os TUP que evidenciaram maior crescimento na movimentação de contêiner, com mais de 1 milhão de TEUs transitando por suas instalações, estão o Terminal da **DP World** (+13,6%), em Santos/SP, e o **Porto Itapoá** (+12,65%), em Itapoá/SC.[1]

No âmbito da movimentação de carga geral, reatores, caldeiras e máquinas, como centrifugadores, foram as cargas que mais influenciaram o aumento do perfil, com crescimento de mais de 300%, seguidas pela celulose, que progrediu em 4,8%.

Os Gráficos 4 e 5 trazem o crescimento por perfil de carga de acordo com o tipo de instalação. Nota-se que tanto os terminais de uso privado quanto os portos organizados obtiveram queda na movimentação de granel sólido e granel líquido e gasoso.

1 A análise estatística do Relatório Anual da ATP foi elaborada em fevereiro de 2025, considerando os dados disponíveis até aquele momento, incluindo os crescimentos indicados pelo estatístico da ANTAq. Contudo, em abril de 2025, foi identificado um reajuste significativo nos dados de movimentação portuária de 2024 referentes à DP World e ao Porto Itapoá, que passaram a registrar crescimentos de 14,5% e 16%, respectivamente.

Gráficos 4 e 5 – Crescimento por perfil de carga e tipo de instalação



Fonte: Estatístico Aquaviário ANTAq – 27/02/2024. Elaboração: ATP.

2.4 Análise Regional

Ao longo do ano de 2024, observou-se o aumento da movimentação de cargas em quatro regiões: Nordeste (+3,4%), Sul (+1,8%), Sudeste (+0,8%) e Norte (+0,3%). Já a movimentação da região Centro-Oeste apresentou queda de 52,4%, em decorrência da seca que afetou o rio Paraguai.

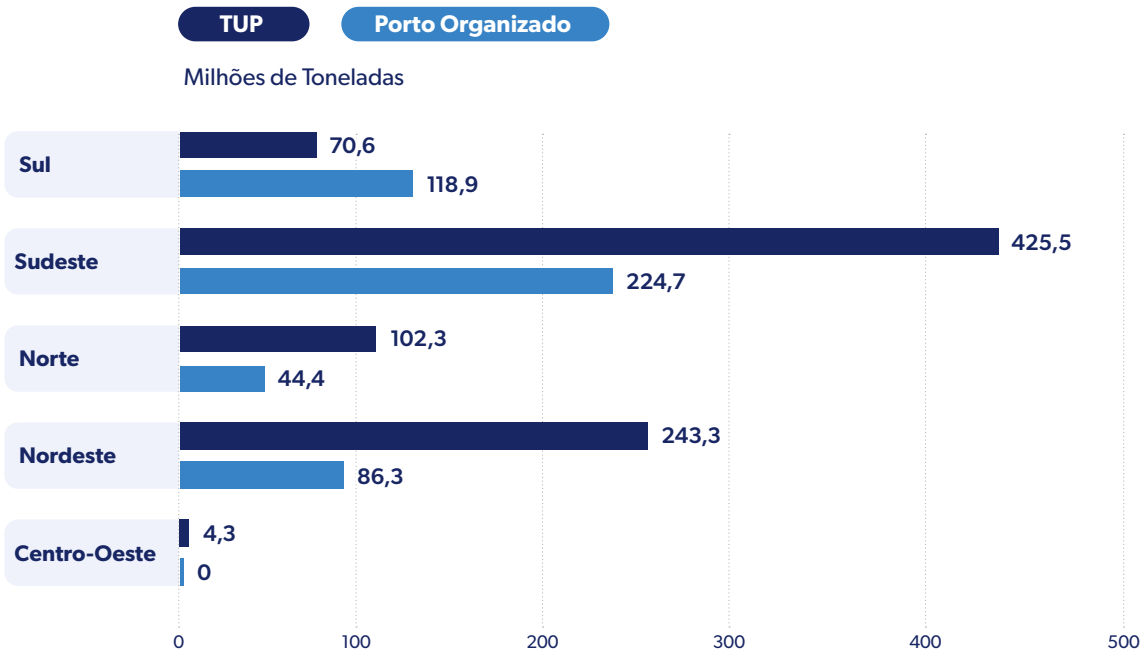
Os maiores impulsionadores do aumento de 3,4% da movimentação na região Nordeste foram os TUP. Os terminais privados da região registraram crescimento de 4,7%, enquanto a movimentação dos portos organizados localizados no Nordeste quase não se alterou.

Entre os terminais de uso privado que movimentaram mais de 1 milhão de toneladas na região, destacam-se o **Porto de Pecém**, com crescimento de 11,6%, e os **Terminais de Ponta da Madeira (Vale)** e **Privativo de Alumar**, com aumento de 5,7% e 5,2%, respectivamente.

Já os portos organizados apresentaram crescimento significativo nas regiões Sudeste (6,6%), Norte (6,2%) e Sul (5,9%). Os portos de São Sebastião e do Rio de Janeiro foram os que apresentaram o maior aumento percentual, com evolução de 52,2% e 39,7%, nessa ordem.

O Gráfico 6 indica as movimentações por região e tipo de instalação entre Portos Organizados e TUP. Cumpre destacar que, com exceção da região Sul, os TUP vêm movimentando mais cargas em todas as regiões.

Gráfico 6 – Movimentação por região e tipo de instalação



Fonte: Anuário Estatístico ANTAq – 01/03/2024. Elaboração: ATP.

A Tabela 2 traz a quantidade, por região, de terminais que movimentaram durante o ano de 2024. Cumpre ressaltar que, atualmente, existem 272 TUP e ETC autorizados, dos quais 215 são operacionais, e outros estão em obras.

Tabela 2 – Quantidade de terminais por região

Região Geográfica	Qtd. TUP	Qtd. Porto Organizado
Centro-Oeste	5	0
Nordeste	19	11
Norte	77	5
Sudeste	44	7
Sul	24	8

Fonte: Anuário Estatístico ANTAq – 01/03/2024. Elaboração: ATP.

Com o advento da Lei nº 12.815/2013, houve aumento significativo do número de instalações portuárias autorizadas com foco na navegação interior, em especial na região Norte, com aumento de 184% no número de instalações operando para esse fim.

Nos últimos anos, observa-se uma mudança de paradigma. O planejamento de transportes no Brasil voltou a enfatizar a importância da intermodalidade, e o transporte hidroviário recupera relevância. A criação, em 2024, da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação, dentro Ministério de Portos e Aeroportos, é um sinal dessa nova visão, assim como os esforços direcionados para estruturar a concessão de rios estratégicos, como parte de uma política mais ampla de fortalecimento do transporte fluvial no país.

Nesse cenário, os TUP se mostram vitais, como elo entre os principais modais de transportes.

2.4.1 Arco Amazônico e Barra Norte[2]

A região do Arco Amazônico, onde se encontram os terminais portuários localizados ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, incluindo os terminais da Baía de Marajó, vem ganhando cada vez mais destaque na movimentação de mercadorias e é um dos principais pontos de escoamento de grãos no país.

Ao longo de 2024, os terminais portuários movimentaram 86,8 milhões de toneladas pelo Arco Amazônico, por longo curso e cabotagem. Nota-se um crescimento de 3,6% da movimentação da região, com destaque para os terminais autorizados, que são responsáveis por 64,4% do total movimentado no Arco.

A Figura 3 traz o mapa com os portos públicos e terminais autorizados a movimentar na região.

Figura 3 – Mapa da região do Arco Amazônico

Fonte: DATaPort.

Outro recorte regional importante é o da Barra Norte, que contempla os terminais que se encontram ao longo das margens do rio Amazonas e seus afluentes. Cumpre ressaltar que, neste Relatório, os terminais localizados na Baía de Marajó não são considerados pertencentes à Barra Norte.

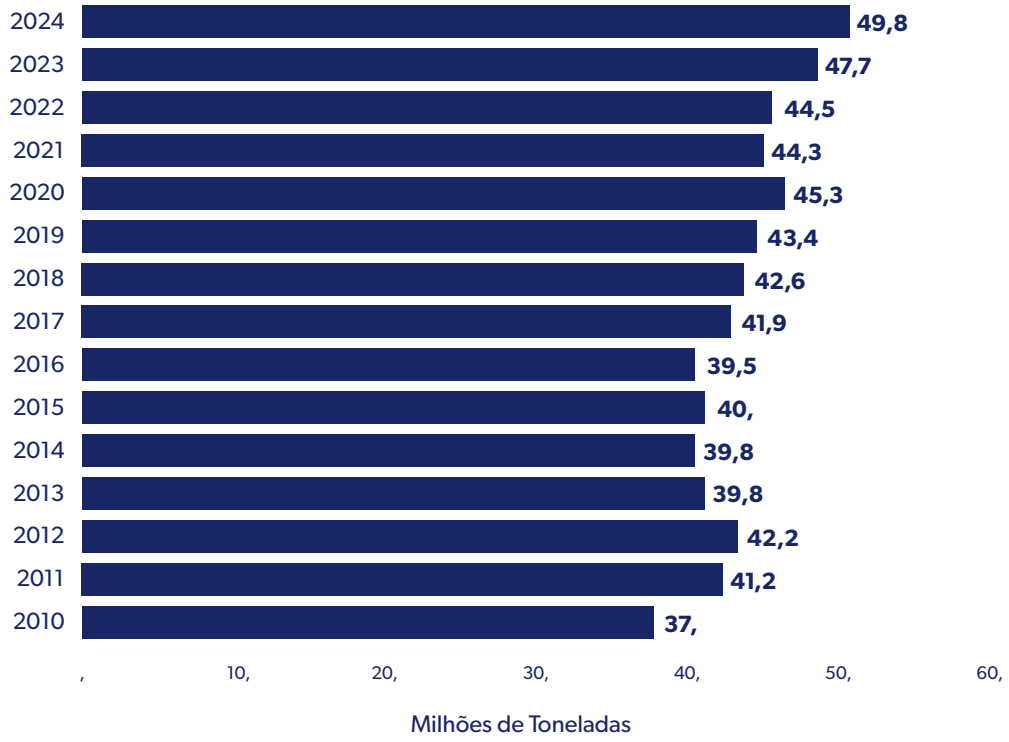
Ao longo de 2024, foram movimentadas 49,7 milhões de toneladas pela Barra Norte (considerando longo curso e cabotagem). A região teve alta de 4,4% em sua movimentação, sendo os TUP responsáveis por 77,2% dessa movimentação.

Destacaram-se com os maiores crescimentos percentuais o Terminal Portuário Novo Remanso (+86,1%) e o Terminal Fluvial de Juruti (+17,6%), da **Alcoa**.

2 A análise da movimentação no Arco Amazônico e na Barra Norte desconsidera a navegação interior para evitar a dupla contagem da mesma carga, pois, por exemplo, a soja que sai de Miritituba por barcaças até Barcarena e depois segue para exportação em navios de longo curso seria contabilizada duas vezes se ambas as etapas fossem incluídas, distorcendo os dados de passagem efetiva de carga pela região.

No relatório de 2023, a seleção do tipo de navegação foi feita por meio do filtro "navegação da atracação", no entanto, depois de análise aprofundada e novos filtros incluídos no anuário estatístico da ANTAq, optou-se por utilizar o filtro "navegação da carga".

Gráfico 7 – Evolução da Movimentação na Barra Norte

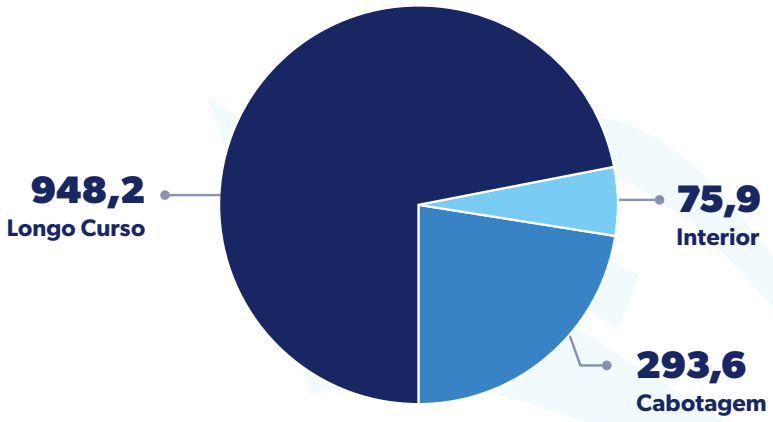


Fonte: DATaPort.

2.5 Navegação e Sentido de Carga

O Gráfico 8 traz a quantidade movimentada de carga em 2024 por tipo de navegação, em milhões de toneladas. A movimentação por longo curso foi a que mais cresceu (+2,3%), seguida pela cabotagem (+0,9%). Já a navegação interior registrou queda significativa de 9,6%, impactada pelo longo período de estiagem e pela lentidão na execução das dragagens de manutenção, que resultou em restrições operacionais e em redução das cargas transportadas.

Gráfico 8 – Movimentação por tipo de navegação



Fonte: Anuário Estatístico ANTAq – 01/03/2024. Elaboração: ATP.

Entre os terminais autorizados, o Terminal Portuário Novo Remanso (+86,1%), o Terminal Portuário do Pecém (+32,4%) e o terminal da **DP World** (+22,5%) foram os que apresentaram maior crescimento percentual da sua movimentação para a navegação de longo curso[3]. Já entre os Portos Organizados, os maiores crescimentos foram do Porto de Antonina (+52,2%) e do Porto de Salvador (+39,9%), seguidos pelo Porto do Rio de Janeiro (+28,4%)[4].

Merece análise particular a redução da movimentação para a navegação interior. A região hidrográfica do Paraguai foi a mais afetada, com redução de 58,2% no total de cargas movimentadas, devido à seca severa e ao aumento dos bancos de areia. As principais cargas afetadas foram os minérios de ferro, movimentados pelo Porto Gregório Curvo, e a soja.

A segunda região hidrográfica mais afetada pela seca foi a do Atlântico Sul, com queda de 6,9%. Essa região abrange os terminais localizados no Rio Grande do Sul, TUP em grande maioria.

As regiões hidrográficas do Paraná e Amazônica também apresentam percentuais de queda similares aos do Atlântico Sul, com -6,8% e -5,7%, respectivamente.

2.6 Indicadores de Eficiência

Os portos são pontos estratégicos da cadeia logística. As demandas do mercado mundial e as exigências de seus clientes reforçam a necessidade de movimentação de cargas de modo econômico e eficiente, diminuindo os gargalos operacionais. Dessa forma, são necessários indicadores que ajudem a analisar a evolução dessa eficiência.

Este Relatório traz a análise do número de atracações e da prancha média dos terminais. O número de atracações permite avaliar o trânsito de navios pelos terminais portuários. Todavia, vale ressaltar que um terminal pode, por exemplo, aumentar a sua capacidade para receber navios maiores e diminuir a necessidade de atracações (a movimentação de cargas feita para dois navios passa a ser feita para apenas um maior, por exemplo).

Ao longo de 2024, foram contabilizadas 81.156 atracações em terminais portuários — aumento de 6,1% em relação a 2023. O aumento do número de atracações ocorre, em especial, para cargas que farão navegação interior (+7,9%) e cabotagem (+7,5%), mas também pode ser observado na navegação para longo curso (+1,75%), conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Atracações e Movimentação por Tipo da Navegação

	Atracação			Movimentação		
Tipo da Navegação	**2023**	**2024**	**Var**	**2023**	**2024**	**Var**
Interior	40.082	43.261	**7,93%**	83.977.845,2	75.930.391,9	**-9,58%**
Cabotagem	15.018	16.148	**7,52%**	290.875.790,8	293.555.008,3	**0,92%**
Longo curso	21.372	21.747	**1,75%**	926.943.342,8	948.172.704,9	**2,29%**

Fonte: Anuário Estatístico ANTAq – 01/03/2024. Elaboração: ATP.

O aumento do número de atracações na navegação interior ocorreu em um contexto de redução na quantidade total de toneladas movimentadas, refletindo a necessidade de mais embarcações para transportar um volume menor de carga. Esse fenômeno está diretamente ligado à seca severa e à falta de dragagem, que restringiram a capacidade de carregamento das embarcações.

Na cabotagem, observou-se um comportamento semelhante, com o crescimento das atracações superando o crescimento da movimentação, reflexo da necessidade de mais embarcações (saindo mais vazias) para movimentar basicamente o mesmo montante de cargas do ano anterior. Um exemplo emblemático desse impacto foi a movimentação de

3 Linha de corte de pelo menos 1 milhão de toneladas movimentadas em ambos os anos.
4 Linha de corte de pelo menos 1 milhão de toneladas movimentadas em ambos os anos; análise também feita para longo curso.

bauxita na região de Trombetas, onde, em 2024, foram necessários 35 navios adicionais para compensar a redução da capacidade de carregamento dos navios Panamax, que operaram com 49% da capacidade reduzida devido ao calado limitado, que atingiu 7,36 metros no período mais crítico.

Já na navegação de longo curso, a correlação entre o número de atracações e o volume movimentado foi mais equilibrada, indicando correlação diretamente proporcional entre a quantidade de navios (atracações) a mais e o aumento das toneladas movimentadas.

A Tabela 4 mostra o *ranking* da produtividade média por carga (prancha média geral), ou seja, quantas toneladas por hora (ou unidades por hora) o terminal é capaz de movimentar, considerando o início da contagem do tempo no momento da atracação. A prancha média geral é um bom indicador para se avaliar a rapidez na operação de um terminal. No entanto, é necessário pontuar que diversos fatores podem afetar a prancha de um terminal ao longo do ano, como, por exemplo, períodos de chuva, em que a operação precisa ser descontinuada.

Tabela 4 – Ranking de produtividade dos terminais

Contêiner	
Nome da instalação	**Unid./Hora**
Portonave	94
Santos – BTP	56,1
Santos Brasil	54,15
Porto Itapoá	51,97
Terminal de Contêiner de Paranaguá	50,69

Granel Líquido	
Nome da instalação	**Ton./Hora**
Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul	4.438,29
Terminal de Petróleo TPET/TOIL – Açu	3.129,21
Terminal Aquaviário de Angra dos Reis	3.073,13
Terminal Aquaviário de Osório	2.426,50
Porto Sudeste do Brasil S/A	2.382,69

Soja – Longo Curso	
Nome da instalação	**Ton./Hora**
TUP Enseada Naval	1.724,42
Porto de Santos – TGG	1.645,27
Terminal Bianchini	1.584,95
Porto de Santos – Cais da Ponta da Praia	1.392,06
Porto de Itaqui – Berço público	1.204,36

Minério	
Nome da instalação	**Ton./Hora**
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (Vale)	5.670,54
CSN Mineração – Itaguaí	5.024,27
Terminal de Tubarão (Vale)	4.405,30
Porto do Açu – Terminal de Minério	3.831,18
Porto Sudeste do Brasil	3.403,79

Pastas de Madeira – Longo Curso	
Nome da instalação	**Ton./Hora**
Terminal de Contêiner de Paranaguá	648,38
Portocel	458,65
DP World Santos	432,32
Itaqui - Berços Públicos	412,44
Paranaguá - Corredor De Fertilizantes	398,19

Soja – Interior	
Nome da instalação	**Ton./Hora**
Estação Cujunbizinho	1.107,47
Cargill Agrícola Miritituba	905,48
Navegações Unidas Tapajós – ETC Miritituba	897,4
Terminal de Expedição de Grãos Portochuelo	894,47
Hidrovias do Brasil Miritituba	875,64

Fonte: Anuário Estatístico ANTAq – 01/03/2024. Elaboração: ATP.

Alguns terminais merecem destaque pela evolução da prancha média geral ao longo de 2024. Entre os terminais de contêiner, a **Portonave** saiu da segunda para a primeira posição, com mudança significativa da sua produtividade, que foi de 58,75, em 2023, para 94 unidades por hora, em 2024. O terminal da BTP também apresentou boa evolução, passando da 5ª para a 2ª posição.

Vale evidenciar também o aumento significativo da prancha média da Estação de Cujunbizinho, que passou de 652,8 para mais de mil toneladas por hora, saindo da 3ª para a 1ª posição, e o crescimento da prancha do **Terminal da Cargill em Miritituba**, que passou de 675,38 para 905,4 toneladas/hora.

2.7 Responsabilidade Socioambiental

Por meio da Resolução nº 2.650/2012, a ANTAq desenvolveu o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), indicador aplicado ao setor portuário, que avalia quatro categorias: econômico-operacional, sociológico-cultural, físico-químico e biológico-ecológico. As avaliações do IDA normalmente são liberadas pela ANTAq seis meses após a conclusão do exercício. Dessa forma, a análise feita tem como base o exercício de 2023.

Entretanto, antes de qualquer avaliação, cabe ressaltar que a metodologia do IDA para os TUP segue uma abordagem distinta daquela aplicada às autoridades portuárias dos portos organizados, com questionários diferentes para cada um.

No exercício de 2023, 111 TUP responderam à pesquisa, representando ampla variedade de terminais, tanto de grande quanto de pequeno porte. Essa diversidade influencia os resultados, levando a uma média geral mais baixa. Já no caso dos portos organizados, 30 autoridades portuárias participaram do levantamento, que é realizado desde 2012, enquanto os TUP passaram a ser avaliados apenas a partir de 2017, o que, de forma análoga, afeta as comparações ao longo dos anos.

Realizadas essas observações iniciais, nota-se a redução da média do IDA tanto nos terminais autorizados, que passam de 58,3 pontos médios para 57, quanto nos portos organizados, cuja média foi de 75,8 em 2023 e 77,1 no ano anterior.

Os TUP vocacionados a movimentar contêiner e granel mineral foram os que obtiveram a maior nota: 84,5 (+1,1%) e 79,4 (+0,9%), respectivamente. Já a menor média foi observada entre os TUP que movimentam carga geral (43,09).

Salienta-se que os terminais autorizados associados à ATP obtiveram média de 68,7 pontos, 20,4% superior à média nacional dos TUP.

Maiores Notas - TUP

1° **Terminal TMULT/TCAR – Porto do Açu**
99,88

2° **Terminal de Minério – Porto do Açu**
99,79

3° **Terminal de Tubarão**
99,25

4° **Porto Itapoá**
98,33

5° **Terminal de Praia Mole**
98,15

Maiores Evoluções- TUP

1° **Ocrim**
35,92%

2° **Porto CRA**
28,17%

3° **Terminal J. F. de Oliveira de Belém**
26,92%

4° **Atem Miritituba**
23,49%

5° **Porto Chibatão**
20,45%

2.8 Investimentos no Setor

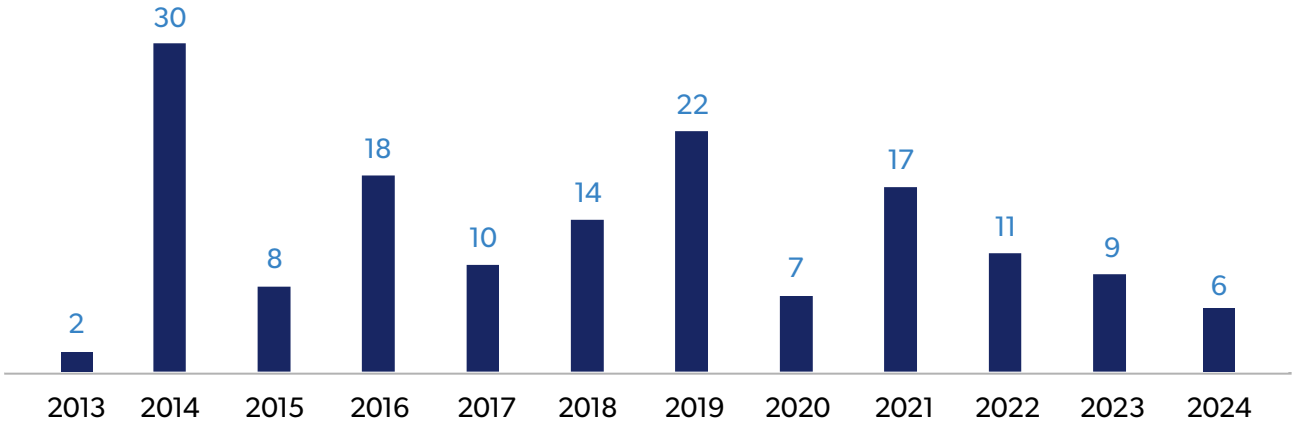
Ao longo de 2024, foram assinados seis novos contratos de adesão, sendo quatro de TUP, um de ETC e um de Instalação Portuária de Turismo (IPTur).

As novas autorizações trazem consigo uma carteira de investimentos de R$ 5,4 bilhões, com duas instalações na região Nordeste, somando R$ 3,7 bilhões em investimentos, duas instalações na região Sul (R$ 1,4 bilhão) e duas na região Norte (R$ 0,23 bilhão).

Destacam-se os projetos do Porto Piauí, com R$ 2,5 bilhões em investimentos, e o TUP Porto Meridional, localizado em Arroio do Sal, com investimentos de R$ 1,27 bilhão.

O Gráfico 9 traz as autorizações concedidas desde a Lei nº 12.815/2013, a chamada "Nova Lei dos Portos", que cria, oficialmente, a figura das instalações autorizadas.

Gráfico 9 – Autorizações por ano



Fonte: DATaPort.

Observa-se que, desde o advento da nova lei, 154 instalações foram autorizadas. Somando esse número com o total de instalações privadas existentes antes de 2013, tem-se um universo de 273 terminais autorizados, com carteira de investimentos de R$ 97,7 bilhões.

2.9 Perspectivas para 2025

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a expectativa de crescimento global para os anos de 2025 e 2026 é de 3,3%. Já a inflação deve cair para 4,2% em 2025 e 3,5% em 2026.

Um dos principais fatores que explicam essa redução no crescimento é o fim do ciclo econômico pós-Covid. A atividade econômica acelerada e a alta da inflação — típicas do período pós-pandêmico — se encerram. O novo ciclo será caracterizado por um ritmo mais baixo de crescimento.

O Brasil segue a tendência global, com a desaceleração do crescimento da economia. No entanto, alguns outros fatores, como a política monetária restritiva e a expectativa de inflação superior à meta estabelecida pelo Banco Central, fazem com que a perspectiva de crescimento para o Brasil seja ainda menor, atingindo 2,2% em 2025 e em 2026.

No que concerne à produção das principais ***commodities*** comercializadas nacionalmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) prevê crescimento significativo de 10,2% nas safras de cereais, leguminosas e oleaginosas, chegando a 322,6 milhões de toneladas. Cumpre assinalar que grande parte dessa alta prevista para 2025 é, na verdade, a recuperação da queda observada em 2024.

O futuro do minério, mercadoria mais movimentada nos terminais brasileiros, depende fortemente da retomada e eficácia das medidas econômicas chinesas. Caso o governo chinês, conforme sinalizado, amplie seus gastos e expanda seus investimentos como forma de sustentar a atividade econômica, a demanda por minério de ferro tem grandes chances de aumentar, beneficiando as exportações brasileiras e fortalecendo o setor.

2.10 Estatísticas da ATP

Estatísticas da ATP

35
empresas associadas

68
instalações portuárias

776.332.290,8
toneladas movimentadas

91,8%
da movimentação dos TUPs

58,8%
da movimentação nacional

203.813 TEUS
em capacidade estática

47.000
trabalhadores diretos e indiretos

2.11 Análise política

Em 2024, o Brasil se encontrou em um contexto político dinâmico e desafiador, marcado por tensões e interações complexas entre os três poderes. A seguir, apresentamos uma visão geral das relações entre esses poderes e os principais fatores que influenciaram o cenário político.

O Poder Executivo, liderado pelo presidente da República, enfrentou desafios significativos em sua agenda de governo. A administração buscou implementar políticas públicas que atendessem às demandas sociais e econômicas, mas encontrou resistência e críticas de diversos setores. A popularidade do presidente variou, influenciada por questões como economia (preços dos alimentos), saúde pública e segurança.

O Poder Legislativo, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, desempenhou papel crucial na aprovação de leis e na fiscalização do Poder Executivo. Em 2024, o Congresso Nacional foi caracterizado por uma diversidade de partidos e interesses, o que levou a um ambiente de negociações complexas. A relação entre os poderes Executivo e Legislativo foi marcada por alianças e, por vezes, por conflitos, especialmente em temas polêmicos como a reforma tributária.

Os líderes do Poder Legislativo tiveram papel fundamental na mediação entre o governo e a oposição. A capacidade do Poder Executivo de articular apoio no Congresso foi importante para a implementação de sua agenda. A pressão popular e as mobilizações sociais também influenciaram as decisões legislativas, refletindo a necessidade de os parlamentares estarem atentos às demandas da sociedade.

Uma questão importante que fez parte das discussões e que envolveu os três poderes foi o registro e uso de emendas parlamentares individuais, do tipo "RP6", também chamadas "emendas PIX". Apesar de temporariamente pacificada com decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a questão foi revertida ao final de dezembro de 2024, para ser equacionada somente em 2025.

O Poder Judiciário, por sua vez, continuou a ser ator importante no cenário político. Em 2024, o STF foi frequentemente chamado a se pronunciar sobre questões controversas, incluindo a constitucionalidade de leis e atos dos poderes Executivo e Legislativo.

3

Porto Itapoá (SC)

Atividades Internas

ATP

3 Atividades Internas

3.1 Frentes de Trabalho

3.1.1 Regulação e Políticas Públicas

- **Cobrança do espelho d'água, prevista na Portaria SPU nº 7.145/2018:** no âmbito legislativo, a ATP empenha-se em obter a isenção integral da cobrança do espelho d'água. Em paralelo, no campo regulatório, atua para ajustar a forma de cálculo e viabilizar a celebração dos contratos de cessão onerosa de maneira mais simples e eficaz. Além disso, avalia o ajuizamento de ação judicial para estender aos terminais autorizados os benefícios da coisa julgada em mandado de segurança que já reconheceu a inaplicabilidade dessa cobrança.

- **Ocupação de Terrenos da Marinha:** monitoramento da PEC 03/2022 em trâmite na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, com a participação da ATP em audiência pública, ao lado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Ao contrário dos órgãos públicos que defendem a rejeição do projeto de lei (PL), a ATP opinou pela revisão do texto, para tornar facultativa a aquisição do terreno de marinha pelos TUP, entre outros.

- **Concessões em Cias. Docas:** a ATP acompanha o processo e propõe medidas que assegurem isonomia e proteção aos TUP.

- **Regime de contratação do Trabalhador em TUP:** a ATP defende que seja facultado aos titulares de instalações portuárias em regime de autorização contratar trabalhadores por prazo indeterminado. Em paralelo, atuou no Tribunal Superior do Trabalho (TST) como ***amicus curiae***, reforçando esse entendimento.

- **Alteração do marco regulatório – Leis nº 10.233/2001 e nº 12.815/2013:** monitoramento do PL 406/2021 e de outras proposições que visam alterar a Lei de Portos e a lei que criou a ANTAq e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em trâmite no Congresso Nacional. O foco em 2024, no entanto, foi no acompanhamento dos trabalhos da Comissão de Juristas para a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias Comissão de Juristas (CEPortos). A ATP participou de audiências públicas e enviou contribuições aos estudos da Comissão, que envolveu a análise das áreas internas da ATP e do Comitê Jurídico (COJUR), além da articulação institucional com as entidades da Coalizão Portuária. A CEPortos foi extinta com a apresentação de seu relatório, em outubro de 2024, e entrega do anteprojeto de lei, que não chegou a tramitar no referido ano.

- **Navegue Simples:** em continuidade ao projeto iniciado em 2023, a ATP promoveu reuniões com a Secretaria Nacional de Portos para apresentar sugestões destinadas a simplificar os procedimentos de autorização e fiscalização de TUP, facilitar licenciamentos ambientais e criar políticas incentivos à inovação e adaptações às mudanças climáticas.

- **Integração dos TUP nas políticas nacionais:** participação ativa na elaboração de planos setoriais não só do setor portuário, mas também dos setores rodoviário, hidroviário e ferroviário. Além de planejamentos logísticos nacionais e políticas aplicadas ao setor, a exemplo da Política de Sustentabilidade do MPor.

- **Agenda Regulatória da ANTAq:** com base em análises das áreas internas da ATP e do COJUR, foram definidos os temas prioritários para os terminais. Nesse sentido, a ATP atuou em audiências e consultas públicas.

- **Acessos de Terceiros:** a ATP elaborou proposta para atuação da ANTAq na regulação do acesso de terceiros para a utilização das instalações portuárias e equipamentos pertencentes aos terminais aquaviários destinados à movimentação de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis. Houve também a análise e avaliação dos impactos da superposição de competências regulatórias entre ANTAq e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no setor portuário.

- **Temas afetos a contêiner:** a ATP mantém um grupo de trabalho dedicado a temas de interesse dos terminais de contêineres. Em 2024, a entidade ingressou como ***amicus curiae*** em auditoria operacional conduzida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da regulação e fiscalização da ANTAq quanto à prestação adequada de serviços de transporte e movimentação de cargas conteinerizadas. Em razão das amplas discussões no mercado, a ATP passou a avaliar de forma mais detalhada as cobranças relacionadas ao Serviço de Segregação e Entrega (SSE) de Contêineres, Taxa de Movimentação no Terminal (THC), Despacho Sobre Águas (DAS) e Armazenagem, contribuindo para os estudos do Tribunal.

3.1.2 Infraestrutura e Operações Portuárias

- **Gargalos nos acessos portuários:** atuação para destravar gargalos em acessos rodoviários, ferroviários e aquaviários, mediante a atuação junto à ANTT e ao Ministério dos Transportes, além de participações em audiências públicas relativas a concessões afetas.

- **Tarifas portuárias e contraprestação de serviços:** vêm se destacando como temas de grande relevância para a ATP, pois envolvem tanto a defesa de interesses dos associados em processos específicos perante a ANTAq quanto estudos desenvolvidos pelas equipes técnica e jurídica da Associação. Nesse contexto, analisam-se as tarifas de acesso aquaviário e terrestre, bem como a forma de gestão dos recursos pelas autoridades portuárias, buscando garantir maior transparência, equilíbrio e eficiência na prestação de serviços.

- **Evolução da Infraestrutura na Barra Norte:** projeto da ATP para aumento do calado operacional na navegação pelo arco lamoso na Barra Norte do rio Amazonas, buscando validação por parte do Comando do 4º Distrito Naval da Marinha, em Belém/PA. A ATP também atua e incentiva a futura concessão do canal de acesso da Barra Norte do rio Amazonas.

- **Melhorias nos serviços e custos da praticagem:** frente que acompanha e atua nos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, acompanha os reajustes dos preços dos serviços e monitora eventuais casos de abusividade, a fim de relatar à Marinha, agora responsável pela regulação econômica desses serviços.

- **Hidrodinâmica e Segurança da Navegação:** elaboração de estudos e debates técnicos sobre temas como a operacionalização do calado dinâmico e navegação em lama fluida. E atuação junto à Marinha no que tange à regulação dos temas.

3.1.3 Segurança e Saúde

- **Aplicação do *ISPS CODE*:** são tratadas pautas gerais relacionadas à aplicação da Resolução nº 53/2022 da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos (CONPORTOS), assim como as boas práticas em segurança patrimonial das instalações portuárias.

- **Vigilância Sanitária:** acompanhamento de normas e audiências públicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a exemplo da RDC nº 932/2024, que qualifica as atividades de vigilância epidemiológica em terminais portuários, a RDC nº 938/2024, que trata das boas práticas de armazenagem, e acompanhamento dos novos modelos de planos de contingência.

- **Segurança pública da navegação:** ao longo de 2024, a segurança pública da navegação passou a integrar as frentes de atuação acompanhadas pela ATP, em razão do aumento significativo de incidentes criminosos, especialmente na navegação interior. O tema é trabalhado junto à CONPORTOS e à SNH - Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação.

3.1.4 Comércio Exterior e Alfandegamento

- **Segurança em Áreas Aduaneiras:** atuação na regulamentação e aplicação da Portaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 143/2022, que estabelece, entre outros pontos, requisitos de segurança em recintos alfandegados.

- **Especificações Técnicas em Áreas Aduaneiras:** atuação em busca de melhorias dos requisitos exigidos pela RFB. No âmbito da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) nº 76/2022, a ATP trabalhou para que os *scanners* que não seguem os novos parâmetros pudessem, ao menos, ser utilizados na inspeção de contêineres vazios. Além disso, a Associação também atuou na definição dos requisitos técnicos estabelecidos pela RFB para os canais localizados em áreas aduaneiras.

- **Aplicação de Sistemas Aduaneiros e de Comércio Exterior:** acompanhamento e divulgação do Módulo API Recintos, assim como sistemas do comércio exterior (SISCOMEX).

3.1.5 Qualificação e Competitividade do Setor

- **Qualificação do Trabalhador em Terminais de Uso Privado:** atuação da ATP, em apoio à CNT, frente ao PL 79/2020 e demais iniciativas junto ao Poder Executivo, a fim de direcionar as contribuições sociais do setor portuário e marítimo para o Sistema S do Transporte, como os recursos vertidos pelas empresas ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM).

- **Estudos concorrenciais e mercadológicos:** a ATP elabora e apoia pesquisas que norteiam estratégias para o fortalecimento e expansão dos terminais privados. Entre elas, destaca-se o estudo de análise concorrencial sobre a implantação de terminais autorizados, que foi objeto de reuniões com todos os diretores da ANTAq, da Secretaria Nacional de Portos e do Ministério. O objetivo foi afastar a "falácia dos TUP de papel".

- **Benefícios Tributários (REPORTO, REIDI e REHIDRO):** incentivos fiscais fundamentais para viabilizar investimentos e modernização no setor portuário.

A ATP orienta e auxilia os TUP na correta aplicação dessas vantagens. No âmbito legislativo, foi necessária a atuação da ATP em conjunto com entidades da Coalizão Portuária e a CNT, para garantir que, durante a votação da regulamentação da Reforma Tributária em 2024 (PL 68/2024), o prazo dos planos mestres (Reporto) não fosse desconsiderado e, sim, mantido — o que foi conseguido ao final.

3.2 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da ATP, formada pelo diretor-presidente Murillo Barbosa e pela diretora executiva Gabriela Costa, desempenhou intensa atuação na representação institucional da Associação nas mais variadas frentes, como se verá adiante.

A Diretoria Executiva participa de todas as reuniões do Conselho Diretor da ATP e das assembleias gerais, sendo responsável pela execução das decisões ali tomadas. Em 2024, foram realizadas 11 Reuniões do Conselho Diretor, duas Assembleias Gerais Ordinárias e três Extraordinárias.

O destaque de 2024 foi a chegada de Gabriela Costa ao time da ATP, como diretora executiva, após aprovação unânime pelo Conselho Diretor. Formada em Relações Internacionais e pós-graduada na mesma área pela Universidade de Bra-

sília (UnB) e em Gestão de Operações Portuárias pela Associação Brasileira de Consultoria e Assessoria em Comércio Exterior (Abracomex), com master em Logística e Gestão Portuária pela Universidade Politécnica de Valência, Gabriela atuou por 13 anos como especialista em Regulação na ANTAq e foi a primeira mulher a assumir um cargo na Diretoria Colegiada da Agência. Em 2023, exerceu a função de chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e, de dezembro de 2023 a agosto de 2024, foi secretária executiva adjunta do MPor. Como diretora executiva, substitui o diretor-presidente em suas ausências e atua nas tarefas que lhe forem delegadas, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da ATP.

Ainda em 2024, registrou-se um aumento significativo no número de eventos e reuniões, tanto em Brasília/DF quanto em outras localidades, em razão do crescimento das áreas de atuação e de representação institucional, voltadas à defesa dos interesses dos associados. A seguir, destacamos os principais eventos que contaram com a presença da Diretoria Executiva ou, em seu nome, de algum colaborador, divididos de acordo com os principais agentes envolvidos.

3.2.1 Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e Secretarias

Como primeiro compromisso do ano, em 16 de janeiro, a ATP marcou presença no ***workshop*** promovido pela então SNPTA em parceria com a Infra S/A sobre a Nova Metodologia de Elaboração de Planos Mestres e Lançamento do 5º Ciclo de Planejamento. O evento foi realizado nos dias 15 e 16 de janeiro no auditório da Infra S/A, em Brasília. Representando a ATP, o diretor-presidente Murillo Barbosa esteve presente. O evento proporcionou um ambiente de interação entre os principais representantes do setor portuário, propício para o debate construtivo, permitindo que os participantes compreendessem melhor as mudanças propostas e contribuíssem para o aprimoramento das práticas relacionadas aos planos mestres e ao planejamento integrado do setor portuário.

Em seguida, a ATP participou, em 23 de janeiro, junto com outras entidades portuárias, de cerimônia para relembrar um ano após a prorrogação de prazo do Reporto. A vigência do Reporto, regime tributário especial para portos e ferrovias, que iria até 2023, foi prorrogada por cinco anos e terminará em dezembro de 2028, após a sanção da Lei nº 14.787, de 28 de dezembro de 2023. Essa extensão do benefício por cinco anos visa fortalecer os investimentos necessários para posicionar o país de forma competitiva nos grandes mercados internacionais. O anúncio foi feito em conjunto pelos ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, da Fazenda, Fernando Haddad, e dos Transportes, Renan Filho.

Prorrogação do Reporto

A prorrogação do Reporto até 2028, após muito envolvimento da ATP e do setor em 2023, é considerada pela Associação um passo significativo para modernizar os portos e ferrovias. O Reporto prevê incentivos fiscais na aquisição de máquinas e equipamentos de elevação portuária.

Em evento no dia 05 de fevereiro, a ATP fez a doação ao ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e ao diretor-geral da ANTAq, Eduardo Nery, do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental (EVTEA) para concessão do canal de acesso da Barra Norte do rio Amazonas. A doação do Estudo contribuirá para o encaminhamento do projeto que vai ampliar a capacidade do corredor logístico e o escoamento de granéis vegetais e minerais pela região Norte. Os estudos foram contratados pela ATP e desenvolvidos pela consultoria CoastalPort Engenharia, com o patrocínio das associadas Cargill, Amaggi, LDC e MRN. O evento se realizou no MPor e contou também com a participação da Marinha, de representantes das associadas, da CoastalPort e da ATP, representada por seu diretor-presidente. Em sua fala, Costa Filho reconheceu a contribuição da ATP ao Ministério e destacou a importância da doação do estudo de viabilidade da concessão da Barra Norte.

Doação do EVTEA ao MPor para concessão do canal de acesso da Barra Norte

No dia 06 de março, a ATP prestigiou o evento Open Ports & Waterways (OPW), que aconteceu na Arena B3, em São Paulo. O encontro foi uma iniciativa do MPor e contou com a organização do Grupo Brasil Export. Em sua apresentação, Eduardo Nery, diretor-geral da ANTAq, falou do planejamento de investimentos em hidrovias com os projetos prioritários: hidrovias Paraguai, Madeira, Barra Norte, de Lagoa Mirim, Tapajós e a de Tocantins. Também estiveram presentes na ocasião o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a secretária executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila e o superintendente de Licitações da B3, Guilherme Peixoto.

Já em 12 de abril, a ATP prestigiou a solenidade de criação da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), em Brasília. A nova Secretaria representa um importante avanço na gestão do transporte aquaviário no país. O ministro Silvio Costa Filho, durante a cerimônia, destacou que a SNHN impulsionará o desenvolvimento econômico regional do Brasil, além de promover um sistema de transporte mais eficiente e integrado. Ele também anunciou Dino Antunes Dias Batista como secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, com ampla experiência nos setores de navegação e hidrovias. A ATP, na ocasião representada por Murillo Barbosa, diretor-presidente, comemorou a criação da Secretaria como um reconhecimento da importância das hidrovias, tema que o setor portuário e a Marinha pleiteavam há muito tempo.

No dia 18 de junho, a ATP participou do lançamento oficial do programa Navegue Simples, criado e gerido pelo MPor, que busca desburocratizar o setor portuário brasileiro. A solenidade aconteceu na sede do MPor, em Brasília. Ana Paula Gadotti, gerente técnica da ATP, representou a Associação. Um dos objetivos iniciais do Programa é simplificar os processos de autorização de TUP, visando à redução do tempo de tramitação processual. Uma das contribuições feitas pela ATP é simplificar processos que, em alguns casos, levam mais de dois anos — como a conversão do contrato de adesão na construção de um novo terminal. A ATP também apontou a necessidade de previsibilidade e prazos para as respostas durante o licenciamento ambiental, considerando que é um processo válido, porém, moroso e que envolve audiências públicas. Outra contribuição da Associação visa simplificar a fórmula de cobrança da cessão onerosa do espelho d'água pela SPU.

Em 08 de julho, foi a vez de a ATP levar ao MPor o seu Estudo de Análise Concorrencial. Da reunião, participaram o ministro Silvio Costa Filho, o secretário de Portos, Alex Ávila, e o diretor do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias (DNOP), Bruno Neri, que acompanharam o Estudo feito pela equipe da Associação sobre a "Análise Concorrencial da Implantação das Instalações Portuárias", desmistificando, principalmente, a afirmação sobre os chamados "TUP de papel". Segundo o estudo das áreas técnica e jurídica da ATP, dos 266 terminais e estações de transbordo de carga (ETC) autorizados até 2023, apenas 11 não realizaram movimentações e estão fora do prazo de cinco anos e sem termo aditivo. Na ocasião, o diretor-presidente da ATP afirmou que os TUP movimentam 65% da carga portuária brasileira e não se pode generalizar toda a categoria por um pequeno grupo (menos de 5%) que estiver irregular.

A ATP prestigiou, em 30 de julho, a cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para realização de estudos para as concessões das hidrovias dos rios Tocantins e Tapajós. No evento, realizado no MPor, o Ministério, a ANTAq e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmaram a parceria. Com as concessões pretendidas pelo Governo Federal, previstas no Plano Geral de Outorgas Hidroviário (PGOH), estima-se que a capacidade de navegação seja duplicada nos próximos anos. No rio Tocantins, cerca de 1.282 km podem ser desenvolvidos para a hidrovia, no trecho entre Belém/PA e Peixe/TO. Já no rio Tapajós, há expectativa de que cerca de 300 km possam ser desenvolvidos, no trecho de Santarém a Miritituba. As hidrovias têm potencial de alavancar a economia na região e beneficiar toda a cadeia logística, os usuários e os cidadãos.

Em 04 de setembro, a ATP participou do 1º *Workshop* "Boas Práticas em Sustentabilidade nos Portos", realizado pela SNPTA nas instalações da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília. A ATP também foi uma das apoiadoras do evento, que integrou várias ações para discutir a Agenda 2030 do MPor, com o objetivo de auxiliar os integrantes do ambiente portuário a preparar projetos e planos para se adaptar aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Murillo Barbosa, diretor-presidente da ATP, participou da mesa de abertura. A programação do *workshop* contou com vários *cases* de associadas da ATP, como a **Portonave**, **Hidrovias do Brasil** e **Complexo do Pecém**. Além disso, muitos integrantes do Comitê de Sustentabilidade da ATP, o Sustentar, prestigiaram o evento e colaboraram com o debate.

No dia 19 de dezembro, o diretor-presidente Murillo Barbosa esteve presente na reunião de abertura da consulta pública da hidrovia do rio Paraguai, realizada no MPor, em Brasília. Durante o evento, que marca a primeira iniciativa de concessão hidroviária no Brasil, foi apresentado um estudo técnico pela ANTAq, que destacou os aspectos estratégicos e logísticos da concessão, que tem o objetivo de fortalecer o transporte hidroviário e integrar o agronegócio à infraestrutura nacional. O projeto de concessão abrange um trecho de 600 km entre Corumbá/MS e Porto Murtinho/MS, com investimentos de R$ 63,8 milhões nos primeiros cinco anos, com a previsão de obras de dragagem, sinalização e melhorias em travessias, que devem aumentar a segurança e eficiência logística na região.

Cabe destacar que, ao longo de 2024, houve várias outras reuniões da ATP com representantes do MPor em diversas frentes de trabalho, com a participação da equipe interna, as quais são descritas nos itens relativos aos comitês técnicos mais adiante. Houve também vários eventos, promovidos pelo MPor, dos quais a ATP e seus associados participaram e que são descritos no capítulo 7.

3.2.2 Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAq)

Em 26 de março, a ATP prestigiou o lançamento do Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário, apresentado em prestigiado evento na sede da ANTAq. O Guia é um manual de boas práticas para combater o assédio contra mulheres que trabalham nos portos e na navegação brasileira focado em impulsionar protocolos que fortaleçam o setor aquaviário, bem como o crescimento do país. O documento foi elaborado pela ANTAq e pelo MPor em parceria com a WISTA Brazil (Women's International Shipping and Trading Association) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A ATP, por meio de suas colaboradoras e alguns associados, participou do lançamento e parabenizou os envolvidos nessa importante iniciativa.

A equipe da ATP e da associada **Edge** estiveram na ANTAq no dia 06 de setembro para abordar o processo de registro das Unidades Flutuantes de Armazenamento e Regaseificação, conhecidas como FSRU (do inglês ***Floating Storage and Regasification Unit***), que a ATP também representa. O grupo foi recebido pelo diretor Wilson Lima Filho. Nas FSRU, os navios são adaptados para receber gás natural liquefeito e restaurá-lo à forma gasosa, tornando-o apto ao consumo

Em 17 de setembro, a ATP compareceu à reunião participativa sobre "Instalações Portuárias" no âmbito da Proposta de Agenda Regulatória 2025-2028, realizada pela ANTAq em São Paulo/SP. Na oportunidade, a ATP foi representada pela diretora executiva Gabriela Costa e pela analista jurídica Rafaela Brandão, que abordaram dois temas relevantes: a revisão da Resolução Normativa ANTAq nº 13, de 13 de outubro de 2016, que trata das instalações de apoio ao transporte aquaviário, e a análise de impacto concorrencial de novas autorizações para terminais de uso privado. Também reforçaram que, caso haja mudança no regime de autorização das FSRU, é importante que a Agência esteja atenta para uma regra de transição que garanta segurança jurídica para os registros existentes.

Cabe destacar que, ao longo de 2024, houve várias outras reuniões da ATP com representantes da ANTAq, em diversas frentes de trabalho, com a participação da equipe interna, as quais são descritas no capítulo 4. Comitês. Houve também vários eventos, promovidos pela Agência, dos quais a ATP e seus associados participaram e que são descritos no capítulo 7. Eventos.

3.2.3 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

No dia 25 de junho, a ATP e as associadas **MRN**, **Alcoa** e **LDC** foram recebidas no DNIT, em reunião com Erick Moura, diretor de Infraestrutura Aquaviária, na qual foram apresentadas as necessidades de investimentos em áreas importantes para o escoamento nesses terminais, como a manutenção no canal Pereira Barreto, localizado na Hidrovia Tietê-Paraná, rota vital para o transporte de cargas entre o interior de São Paulo e as regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil, e por onde foram transportados em torno de 2,4 milhões de toneladas em 2023. Também foram citados os investimentos de dragagem no canal de navegação de Juruti, fundamental para o transporte de bauxita, além da necessidade de dragagem e sinalização no rio Trombetas, no Pará.

Além desse encontro, também foram realizadas outras reuniões com representantes do DNIT, sobre infraestrutura aquaviária, descritas no capítulo 4. Comitês.

3.2.4 Marinha do Brasil

A Marinha também é grande parceira da ATP em diversos temas. No dia 04 de julho, o diretor-presidente Murillo Barbosa, e o presidente do Conselho Diretor da ATP, Roberto Almeida (**VALE**), reuniram-se com o almirante Silvio Luís dos Santos, diretor da Diretoria-Geral de Navegação (DGN), no Rio de Janeiro, tratando de temas de interesse comum, além do projeto Barra Norte da ATP, praticagem e os recursos do FDEPM. Em seguida, participaram da Sessão Solene alusiva aos 90 anos de criação do Tribunal Marítimo, que foi presidida pelo comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen. À tarde, eles se reuniram com o almirante Carlos André Coronha Macedo, diretor da Diretoria de Portos e Costas (DPC), tratando sobre praticagem. Também foi recebido pelo almirante Marco Antônio Linhares, diretor da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), ocasião em que foram abordados o Projeto Barra Norte e o sistema VTMS nos portos.

Além disso, foram realizadas outras reuniões com representantes da Marinha, sobre praticagem e Barra Norte, descritas nos itens relativos aos Grupos de Trabalho (GT) de Praticagem e Barra Norte, no capítulo 5.

3.2.5 Outras entidades parceiras

3.2.5.1 Confederação Nacional do Transporte (CNT)

No dia 13 de março, na sede da CNT, em Brasília, aconteceu a cerimônia de entrega da Ordem do Mérito do Transporte, conhecida como Medalha JK. A Medalha JK é o símbolo maior do reconhecimento aos transportadores brasileiros e àqueles que doaram talentos, competências e esforços pessoais pela melhoria do setor no Brasil. Na ocasião, Murillo Barbosa, diretor-presidente da ATP e presidente da Seção VI – da Infraestrutura de Transporte e Logística da CNT, entregou a medalha no grau de grande oficial a Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos. Mariana Pescatori, secretária executiva do MPor, também foi homenageada na solenidade, com a condecoração de medalha no grau de oficial. Outras 10 personalidades, que se destacaram pela prestação de serviços relevantes ao setor de transporte em 2023, nas diferentes modalidades, também foram agraciadas.

Já em 26 de novembro, em evento na CNT, a ATP assinou acordo para formação da Coalizão pela Descarbonização do Setor de Transportes para a COP 30, junto com outras entidades do setor de transporte e logística, reforçando o compromisso com a redução de emissões de gases de efeito estufa e a promoção de soluções sustentáveis no transporte. A assinatura se deu durante o seminário "Brasil Rumo à COP 30", realizado pela parceria da Editora Globo e do Grupo CCR. O evento reuniu importantes lideranças para discutir o papel do setor de transportes no combate às mudanças climáticas e as propostas para a próxima Conferência do Clima, em Belém, em 2025.

3.2.5.2 Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP)

A ATP prestigiou o IX Encontro Nacional das Atividades de Operações Portuárias (ENAPORT), realizado pela FENOP, além da cerimônia de comemoração dos 30 anos da Federação, nos dias 03 e 04/07.

Durante a programação do IX ENAPORT, a ATP e associados participaram de três painéis. Fabio Moya Diez, coordenador do Comitê Jurídico da ATP e gerente jurídico da associada **Porto Itapoá**, foi um dos debatedores do painel "Responsabilidade Securitária nas Operações Portuárias", que tratou das responsabilidades das empresas que realizam operações portuárias em relação a acidentes e outras intercorrências. Com o objetivo de debater os temas estratégicos de cada entidade associativa do setor, Murillo Barbosa, diretor-presidente da ATP, foi um dos debatedores do painel "Fortalecimento do Setor Empresarial Portuário", que tratou sobre a importância de o setor trabalhar de forma coesa para se fortalecer. Armando Alves Hosken Neto, conselheiro da ATP e gerente de Administração Portuária da associada **ArcelorMittal Brasil**/Tubarão, foi um dos debatedores do painel "Automação nas Instalações e Operações Portuárias", que tratou dos atuais e futuros avanços em tecnologia e automação nos terminais portuários.

3.2.5.3 Agência de Desenvolvimento Sustentável das Hidrovias e dos Corredores de Exportação (ADECON)

A ADECON, dirigida por Adalberto Tokarski, em parceria com o Movimento Pró-Logística, realizou, em 2024, em Brasília, eventos denominados Cafés Hidroviários, com o objetivo de promover diálogos com o setor aquaviário e portuário sobre projetos hidroviários.

O primeiro deles, em 11 de junho, tratou da futura concessão da hidrovia do rio Madeira. Foi realizado na ANTAq, e a ATP foi representada pela gerente técnica Ana Paula Gadotti e pela coordenadora de Estudos e Pesquisas Bárbara Rosa. Elas comentaram que a ATP e as associadas que operam no Arco Norte estão acompanhando o tema com atenção e aguardando a abertura da audiência pública, para conhecerem melhor o projeto de concessão da hidrovia do rio Madeira.

O segundo evento, em 10 de setembro, foi realizado no DNIT. A ATP esteve representada por seu diretor-presidente Murillo Barbosa, pela diretora executiva Gabriela Costa e pela coordenadora de Estudos e Pesquisas Bárbara Rosa. O objetivo do encontro foi promover a troca de ideias e atualização sobre os avanços e desafios na navegação interior, fortalecendo a conexão entre os setores público e privado em prol do desenvolvimento da infraestrutura hidroviária no Brasil. Na oportunidade, a Associação defendeu as concessões de hidrovias no Brasil, essenciais para o transporte de cargas e o desenvolvimento econômico.

3.2.5.4 ATP apoiou Campanha SOS Rio Grande do Sul

A Campanha SOS Rio Grande do Sul foi uma mobilização de solidariedade com as vítimas das enchentes que atingiram o estado em 2024. A ATP apoiou a iniciativa com a doação de 300 cestas básicas, 240 kits de higiene, 20 colchões de solteiro, 22 colchões de casal e 44 travesseiros.

Essas doações foram entregues pela equipe da Associação na Base Aérea de Brasília, local oficial de arrecadação, e fez parte do movimento de doação organizado pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

3.3 Coordenadoria de Administração e Finanças

A Coordenadoria é responsável por planejar, organizar, liderar e controlar as atividades internas da ATP. Ela conduz e gerencia uma série de atividades e recursos, com o propósito de alcançar o melhor desempenho possível, respeitando os padrões, as políticas internas, a missão e os valores da ATP. A gestão administrativa desempenha papel central na sustentação e no crescimento da Associação.

A função da gestão administrativa é planejar, implementar e supervisionar os processos operacionais da ATP. Isso inclui a organização e alocação de recursos, resolução de problemas internos, implementação de metodologias eficazes, supervisão da aplicação de recursos, garantia do respeito à cultura organizacional e o incentivo à motivação dos colaboradores. Na ATP, as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Administração e Finanças englobam:

Atividades Desenvolvidas pela
Coordenadoria de Administração e Finanças

- **Gestão Financeira e Administrativa;**
- **Gestão de Recursos Humanos;**
- **Gestão de Compliance.**

3.3.1 Gestão Financeira e Administrativa

A área de finanças é a que vai despender todos os esforços para que as metas estabelecidas no Plano de Ação e Orçamento sejam cumpridas.

A gestão financeira é responsável por gerenciar e controlar as finanças da Associação. O objetivo é garantir a saúde financeira e o crescimento sustentável da ATP.

Atividades Desenvolvidas pela
Gestão Financeira

- **gestão de contas a pagar e receber;**
- **planejamento orçamentário;**
- **gestão de fluxo de caixa;**
- **negociação com fornecedores;**
- **análise de investimentos;**
- **gestão de patrimônio;**
- **controle de custos;**
- **controle de riscos;**
- **compra de materiais e suprimentos;**
- **divulgação de informações financeiras para a Diretoria e para o Conselho Fiscal da ATP.**

A Coordenação de Administração e Finanças atua como elo dentro da Associação, mantendo contato com todos os setores.

A Diretoria Executiva da ATP, no decorrer do ano de 2024, participou, com o apoio dessa Coordenadoria, das reuniões do Conselho Diretor (RCD) e das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinárias (AGO e AGE). Ocorreram quatro reuniões híbridas, e as demais continuaram via *conference call* na plataforma Microsoft Teams. O Conselho Diretor continuou sendo presidido por Roberto Oliveira Pinto de Almeida, com vice-presidência exercida por Cássio José Schreiner, cujos mandatos compreendem o período de 25/10/2022 a 24/10/2025.

Por delegação do presidente do Conselho Diretor, efetuaram-se as convocações e a preparação necessária anteriormente às reuniões e, ainda, a elaboração das atas após cada evento. No ano de 2024, foram realizadas as reuniões descritas na Tabela 5.

Tabela 5 – Reuniões do Conselho Diretor e Assembleias em 2024

Data	Localização	Tipo
06/02/2024	Videoconferência na plataforma Microsoft Teams	71ª RCD
25/04/2024	Formato híbrido, presencialmente no associado PORTO ITAPOÁ, situado na Avenida Beira Mar 05, número 290, Figueira do Pontal, Itapoá/SC	72ª RCD, 58ª AGE e 11ª AGO
07/05/2024	Videoconferência na plataforma Microsoft Teams	73ª RCD
24/05/2024	Videoconferência na plataforma Microsoft Teams	74ª RCD
12/06/2024	Videoconferência na plataforma Microsoft Teams	75ª RCD

Data	Localização	Tipo
06/08/2024	Formato híbrido, presencialmente na Associada DP WORLD SANTOS, situada na Estrada Particular da Codesp, S/N, Ilha Barnabé, Santos/SP	76ª RCD e 59ª AGE
20/09/2024	Videoconferência na plataforma Microsoft Teams	77ª RCD
08/10/2024	Formato híbrido, presencialmente na Associada TERNIUM BRASIL S/A, situada na Av. João XXIII, s/n, Ponta do Fernandinho, Rio de Janeiro/RJ	78ª RCD
25/10/2024	Videoconferência na plataforma Microsoft Teams	79ª RCD
31/10/2024	Videoconferência na plataforma Microsoft Teams	80ª RCD
11/12/2024	Formato híbrido, na Sala Otávio Cunha, localizada no endereço SAUS Quadra 1, Bloco J, Edifício CNT, torre A, térreo, Brasília/DF	81ª RCD, 60ª AGE e 12ª AGO

3.3.2 Gestão de Recursos Humanos

Para o funcionamento dos demais setores, a gestão de pessoas desempenha uma posição de protagonismo. O setor administrativo cuida da contratação, do treinamento, do desenvolvimento e do engajamento dos colaboradores, para que a ATP tenha uma equipe qualificada e motivada.

Isso envolve a criação de políticas e procedimentos para garantir que os funcionários sejam tratados com justiça e equidade, bem como a resolução de conflitos e a promoção do bem-estar no local de trabalho.

O principal objetivo é alinhar as necessidades da Associação com as habilidades e competências dos colaboradores, garantindo a eficiência e a eficácia organizacional.

Isso é feito por meio da implementação de políticas e práticas que promovem um ambiente de trabalho positivo, no qual os funcionários se sintam valorizados, engajados e motivados.

A Gestão de Recursos Humanos também desempenha papel fundamental na resolução de conflitos, na promoção da diversidade e inclusão, e no cumprimento das leis trabalhistas e regulamentações governamentais.

Principais funções da
Gestão de Recursos Humanos

- **conferir folhas de pagamentos;**
- **conferir folhas de pontos;**
- **gerir os benefícios dos colaboradores;**
- **executar processos formais de férias, admissão e demissão;**
- **sugerir treinamento e desenvolvimento de colaboradores;**
- **monitorar o clima organizacional;**
- **identificar e resolver conflitos;**
- **promover diversidade e inclusão;**
- **cumprir as leis trabalhistas e regulamentações governamentais.**

Em resumo, para que uma organização tenha sucesso e alcance bons resultados, inclusive financeiros, é preciso colocar as pessoas no centro da estratégia e estar atento às principais mudanças no mundo e aos impactos que elas provocam em cada um de nós.

ATP é GPTW pelo segundo ano

Conquistamos, pelo segundo ano consecutivo, a certificação GPTW (Great Place to Work), que avalia as melhores práticas de gestão de pessoas e o ambiente de trabalho das corporações. Em 2023, a ATP foi a primeira do setor portuário brasileiro a alcançar a certificação internacional.

O GPTW elabora o *ranking* do ambiente de trabalho das instituições por meio de pesquisa anônima com os colaboradores, na qual são abordados temas como credibilidade, respeito, orgulho e imparcialidade — ou seja, dimensões que compõem a cultura de confiança.

O diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, ressalta que a renovação do selo reforça o compromisso da Associação com seus colaboradores e associados desde a sua fundação, em 2013. "Isso reflete a nossa busca permanente por excelência, tanto na representatividade dos TUP quanto na criação de um ambiente de trabalho saudável e na promoção do bem-estar dos nossos colaboradores", disse.

Gabriela Costa destacou ainda que a certificação GPTW é um relevante conquista da ATP, que completou 11 anos de fundação. "Um ambiente de trabalho positivo impulsiona a criatividade e a inovação, características que marcam a trajetória da Associação em mais de uma década de atuação em prol do setor portuário privado brasileiro", concluiu.

3.3.3 Gestão de *Compliance*

A Gestão de *Compliance* é uma prática corporativa que visa alcançar um patamar satisfatório de conformidade com leis, procedimentos, regulamentos internos e externos, padrões de ética e transparência e demais normas aplicáveis, como as normas ISO, por exemplo.

Desse modo, para alcançar excelência na Gestão de *Compliance*, é preciso criar uma cultura organizacional ética, visando à minimização de riscos legais e regulatórios, e à construção da confiança tanto interna quanto externamente, contribuindo também para que a organização cresça de forma sustentável e responsável.

Assim, o objetivo principal da Gestão de *Compliance* da ATP é prevenir e detectar violações legais e éticas, minimizando assim os riscos associados a essas violações.

Principais funções da
Gestão de Compliance

- **promover uma cultura organizacional que valorize a integridade, ética e conformidade, em todos os níveis da Associação;**
- **identificar e avaliar os riscos legais, regulatórios e éticos relacionados às operações da ATP;**
- **propor a criação de políticas e controles internos voltados para a conformidade com as leis e regulamentos relevantes aplicáveis;**
- **implantar procedimentos como canal de denúncia para lidar com violações de compliance, incluindo ações corretivas e preventivas.**

Por fim, garantir que toda e qualquer pessoa que atue na ATP ou estabeleça relações institucionais e comerciais com esta siga os princípios e valores descritos no Código de Ética e Conduta da Associação.

O Código de Ética e Conduta é um compromisso de integridade que a ATP assume, juntamente com suas associadas, perante o governo e a comunidade portuária, reunindo os princípios éticos fundamentais a serem cumpridos em conformidade com seu estatuto social e sua carta de intenção e valores, bem como com a legislação pertinente.

O objetivo fundamental do compliance é assegurar que a empresa opere de maneira ética, legal e transparente.

3.4 Coordenadoria de Comunicação

A Coordenação de Comunicação é responsável pela gestão da comunicação interna e externa. Suas atividades incluem a gestão de redes sociais, assessoria de imprensa, organização de eventos, apoio ao Comitê de Comunicação, captação e fidelização de associados, monitoramento da reputação da marca e mensuração de todos os resultados.

O ano de 2024 foi de consolidação e fortalecimento das ações de comunicação da ATP. Continuamos na liderança nas redes sociais entre as associações do setor e com aumento de 136% nas inserções na imprensa em relação ao ano de 2023. Destaque também para a padronização da identidade visual da Associação e de seus comitês e grupos de trabalho.

3.4.1 Comunicação Interna

Os informativos buscam o fortalecimento da comunicação com os associados, utilizando várias plataformas para divulgação.

- **ATP Informa:** informativo digital mensal que reúne as principais notícias da ATP, resumo das reuniões de comitês, agenda e avisos importantes, enviado aos grupos da ATP via WhatsApp.
- ***Clipping* ATP:** o *clipping* de notícias do segmento portuário é transmitido, por *e-mail*, aos representantes da ATP, membros de comitês e usuários cadastrados.
- **ATP no Congresso:** a *newsletter* semanal preparada pela gerência técnica, com *layout* e divulgação da Comunicação, destaca não só as notícias relevantes do Congresso e da Câmara, como apresenta a movimentação das proposições e das frentes de trabalho em que a ATP atua.
- **ATP Urgente:** informativo para comunicações urgentes, com apenas um envio em 2024.
- **Notícias:** em 2024, a Coordenação de Comunicação produziu **131 notícias** da ATP, que foram veiculadas no *site* da Associação e geraram conteúdo para as redes sociais. Essa divulgação teve **aumento de 27%** em comparação ao ano de 2023.

3.4.2 Identidade Visual

Em 2024, a identidade visual da ATP foi revitalizada com ajuste na logo da Associação para melhor legibilidade. Também foram criadas marcas para seus grupos temáticos (comitês, Centros de Apoio Regional – CENTRARs e grupos de trabalho) com o objetivo de gerar maior identificação e ligação com a marca ATP. Com um padrão visual bem definido — incluindo logo, cores, tipografia, padrão de apresentações, ícones e grafismos —, as marcas tornaram os grupos específicos mais reconhecíveis, fortalecendo a credibilidade e gerando conexão com os associados.

Com uma identidade visual consistente, reforçamos a presença da ATP em cada segmento de atuação dos comitês e transmitimos essência, valores e profissionalismo, além de gerarmos um potencial maior de alcance e reconhecimento da Associação.

3.4.3 Comunicação Digital

No período de janeiro a dezembro de 2024, os perfis da ATP nas redes sociais **LinkedIn, Instagram, Facebook, YouTube e X (antigo Twitter)** apresentaram bons resultados nas principais métricas em comparação com o mesmo período de 2023.

O número total de seguidores, nas redes citadas, teve **crescimento de 29%** (de 15.365 em 2023 para 19.818 em 2024) e o engajamento dobrou (de 159.444 para 320.000). Esse salto no engajamento indica que o público está mais envolvido com o conteúdo postado, devido ao uso de formatos interativos, maior relevância dos temas envolvidos e melhor planejamento para atrair os usuários.

O **LinkedIn** continua sendo a rede com o melhor resultado orgânico. O número de seguidores cresceu 37%, enquanto o engajamento registrou aumento expressivo de 172,76%. Já o **Instagram** teve aumento de 30% no número de seguidores e crescimento de 395,28% no engajamento.

FACEBOOK
@atpassociacaoTUPs

LINKEDIN
@portosprivados

X
@ATPassociacao

INSTAGRAM
@atpportosprivados

YOUTUBE
@TerminaisPrivados

3.4.4 Patrocínio e Apoio Institucional

O apoio e patrocínio a veículos de comunicação, eventos e ações relevantes do segmento portuário faz parte do plano de comunicação institucional da ATP. O objetivo é ampliar a visibilidade da marca, gerar associações positivas e fortalecer a representatividade dos terminais privados.

Em 2024, a Associação patrocinou o veículo "A Tribuna" e os eventos: Congresso ABDM de Direito Marítimo e Portuário, Simpósio de Gestão Portuária, Brasil Export 2023, XII Congresso de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, Painel 2024, Portos + Brasil, I Simpósio de Hidrografia, Congresso Nacional da Magistratura do Trabalho, 19º Expolog, 11º Congresso Estadual de Direito Marítimo e Aduaneiro, Seminário Nacional da Indústria Marítima e Meio Ambiente – ECOBRASIL 2024, Agenda 2030 Portuária, Evento Dia do Hidrógrafo, Diálogos Hidroviáveis, Ocean 20 Dialogues e Dia Mundial Marítimo 2024.

Para alcançar visibilidade e promover ***networking***, a ATP manteve parcerias estratégicas, realizando apoio institucional a eventos do setor. Em 2024, receberam o apoio da ATP: Intermodal South America, Portos e Costas Brasil, Port Performance, Tomorrow Blue Economy Niterói 2024 e ABDI Fórum. O apoio institucional não envolve aportes financeiros.

3.4.5 Relacionamento com a Imprensa

A mídia tem o poder de amplificar mensagens, alcançar novos públicos e fortalecer a reputação de uma organização.

Em 2024, a ATP otimizou sua comunicação com jornalistas e veículos de imprensa, buscando fortalecer seu posicionamento de defensora e representante dos interesses dos terminais privados.

A Associação se manteve ativa na mídia nacional, regional e especializada, e se posicionou de forma clara e objetiva sobre os principais temas e pautas do setor portuário nacional.

No período, **foram 833 inserções em veículos de comunicação**, **aumento de 136%** em relação ao ano de 2023. Destaque para os temas: pesquisas internas do DATaPort, com dados personalizados de TUP; participação da ATP na audiência pública na CCJ do Senado sobre a PEC dos Terrenos de Marinha e no debate realizado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado sobre os desafios e gargalos no escoamento da safra brasileira; impactos da reforma tributária no setor portuário, chegada da nova diretora executiva, participação em eventos; 11º Encontro ATP (acordo de cooperação assinado com o MPor); e Prêmio ATP 2024.

Esse resultado positivo, com crescimento expressivo, demonstra o fortalecimento da relação de confiança entre a ATP e a imprensa, resultado de um trabalho diário de relacionamento para atender às demandas de pautas espontâneas e de disseminar pautas estimuladas de ações, dados e posicionamento da entidade e dos TUP.

Principais resultados na mídia nacional geral

Menu Buscar GLOBORURAL 100 Caminhos da Safra Entrar ASSINE

Produtos agro puxam alta de 41,9% na balança comercial por via marítima em 2023

Foram movimentados US$ 119,1 bilhões em valor FOB, informa a ATP

Por Isadora Camargo — São Paulo

17/01/2024 00h15 · Atualizado há um ano

veja
ENTRAR
ASSINE VEJA
VEJA NEGÓCIOS VEJA+ RADAR RADAR ECONÔMICO POLÍTICA SAÚDE MUNDO CULTURA BRASILEIRÃO 2025
RADAR
Por Gustavo Maia (interino)
SEGUIR
Notas exclusivas sobre política, negócios e entretenimento. Com Nicholas Shores e Pedro Pupulim. Este conteúdo é exclusivo para assinantes.
Brasil
Ministério e associação de portos privados assinam acordo de cooperação

ISTOÉ
Início > Notícias
Setor portuário diz que reforma elevará carga tributaria em 12 pontos e afetará competitividade
Estadão Conteúdo — 06/12/24 · 17h28min Em Notícias

ESTADÃO 150
Notícias & Editorias
Ver & Ouvir
Dia a dia
Produtos
Buscar...
ASSINE ESTADÃO
Entrar
Notícia • Estadão / Política / Colunas
Coluna do Estadão
Roseann Kennedy traz os bastidores da política e da economia. Com Eduardo Barretto e Iander Porcella
Seguir +
Movimentação de contêineres em portos privados deve superar os públicos em até quatro anos

MENU ASSINE
FOLHA DE S.PAULO
ENTRAR
BUSCAR
colunas e blogs
Painel S.A.
SEGUIR
INDÚSTRIA
Balança comercial em portos sinaliza drama da indústria

3.4.6 Artigos

Em 2024, foram publicados cinco artigos pela ATP, com repercussão (além dos veículos de imprensa) nas redes sociais e no *site* da Associação.

- **Já pensou como seria o Brasil sem os TUP?**
  autores: **Murillo Barbosa e Bárbara Rosa**
  Artigo publicado no dia 17/02/2024, no jornal "A Tribuna"

- **Prioridades invertidas: a ausência de foco nas obras rodoviárias de Santos**
  autores: **Murillo Barbosa, Bárbara Rosa e João Menano, da Alemoa**
  Artigo publicado no dia 25/05/2024, no jornal "A Tribuna"

- **O necessário debate sobre o impacto da transição energética no transporte marítimo**
  autor: **Murillo Barbosa**
  Artigo publicado no dia 31/08/2024, no jornal "A Tribuna"

- **Impacto da Lei nº 12.815/2013 na autorização de novas instalações privadas: desmistificando a generalização dos "TUP de Papel"**
  autores: **Murillo Barbosa, Bárbara Rosa e Rafaela Brandão**
  Artigo publicado no dia 10/10/2024, no jornal "BE News"

- **Navegando entre modernização e desafios: o futuro dos TUP no comércio brasileiro**
  autores: **Murillo Barbosa e Rafaela Brandão**
  Artigo publicado no dia 7/12/2024, no jornal "A Tribuna"

Acesse a íntegra de todos os artigos citados

3.5 Coordenadoria Jurídica

Em 2024, a Coordenadoria Jurídica da ATP passou por um importante fortalecimento, tanto de sua equipe quanto de sua atuação, reforçando a presença da Associação em discussões regulatórias, legislativas e no suporte direto aos associados. A entrada do analista júnior Willian Soares e a promoção de Rafaela Brandão ao cargo de analista sênior ampliaram a capacidade de consultoria e assessoramento interno.

Nesse período, nossa equipe monitorou e atuou em **138 processos administrativos e judiciais** de interesse da ATP, distribuídos entre diversos órgãos e tribunais, conforme a tabela a seguir.

Órgãos	Qtd.
ANTAq	62
ANVISA	4
CONGRESSO	23
DNIT	5
IBAMA	1
JFDF	1
ME	1
MFAZ	2
MMA	1
MPOR	16
MS	1
STF	2
STJ	8
TCU	3
TRF1	4
TRF3	2
TST	2
Total Geral	**138**

Total Geral em Processos Administrativos e judiciais

138

O maior volume de processos (62) concentrou-se junto à **ANTAq**. Para manter associados e demais interessados sempre bem-informados, a equipe realiza **monitoramento semanal** dos casos e **reporta os andamentos mais importantes** com brevidade, assegurando tomada de decisão oportuna e embasada.

Ao longo do ano, nossa equipe manteve atuação contínua em pautas legislativas de grande relevância para o ambiente portuário, em estreita colaboração com a área de Relações Institucionais e Governamentais (RIG). Quando acionada, a equipe jurídica elabora análises de projetos de lei, sugere emendas quando necessário e acompanha de perto a tramitação e as discussões parlamentares. Em 2024, destacam-se projetos que tratam de bens e serviços para navios, normas consolidadas de comércio exterior e subsídios a empreendimentos econômicos, como:

- **PL 2970/2024**, que regula o exercício da atividade de bens e serviços a navios;
- **PL 1009/2024** e a **Lei nº 14.789/2023**, relativos à subvenção para implantar ou expandir empreendimentos econômicos;
- **PL 6969/2013,** a chamada "Lei do Mar";
- **A Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional (FAL 65)**, objeto do PDL 480/2023;
- **PL nº 2459/2023**, prevendo a obrigatoriedade de afixação de cartazes e mensagens sonoras em portos e aeroportos sobre o direito de solicitação de refúgio;

- **PLP nº 254/2023**, que altera a Lei Complementar nº 140/2011 em relação ao licenciamento ambiental em atividades de turismo, esporte e economia náutica;

- **PL nº 2966/2021**, que trata da inclusão de dispositivo na Lei nº 12.815/2013 para proibir cobranças já incluídas na capatazia;

- **PL 508/2024**, destinado a consolidar em um único diploma as principais normas relativas ao comércio exterior.

A atuação jurídica, entretanto, não se restringiu ao âmbito legislativo. Em apoio à Área Técnica, foi fundamental a revisão de contribuições para audiências públicas e o esclarecimento de dúvidas jurídicas em projetos e propostas técnicas, a exemplo de normas de vigilância epidemiológica nos terminais portuários (ANVISA) e proposições legislativas relacionadas ao Marco de Licenciamento Ambiental – em relação a este, elaborando minuta de emenda e justificação para subsidiar o texto. Além dos projetos, a equipe jurídica também auxiliou a equipe técnica na elaboração de estudos, a exemplo da análise das cobranças de tarifas de acesso aquaviário ao Porto de Itaguaí e o P40- Diagnóstico sobre a implantação de TUP, solicitado diretamente pela ANTAq.

De igual modo, a equipe prestou suporte à Área Administrativa, por meio de análise e revisão de contratos, elaboração de notificações extrajudiciais e demais documentos, bem como à Área de Comunicação, contribuindo na pesquisa e criação de roteiros para entrevistas da Diretoria Executiva, produção de ***releases*** jurídicos e artigos. Destaca-se ainda o estudo preliminar sobre os impactos da Reforma Tributária no setor portuário, tema de grande importância para os associados.

Paralelamente, a equipe jurídica seguiu contribuindo em consultas públicas, pareceres e revisões de peças processuais referentes a processos administrativos e judiciais de interesse dos TUP. Em outubro de 2024, após deliberação do Conselho, a ATP optou por encerrar o suporte do escritório Lourenço Ribeiro, reforçando o atendimento direto pelo corpo jurídico interno.

3.5.1 Suporte aos Associados e Casos Individuais

Além de atender a demandas internas da ATP, a Coordenadoria Jurídica desenvolve consultoria e assessoramento customizado para cada associado, seja de maneira individual ou coletiva. Um exemplo foi o **apoio ao associado TGPM na regularização da operação *barge-to-ship***, envolvendo a ANTAq e a SNP. Nossa equipe participou de reuniões técnicas, elaborou e revisou peças processuais e acompanhou despachos e audiências até a solução final do caso.

Outro caso envolveu a **Portocel**, que buscava autorização especial/emergencial para operar cargas de veículos em navios porta-contêineres. A empresa precisava de respaldo regulatório para classificar automóveis como carga conteinerizada, já que seriam transportados de forma unitizada, compartimentada (*flat racks*, *tank top* e *open top*). O suporte jurídico da ATP foi importante: promovemos reuniões, prestamos consultoria e despachamos diretamente com a ANTAq, obtendo a inserção célere do pleito em pauta e contribuindo para a agilidade na decisão final.

Cabe destacar, ainda, a atuação da equipe jurídica junto ao **DNIT**, em defesa dos interesses da associada **Louis Dreyfus Company (LDC)** no que tange ao **Canal de Navegação Pereira Barreto**. A partir da provocação da LDC, a ATP analisou detalhadamente o processo em curso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em ação civil pública na qual se discutia a responsabilidade da União quanto à manutenção do canal. Em seguida, foram realizadas reuniões com a associada, a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo e o próprio DNIT, além da elaboração de um ofício contendo fundamentação jurídica que embasou a responsabilidade do órgão. Esse trabalho foi fundamental para obter o reconhecimento por parte do DNIT, sobretudo no que se refere à manutenção de taludes e bermas do canal. Como resultado, o DNIT se comprometeu com a contratação dos estudos necessários para avaliar as condições estruturais, bem como orçar as intervenções requeridas para garantir a integridade do canal.

3.5.2 Ações em Favor dos TUP

Um exemplo abrangente, que envolve diversas categorias de associados, diz respeito à **possibilidade de terceirizar operações e à locação de parte da área dos TUP para terceiros.**

Como de costume, a equipe jurídica da ATP monitora os processos de interesse dos TUP no âmbito da ANTAq. Nesse caso em particular, diante de manifestações potencialmente negativas (ex.: pronunciamento da Gerência de Outorgas — que apontava para a impossibilidade de celebrar contratos de locação de área de TUP para empresas não signatárias do Contrato de Adesão), a ATP adotou postura ativa.

A ATP, então, reuniu opiniões dos associados, construiu tese jurídica sólida e realizou audiências para demonstrar a legalidade e benefícios de tais contratos. Como resultado dessa articulação, o **Acórdão nº 662/2024** reconheceu a possibilidade de terceirização ou locação, desde que respeitadas condições básicas e mantida a responsabilidade integral do titular da outorga perante a ANTAq.

Outro exemplo marcante de nossa atuação estratégica envolveu a proposta de **alteração no Regulamento de Exploração do Porto (REP) de Itaguaí**, apresentada pela PortosRio (Processo nº 50300.007645/2024-42). A autoridade portuária alegava possíveis impactos do futuro Terminal de GNL Tagoahy sobre o canal de acesso e sinalizou mecanismos de priorização para embarcações atracadas no porto público em detrimento dos TUP.

Embora o processo não tenha sido de autoria da ATP, nossa equipe jurídica, atenta a casos que podem impactar os TUP, identificou o possível risco e promoveu estudos e discussões que resultaram na elaboração de memoriais para o relator. Demonstrou-se, então, que a proposta poderia configurar barreira estatal à concorrência, ferindo o art. 3º, inciso V, da Lei nº 12.815/2013. Graças a essa intervenção, a ANTAq ampliou a análise, reconhecendo que eventuais alterações no REP podem ser objeto de controle posterior, sobretudo se gerarem desequilíbrios competitivos. O julgamento final acolheu o posicionamento da ATP, reforçando a liberdade de concorrência, a igualdade de condições de acesso ao canal de navegação e a segurança jurídica no setor.

Todas essas ações evidenciam a relevância do departamento jurídico na proteção dos interesses da ATP. Em especial, reforçam o compromisso de oferecer um suporte célere e eficaz aos associados, seja por meio do monitoramento de processos, da atuação legislativa, da prestação de consultoria jurídica ou da cooperação com as demais áreas da Associação. Esse conjunto de resultados consolida a Coordenadoria Jurídica como pilar estratégico da Associação.

3.6 Coordenadoria de Pesquisa e Desenvolvimento

O setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ATP é responsável por conceber as pautas e gerenciar as ações dos comitês de infraestrutura, sustentabilidade e segurança, além dos CENTRARS do Norte e Nordeste.

Também é encarregado de: i) gerir e executar os estudos e inovações idealizadas pela Associação; ii) realizar as análises técnicas demandadas pela Associação, associados e órgãos/entidades externas; e iii) apoiar o setor de comunicação em *releases* e matérias do setor. A seguir, detalha-se melhor cada uma dessas atividades.

Lançamento do Biblioport

O Biblioport é a biblioteca virtual da ATP, criada para reunir e facilitar o acesso a livros, artigos científicos e relatórios sobre o setor portuário. A iniciativa surgiu da percepção da dificuldade de encontrar materiais técnicos sobre o tema, tornando-se ferramenta essencial para pesquisadores, estudantes e associados que estão realizando pós-graduação.

Gateways Portuários

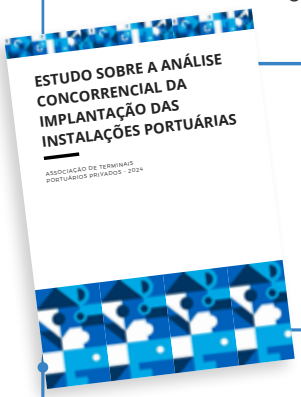
A pesquisa *Gateways* Portuários, foi realizada pela CNT, e contou com o apoio da ATP durante toda sua elaboração. A equipe técnica da Associação forneceu dados do DATaPort e auxiliou na análise de investimentos e contatos com os terminais. Apesar de lançado na penúltima semana de 2023, o documento foi amplamente divulgado no início de 2024.

Relatório Estatístico do 1º Semestre

Anualmente, a equipe técnica da ATP é responsável pela elaboração do relatório estatístico semestral do setor portuário. A publicação está disponível no ***site*** da ATP.

Relatório de Participação em Comitês da ATP

O Relatório de Participação é um documento disponibilizado aos representantes que compõem a Assembleia Geral da ATP, oferecendo uma visão detalhada sobre o nível de engajamento de seus designados nos comitês da Associação. Além disso, o relatório registra a participação em audiências e consultas públicas, permitindo um acompanhamento preciso das atividades. A iniciativa tem o objetivo de facilitar a gestão e o controle por parte das empresas, garantindo maior transparência e possibilitando uma análise estratégica do envolvimento de cada representante nas pautas relevantes para o setor portuário.



Análise Concorrencial da Implantação das Instalações Portuárias

O estudo, realizado pelas equipes jurídica e de P&D da ATP, teve como objetivo avaliar deliberações e entendimentos trazidos no Acórdão nº 499/2023/ANTAq, em especial os achados sobre terminais autorizados não operacionais.

Estudo dos Impactos Tarifa 1 sobre os TUP de Itaguaí

A padronização tarifária estabelecida pela ANTAq mediante a Resolução nº 61/2021 trouxe benefícios ao setor por facilitar a comparabilidade entre diferentes portos. No entanto, a metodologia para a definição da tarifa equivalente, aplicada às autoridades portuárias que não utilizavam a Tonelada de Porte Bruto (TPB) como padrão, apresentou diversos problemas, em especial pela incompletude de informações da contabilidade regulatória dos portos ORGANIZADOS.

A imprecisão dos dados acabou gerando tarifas equivalentes com valores quase 120% maiores que os originais, impactando sobremaneira os TUP. Nesse sentido, as equipes jurídica e de P&D da ATP elaboraram um estudo sobre os impactos dessa alteração sobre os TUP de Itaguaí, e vêm atuando junto à ANTAq para a correção do valor.

3.6.2 Análises técnicas

A equipe de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ATP desempenha papel essencial na análise técnica que embasa as ações da Associação em diversas frentes. A área é responsável por **avaliar tecnicamente as audiências e consultas públicas**, auxiliando o setor jurídico na análise de metodologias aplicadas por órgãos como ANTAq, Mpor e outros reguladores do setor.

O trabalho desenvolvido pela equipe de P&D resulta na geração de dados e informações cruciais que fortalecem as argumentações da ATP, garantindo que as contribuições da Associação sejam fundamentadas em bases técnicas sólidas, impactando positivamente a regulamentação e o ambiente de negócios no setor portuário.

Adicionalmente, a equipe presta suporte aos **associados em demandas técnicas individuais**, oferecendo assistência especializada para desafios específicos. Também apoia **estudos internos e os solicitados por outros órgãos** do setor, reafirmando o compromisso da ATP com uma atuação técnica qualificada e voltada para o desenvolvimento sustentável e eficiente do setor portuário.

O controle dessas demandas é feito internamente na ATP, com a devida confidencialidade, uma vez que muitas delas, incluindo as individuais de associados, são sigilosas. No entanto, a equipe de P&D planeja, a partir de 2026, fornecer aos associados um detalhamento sobre suas demandas individuais atendidas.

3.6.3 Apoio à Coordenação de Comunicação

A área de Pesquisa e Desenvolvimento presta suporte à comunicação da ATP, fornecendo análises de dados para os *posts* mensais do setor. Além disso, contribui com informações e estudos setoriais para a elaboração de artigos e matérias jornalísticas, assegurando embasamento técnico e rigor na divulgação das informações.

Ao longo de 2024, foram publicadas 12 matérias em mais de 20 veículos diferentes, que contaram com o apoio da equipe técnica da ATP em sua elaboração.

3.7 Relações Governamentais e Institucionais (RIG)

A Gerência Técnica é responsável pela área de RIG na ATP, junto com a consultoria Burson de Public Affairs (antiga BCW), monitorando os assuntos de interesse da ATP e de seus associados no que diz respeito ao relacionamento com os demais *stakeholders* (órgãos públicos e entidades privadas) e atuação junto ao Poder Legislativo (com ênfase na Câmara e no Senado).

A área de RIG também apoia a comunicação da ATP na elaboração de notícias e divulgação de agendas e eventos, e utiliza subsídios das áreas jurídica e de P&D para as análises de proposições legislativas e de outros textos, visando apoiar reuniões, apresentações, informes e análise de cenário para a Diretoria da ATP e associados.

A Burson, por sua vez, está no 3º ano de seu contrato com a ATP, o segundo ano com expansão de temas-chave, que são cinco, a saber: a) marcos regulatórios do setor portuário; b) licenciamento ambiental e uso de bem público (terrenos de marinha e espelho d'água); c) hidrovias; d) reforma tributária, indústria e desenvolvimento, e e) transição energética e hidrogênio verde.

Como produtos semanais e mensais, a Burson subsidia a ATP com alertas dos diários oficiais e *newsletters* diários, agenda política da semana e resultado da agenda, relatório de proposições novas e em andamento, análise de cenário político nacional, além de elaborar análises sob demanda, perfis de autoridades, *policy listening* periódicos sobre tema definido pela ATP, prévia do Informe Semanal do Congresso da ATP e alertas de assuntos urgentes (via WhatsApp).

A Burson realiza reuniões com a equipe interna da ATP semanalmente, para planejamento das ações e atualização de assuntos.

Em 2024, a área de RIG, em conjunto com a Burson, desenvolveu diversas ações, resumidas a seguir, mas que serão destacadas adiante.

- Monitoramento de **588** proposições legislativas no Congresso Nacional — um aumento de 96% em relação a 2023, quando tínhamos 299 proposições. Esse número compreende projetos de lei, projetos de lei complementar, de decreto legislativo, medidas provisórias e requerimentos diversos (de audiência pública, de apensamento, de informações, de adesão às frentes parlamentares etc.).
- Análise dos cenários eleitorais do 1º e do 2º turnos em cidades-chave para a ATP.
- Elaboração de **24** perfis de parlamentares e autoridades.
- Elaboração de **5** *policy listening*, sendo 4 sobre o tema CEPortos (marco regulatório; setor portuário, Lei de Portos e repercussão da CEPortos) e 1 sobre concessão de hidrovias.
- Análise sobre a Lei do Hidrogênio Verde (Lei nº 14.948/2024, sancionada em agosto, derivada do PL 2308/2023), com aspectos importantes para o setor (incentivos tributários).
- Acompanhamento de **23** audiências públicas e de **17** eventos do setor, elaborando os respectivos relatórios.
- Acompanhamento de **18** reuniões com parlamentares, gabinetes e lideranças partidárias, para tratar de projetos de lei e assuntos de interesse do setor.
- **271** alertas DOU, **238** *newsletters*, **40** relatórios gerados e **8** análises de temas e iniciativas diversas.

3.7.1 Congresso Nacional

A ATP cumpriu a agenda de 2024 no Congresso Nacional com o apoio da consultoria Burson. A Associação aumentou a sua participação em relação a 2023 em audiências públicas, eventos em frentes parlamentares e institutos, além de realizar reuniões com parlamentares para enfrentamento de questões importantes ao setor.

O ano de 2024, no entanto, foi pouco movimentado no âmbito das comissões das duas Casas Legislativas em razão das eleições municipais, ocorridas em 06 de outubro de 2024 (em 1º turno), para escolha popular de prefeitos e vereadores em todo o país. As assembleias partidárias para definição de candidatos, o recesso "branco" no Congresso Nacional no meio do ano, além das tratativas políticas no fim do ano para a eleição dos novos presidentes da Câmara e do Senado em 2025 afetaram o trâmite das proposições legislativas. Até mesmo as leis orçamentárias, que possuem prazos para serem votadas, sofreram atraso em 2024.

Destaque, no entanto, foi para a rápida tramitação da regulamentação da Reforma Tributária nas duas Casas, por meio do **PLP nº 68/2024**, que passou no primeiro semestre de 2024 na Câmara e no segundo, no Senado. O PLP contou a atuação da ATP, em conjunto com entidades da Coalizão Portuária e a CNT, visando garantir a vigência do Reporto até o fim de 2028, na fase na transição entre os tributos, bem como a desoneração de serviços na exportação que, ao final, foram garantidos.

3.7.2 Senado

A ATP participou, em 06 de março, de audiência pública na Comissão de Reforma Agrária e Agricultura (CRA) do Senado Federal, cujo tema era debater os "gargalos e desafios para o escoamento da safra brasileira". A iniciativa foi do senador Jaime Bagatolli (PL-RO), e participaram da audiência representantes da CNA, da ANTAq e do Ministério dos Transportes, representado pelo diretor-geral do DNIT, e a ATP, representada por sua gerente técnica Ana Paula Gadotti.

Em 27 de maio, a ATP participou de outra audiência pública, desta vez, na CCJ do Senado Federal, cuja pauta foi a "PEC 03/2022", que trata da extinção e alteração da titularidade dos terrenos de marinha da União. A iniciativa foi do relator da matéria na CCJ, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Participaram da audiência representantes de órgãos públicos como IBAMA, SPU, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), além dos prefeitos das cidades de Belém/PA e Florianópolis/SC, Instituto de Terras do Estado do Amapá, entidade representativa de pescadores artesanais, além da ATP, representada pela gerente técnica Ana Paula Gadotti.

Além disso, a ATP acompanhou outras audiências e reuniões como ouvinte, com especial destaque para a audiência pública realizada na Comissão de Infraestrutura (CI), em 15 de outubro, que tratou sobre a "Descarbonização do Transporte Marítimo". O evento contou com a participação de representantes do IBI, do comandante Flavio Matuhy (assessor da Marinha para a IMO), do Mpor, do Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), BNDES, Associação Brasileira de Terminais Portuários - ABTP e da Universidade de São Paulo -USP.

Além disso, a área de RIG acompanhou e atuou em outros assuntos e PLs específicos, com destaque para as seguintes matérias em 2024.

- **PL 2966/2021** (serviços de capatazia), na Comissão de Infraestrutura, cuja opinião da ATP é desfavorável à aprovação.

- **PL 2159/2021** (novas diretrizes para o licenciamento ambiental), em que a ATP apresentou propostas de emendas aos senadores relatores e membros das duas comissões em que ele tramita, quais sejam: a Comissão de Meio Ambiente (CMA) e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Foram realizadas 11 reuniões sobre o tema, com as assessorias dos senadores Confúcio Moura (MDB/RO), Tereza Cristina (PP/MS), Alan Rick (UniãoBR/AC), Jaime Bagatolli (PL/RO), Fabiano Contarato (PT/ES), Jacques Wagner (PT/BA), Leila Barros (PDT/DF), Damares Alves (Republicanos/DF), a Liderança do Governo do Senado Federal, o assessor ambiental do Senado, Cléberson Zavaski, além da Assessoria Parlamentar do Mpor.

- **PEC 3/2022**, que extingue os terrenos de marinha. Foram realizadas reuniões com a assessoria do relator senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para levar a posição da ATP contrária à PEC ou a favor de alteração que preveja a não obrigatoriedade de aquisição do terreno de marinha por parte dos TUP. Fomos atendidos nesse quesito, com base no último parecer do relator após a audiência pública realizada. O parecer, contudo, ainda está pendente de votação na CCJ.

- **PL 508/2024**, que faz a compilação da legislação aduaneira e sobre comércio exterior, em trâmite na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Após contato com a assessoria do relator senador Renan Calheiros (MDB/AL), soubemos que esse PL ficará paralisado, pois será apresentada nova redação, articulada com o governo (RFB), que é o PL 4423/2024, apresentado em novembro.

- **Marcos regulatórios do setor e concessões de hidrovias:** contato mantido com o senador Beto Martins (PL/SC). Houve pedidos de reunião com senadores do Norte (PA, AM e RO) para tratar das concessões de hidrovias que não foram confirmadas em 2024 e espera-se que aconteçam em 2025.

- **BR-163 no Pará e acessos portuários:** foi realizada reunião com a senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), em apoio à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e associados da cadeia do agronegócio, para prestar informações e pedir o apoio da senadora a respeito das obras previstas no contrato de concessão da empresa Via Brasil, concessionária da BR-163 no trecho paraense.

3.7.3 Câmara dos Deputados

A ATP participou de diversas ações legislativas na Câmara em 2024. No início do ano, a ATP cumprimentou, por meio de carta, os deputados federais eleitos para presidir as Comissões Permanentes e realizou reuniões presenciais com alguns deles. Destaque para o encontro com o deputado Gilberto Abramo (Republicanos/MG), em 19 de março, então presidente da Comissão de Viação e Transportes (CVT), e no dia 23 de abril, com o deputado Guilherme Uchôa Júnior (PSB/PE), vice-presidente , em cujas reuniões a ATP comentou sobre os PLs em trâmite na CVT de seu interesse. Foi realizada reunião em 18 de junho com o deputado Marcos Pereira (Republicanos/SP), então primeiro vice-presidente da Câmara e líder de seu partido na Casa (foto).

No dia 21 de maio, a ATP também se fez presente à audiência pública realizada no âmbito da CVT, na Câmara dos Deputados, requerida pelo presidente deputado Gilberto Abramo (Republicanos/MG), que tratou do tema "Entraves Burocráticos Enfrentados pelo Setor Portuário Brasileiro", para subsidiar o trabalho da CEPortos. O encontro teve diversos palestrantes, tanto de órgãos públicos como Mpor, ANTAq, Marinha, TCU, Receita Federal, TRT, quanto de entidades privadas, como o IBI, FENOP, ABTP, ABRATEC, CENTRONAVE, ABIOVE, além da ATP, representada pela gerente Ana Paula Gadotti, que na oportunidade também falou pela CNT.

Já no fim do segundo semestre, em 13 de novembro, a ATP participou de dois eventos relevantes na Câmara. O primeiro deles foi o seminário Um Ano de Realizações da Frente Parlamentar de Defesa da Navegação Interior, promovido pela referida Frente, com o apoio da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (ABANI). Na oportunidade, houve falas dos deputados Júlio Ferrari (PSD/PA) e Saullo Vianna (União-AM), presidente e vice da Frente Parlamentar, respectivamente, do presidente da ABANI, Dodó Carvalho, representantes da ANTAq e do Mpor, além da ATP, que foi representada por sua diretora executiva, Gabriela Costa.

Por fim, no dia 26 de novembro, a ATP esteve presente ao 1º Seminário Internacional de Cooperação e Inovação do Setor Portuário, promovido pela CVT, a pedido de seu presidente, o deputado Gilberto Abramo (Republicanos/MG). Na oportunidade, foram tratados temas ligados à integração regional via portos e hidrovias, comentando-se especificamente sobre as hidrovias Uruguai-Brasil e Paraguai-Paraná (tema apresentado pela ATP), além de relatos sobre as tecnologias e experiências em portos verdes. O evento contou com a participação de representantes do Mpor, da FENOP, da ABTP, dos embaixadores da Argentina, do Paraguai, dos Países Baixos, da Noruega e do Peru no Brasil, diretores de portos como o de São Francisco do Sul/SC e de Martín Chico, Argentina, além da ATP, que esteve representada pela gerente técnica Ana Paula Gadotti.

Cabe destacar que a área de RIG da ATP acompanhou junto à Câmara todas as ações da **CEPortos**, comissão de juristas nomeada pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, em dezembro de 2023, mas que foi instalada em 12 de março de 2024 para promover a revisão do marco regulatório do setor portuário. Foram realizados: seis audiências públicas (dia 1º de abril em Vitória/ES, dia 17 de abril em Brasília/DF, dia 24 de abril em Santos/SP, dia 10 de maio em Itajaí/SC, dia 16 de maio no Rio de Janeiro/RJ e dia 23 de maio no Recife/PE), todas acompanhadas pela ATP; um Simpósio no TST no dia 05 de setembro; uma audiência com os consultores externos da Comissão, realizada na CVT/Câmara; e uma reunião interna preparatória para o Simpósio na véspera, dia 04 de setembro. Nos eventos em que houve fala da ATP, a Associação esteve representada em sua maioria pelo diretor-presidente Murillo Barbosa e pela coordenadora Jurídica Rafaela Brandão. A Comissão se extinguiu em 23 de outubro de 2024, após a entrega do relatório final dos trabalhos e do anteprojeto de lei para alteração dos marcos regulatórios do setor. Até o final de dezembro, o anteprojeto não havia sido numerado e despachado.

A ATP atuou também por meio de reuniões de aproximação com parlamentares, lideranças e seus gabinetes para debater PLs e destacar pautas de seu interesse. Destacamos a aproximação com o gabinete do deputado Sóstenes Cavalcante (Republicanos/RJ) e com o deputado Gutemberg Reis (MDB/RJ), para atualização sobre temas do setor portuário com ênfase no Rio de Janeiro. Houve também a articulação sobre o **PL 3564/2019**, que altera a Lei de Portos para mudar as competências do Conselho de Autoridade Portuária - CAP. Sobre esse PL, a área de RIG promoveu reunião com o relator, deputado Luiz Gastão (PSD/CE), articulando também com as entidades da Coalizão Portuária. A princípio, o texto do PL era desfavorável para a ATP, mas, após reunião organizada pela Burson e ATP entre o parlamentar e a Coalizão Portuária, o parlamentar alterou o parecer adotando algumas sugestões do setor portuário. O parecer está pendente de votação.

Destaca-se que a ATP participou de diversos eventos promovidos por entidades na Câmara dos Deputados, com apoio de Frentes Parlamentares e da CNT. Um deles foi o evento da Associação Brasileira de Operadores Logísticos (ABOL), no dia 14 de novembro, na Câmara dos Deputados, que promoveu a divulgação dos dados da pesquisa bianual sobre o Perfil dos Operadores Logísticos.

Terminal de Madre de Deus - Petrobras (BA)

4

Comitês

ATP

4

Comitês

4.1 Comitê de Comunicação

COMITÊ DE
COMUNICAÇÃO

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Coordenação
Caio Cunha
Porto do Açu

O Comitê de Comunicação da ATP, em 2024, foi coordenado pelo representante Caio Cunha. Em dezembro, foram eleitas Camila Tavares, gerente de Comunicação do Porto do Açu, como nova coordenadora, e Mariana Viel, gerente de Comunicação da Portonave, como vice.

O Comitê visa reunir as áreas de comunicação das empresas associadas para, juntas, colaborarem na divulgação positiva dos Terminais de Uso Privado - TUP na mídia e trocarem ideias para as estratégias de comunicação da ATP.

Número de reuniões
3

Temas em foco

- resultados de comunicação da ATP de 2023 e o planejamento para 2024
- encontro com representantes das assessorias de comunicação da ANTAq e do Mpor, que alinharam com os associados estratégias para divulgação dos TUP nas redes do governo
- estudo da Associação sobre "Análise Concorrencial da Implantação das Instalações Portuárias" e as estratégias de atuação.
- apresentações de cases:
  - Portonave 15 anos: um exemplo de memória organizacional (prêmio Aberje da região Sul);
  - Programa de Visitas Virtuais da Transpetro (prêmio 'Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores – PEMCC");
  - Pesquisa interna para a promoção da cultura organizacional da Prumo e da Porto do Açu (prêmio "Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores – PEMCC");
  - Vidas: um movimento pelo que mais importa, da Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes (Prêmio Aberje de Comunicação da região Sul, na categoria público interno).

4.2 Comitê Jurídico

COMITÊ **JURÍDICO**

ATP Associação de Terminais Portuários Privados

Coordenação
Fábio Moya
Porto Itapoá

Vice
Sandra Silva
Cargil

Vice
Pedro de Franco
Vale
(até setembro/24)

Considerado o núcleo central da associação, o COJUR atua para garantir a segurança jurídica dos terminais privados. O Comitê também trabalha para debater e propor melhorias no setor portuário.

Número de reuniões	Número de informes	Número de audiências/ consultas públicas
9	92	10

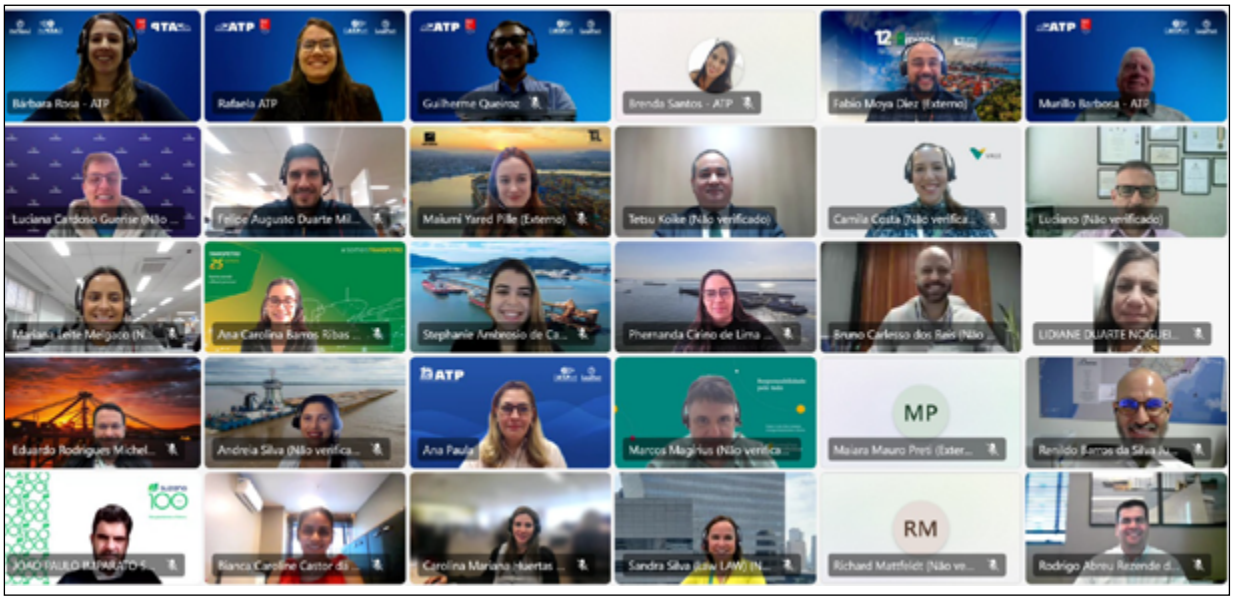
Temas em foco

- estudo elaborado pela ANTAq, objeto do Acórdão nº 499/2023, referente à "Análise concorrencial: terminais de uso privado vis-à-vis terminais arrendados";
- audiências e consultas públicas de iniciativa das Agências Reguladoras (ex.: ANTAq, ANVISA etc.) e Mpor;
- anteprojeto à Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013) – Comissão de juristas criada pela Câmara dos Deputados;
- desafios e expectativas relacionados ao programa Navegue Simples;
- cobrança de espelho d'água pela SPU, prevista na Portaria nº 7.145/2018;
- Resolução ANTAq nº 118/2024 – Estabelece a obrigatoriedade da prestação de informações para alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP) da ANTAq;
- Resolução ANTAq nº 109/2023, que dispõe sobre a estrutura de serviços prestados por operadores portuários e instalações portuárias que movimentam e armazenam cargas conteinerizadas, e a definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares – Simulação Eletrônica de Preços das Operações Portuárias (SEOP);
- ações judiciais e processos de interesse da ATP, em tribunais regionais e superiores;
- Lei nº 14.801/2024, que criou a debênture de infraestrutura;
- julgamento de processos administrativos de interesses de associados e da ATP – Reunião de Diretoria Colegiada da ANTAq;
- Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios – Iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério das Mulheres, em atenção ao Decreto nº 11.795/2023, que regulamenta a Lei nº 14.611/2023;
- assuntos atrelados à RFB, em especial despacho aduaneiro de mercadorias abandonadas;

- RR TEMA 1079 – Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afasta teto para contribuições parafiscais destinadas ao SESI, SENAI, SESC e SENAC – O recolhimento das contribuições arrecadadas por conta de terceiros não está submetido ao limite máximo de 20 salários mínimos;
- nova lista de portos emissores de Certificado Sanitário da Embarcação – ANVISA;
- Marco Legal do Hidrogênio de Baixo Carbono sancionado pela Lei nº 14.948/2024 – Incentivos Tributários;
- alterações estatutárias da Associação;
- Contribuições (Audiências, Consultas Públicas ou outras produções): + 500;
- Audiência Pública nº 09/2023-ANTAq – Aprimoramento de proposta normativa que estabelece o conteúdo mínimo dos Relatórios de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR);
- Audiência Pública nº 02/2024-ANTAq – Aprimoramento da Resolução Normativa ANTAq nº 7/2016, que regula a exploração de áreas e instalações portuárias sob gestão da administração do porto, no âmbito dos portos organizados;
- Audiência Pública nº 08/2024-ANTAq – Aprimoramento da Resolução ANTAq nº 85/2022, para regulamentar a revisão extraordinária dos contratos de concessão nos portos organizados, e da Resolução ANTAq nº 61/2021, para regulamentar o mecanismo de Proposta Apoiada;
- Consulta Pública ANVISA nº 1.259 – Dispõe sobre as boas práticas de armazenagem e a certificação de boas práticas de armazenagem de bens e produtos sujeitos à vigilância sanitária em armazéns alfandegados;
- Consulta Pública ANVISA nº 1.260 – Critérios para peticionamento de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e Autorização Especial de Funcionamento (AE) em Portos, Aeroportos e Fronteiras;
- Aviso de Tomada de Subsídios SOG nº 1/2024 da ANTAq – Elaboração da Agenda Regulatória do Quadriênio 2025-2028;
- Aviso de Tomada de Subsídios SRG nº 1/2024 da ANTAq – Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) 2023-2026;
- Audiência Pública nº 12/2024-ANTAq – Obter contribuições para o aprimoramento da proposta normativa que estabelece os procedimentos administrativos decorrentes do exercício das atividades de fiscalização sob competência da ANTAq;
- Audiência Pública nº 15/2024-ANTAq – Obter contribuições para o aprimoramento da proposta de instrução normativa (IN) que estabelece os procedimentos gerais e critérios referenciais a serem observados pelas unidades técnicas da ANTAq na qualificação de condutas e práticas no fornecimento de serviços em instalações portuárias;
- Audiência Pública nº 16/2024-ANTAq – Obter contribuições para o aprimoramento da proposta de revisão da Resolução Normativa ANTAq nº 13/2016, que dispõe sobre o registro de instalações de apoio ao transporte aquaviário.

Reuniões e ações importantes

No dia 14 de agosto, o grupo se reuniu com a presença do diretor Tetsu Koike (Mpor) e do superintendente de Outorgas, Renildo Barros (ANTAq), para tratar dos desafios e expectativas relacionados ao programa "Navegue Simples".



Evento da Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados (CEPortos) no TST e estratégia de atuação da ATP nessa Comissão.

4.3 Comitê de Infraestrutura

COMITÊ DE
INFRAESTRUTURA

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Coordenação
Marco Antônio Gamaro
Samarco

Vice
João Paiva
Louis Dreyfus

O Comitê de Infraestrutura da ATP tem como principal objetivo tratar de temas relativos à infraestrutura e superestrutura portuária, sendo responsável por elaborar contribuições estratégicas em planejamentos de nível nacional e por acompanhar projetos de infraestrutura primordiais para os terminais.

Número de reuniões	Número de informes	Número de audiências/ consultas públicas	Contribuições (audiências, consultas públicas ou outras produções)
7	48	4	37

Temas em foco

- Plano Setorial Portuário;
- Plano Setorial Ferroviário;
- Plano Setorial Hidroviário;
- Plano Setorial Rodoviário;
- concessões de canais de acesso (Paranaguá);
- concessões hidroviárias (Madeira, Paraguai, Tapajós, entre outros projetos);
- aspectos da navegação, calado dinâmico e fundos de natureza mole;
- qualificação do trabalhador aquaviário;
- seca e impactos em hidrovias;
- gargalos em acessos rodoviários e ferroviários.

Comitê de Infraestrutura recebe secretário Nacional de Hidrovias

Em reunião híbrida, o Comitê de Infraestrutura da ATP se reuniu com o secretário Nacional de Hidrovias, Dino Antunes. Na oportunidade, foram discutidos temas essenciais para o aprimoramento do setor hidroviário e as potencialidades de aprimoramento do Plano Setorial Hidroviário (PSH).

Durante o encontro, os representantes do comitê trouxeram sua análise do PSH, destacando alguns pontos de melhorias. A qualificação do trabalhador aquaviário foi considerada uma questão central, a qual, após sugestão da ATP, foi incluída no Plano.

A crise hídrica observada ao longo do ano também foi pauta da reunião. Os presentes enfatizaram a necessidade de dragagens emergenciais, assim como a necessidade de um planejamento contínuo e de longo prazo para essas operações, com contratos mínimos de cinco anos.

A reunião com o secretário Nacional de Hidrovias representou uma importante oportunidade para o alinhamento de estratégias e o fortalecimento do diálogo entre a ATP e o Mpor, reafirmando o compromisso com a modernização, a segurança e a eficiência das hidrovias no Brasil.

CINFRA recebe especialista Felipe Ruggeri, engenheiro naval

O Comitê de Infraestrutura da Associação da ATP recebeu, em uma reunião virtual, o especialista Felipe Ruggeri, engenheiro naval, para apresentação sobre os riscos associados à lama fluida e sua relação com a segurança das embarcações. Durante a exposição, Ruggeri destacou a falta de entendimento mais aprofundado sobre quais fundos realmente representam riscos para as operações portuárias e a navegação.

O especialista abordou, ainda, a importância de se realizar uma análise técnica mais detalhada dos fundos para a implementação de medidas adequadas que garantam a segurança das operações. Em sua apresentação, Ruggeri trouxe um recorte histórico, mencionando exemplos de sucesso em portos internacionais, como Zeebrugge e Rotterdam, nos quais operações seguras em fundos moles já são realizadas com êxito há muitos anos, evidenciando a viabilidade dessas práticas quando acompanhadas de monitoramento constante e tecnologia adequada.

A palestra proporcionou um importante espaço de reflexão sobre a segurança nas operações portuárias e o aprimoramento das práticas relacionadas à gestão de fundos nos terminais portuários brasileiros, ressaltando a necessidade de abordagem mais técnica e embasada nas experiências internacionais bem-sucedidas.

Lançamento dos Planos Setoriais Portuário e Hidroviário

A ATP participou, no dia 05 de dezembro, do evento de lançamento dos Planos Setoriais Portuário e Hidroviário, realizado pelo Mpor. Ao longo de 2024, o Comitê de Infraestrutura da ATP participou assiduamente da elaboração das contribuições para os dois planos setoriais, assim como para o plano setorial rodoviário e ferroviário.

4.4 Comitê de Segurança

COMITÊ DE **SEGURANÇA**

ATP Associação de Terminais Portuários Privados

Coordenação
Maycon Lima
Samarco

Vice
Ricardo Jesus
Cargill

O Comitê de Segurança já se consolidou como um dos principais fóruns nacionais para o debate da segurança patrimonial portuária e aduaneira.

Número de reuniões	Número de informes	Número de audiências/ consultas públicas	Contribuições (audiências, consultas públicas ou outras produções)
4	28	1	3

Temas em foco

- Guia de Boas Práticas em Segurança Portuária e Aduaneira;
- auditorias operacionais da CONPORTOS;
- cursos de formação de supervisores de segurança portuária;
- segurança pública na navegação;
- segurança cibernética no setor portuário;
- Plano Nacional de Segurança Portuária.

Comitê de Segurança convida CONPORTOS e SENAD para mesa de conversa

No dia 13 de maio, o Comitê de Segurança da ATP realizou uma reunião híbrida em Brasília, reunindo representantes dos terminais associados e autoridades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD) e da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS).

A reunião contou com a participação de Natália Chaves, coordenadora da SENAD do Ministério da Justiça, que apresentou o tema "Gestão de Ativos e Ciclo Virtuoso", abordando o fluxo de apreensões decorrentes do tráfico de drogas e a destinação dos bens confiscados. Durante sua exposição, foram esclarecidas questões relativas à administração desses ativos, destacando os desafios e as diretrizes aplicáveis à sua gestão.

Na sequência, o delegado Marcelo João, presidente da CONPORTOS, trouxe ampla discussão sobre a segurança portuária, tratando do aumento dos casos de pirataria e roubos de embarcações na região Norte, bem como da necessidade de ações coordenadas para mitigar esses riscos. Também foram abordadas as auditorias realizadas pela CONPORTOS e pelas Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CEPORTOS), com orientações sobre conformidade e fiscalização nos terminais.

O presidente da CONPORTOS aproveitou a oportunidade para trazer atualizações sobre o Plano Nacional de Segurança Portuária, e sobre o curso de formação e atualização de Supervisores Segurança Portuária (SSP).

Comitê promove live sobre Segurança Cibernética

O Comitê de Segurança da ATP promoveu, live dedicada ao tema da cibersegurança nos terminais portuários. O encontro contou com a participação do especialista em Cibersegurança e Proteção Digital de Negócios, Carlos Albuquerque, que abordou os desafios enfrentados pelos terminais portuários no contexto da segurança cibernética e as medidas fundamentais para mitigar riscos e proteger ativos estratégicos do setor.

Durante sua apresentação, Albuquerque ressaltou que a segurança cibernética deve ser compreendida como um risco corporativo e não apenas um problema restrito ao setor de Tecnologia da Informação (TI).

Comitê participa do evento PortoTech promovido pela Portonave

Diversos representantes do Comitê de Segurança estiveram presentes no PortoBRTech 2024, evento técnico promovido pela Portonave, que trouxe como tema a cibersegurança, inovação e segurança dos recintos aduaneiros brasileiros. O workshop proporcionou um ambiente estratégico de networking entre profissionais do setor e os principais fornecedores de soluções portuárias, promovendo debates sobre tendências e desafios tecnológicos aplicados à segurança e eficiência operacional dos terminais.

Durante o evento, foram realizadas palestras com especialistas nacionais e internacionais, abordando temas de grande relevância para o setor. Entre os destaques, Diego Espinel, diretor de Segurança da Dole Foods no Equador, apresentou as "Lições de Combate ao Narcotráfico", compartilhando experiências e boas práticas na mitigação desse risco nos portos. Ilmor Juenge, auditor fiscal da RFB, discutiu a API Recintos & Portaria 76, esclarecendo aspectos regulatórios e operacionais essenciais para a conformidade aduaneira.

O futuro da inspeção de cargas com o uso de inteligência artificial também foi abordado pelo chefe do Centro de Excelência em IA na Receita Federal, Jorge Jambeiro Filho, destacando os avanços tecnológicos na fiscalização aduaneira. Além disso, a palestra sobre Gestão de Acesso Facial – ControlID trouxe inovações relacionadas à segurança de acesso.

1º Simpósio de Segurança Pública e Direito nos Portos

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, em parceria com a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS e a Companhia Docas da Paraíba (CDPMDF), promoveu o 1º Simpósio de Segurança Pública e Direito nos Portos. O evento reuniu especialistas, autoridades e representantes do setor portuário para debater os desafios da segurança nos portos brasileiros, compartilhar melhores práticas e apresentar soluções para mitigar riscos e fortalecer a proteção dessas infraestruturas estratégicas.

Entre os principais temas abordados, destacaram-se o uso de novas tecnologias para aprimorar a segurança portuária, a necessidade de cooperação entre autoridades, empresas e forças de segurança, além da importância de um arcabouço jurídico eficiente para garantir operações seguras e regulares. Diversos membros do Comitê de Segurança da ATP estiveram presentes durante o 1º Simpósio.

4.5 Comitê de Sustentabilidade

COMITÊ DE **SUSTENTABILIDADE**

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Coordenação
Caroline Brandl
Porto do Açu

Vice
Ulisses Oliveira
Porto Sudeste

Ao longo dos últimos anos, o Comitê de Sustentabilidade da ATP vem ganhando notoriedade não só perante a Associação, mas também em relação às principais entidades do setor portuário. Ele é responsável por tratar de temas como regulações ambientais, políticas de ESG e interlocução com órgãos nacionais sobre pautas do gênero.

Número de reuniões	Número de informes	Número de audiências/ consultas públicas	Contribuições (audiências, consultas públicas ou outras produções)
6	61	5	129

Temas em foco

- Projeto "Diálogo Portuário com o IBAMA";
- Política de Sustentabilidade do Mpor;
- Plano de Compensação da Atividade Pesqueira – IBAMA;
- vigilância epidemiológica nos terminais portuários – ANVISA;
- portos emissores de certificado sanitário de embarcações – ANVISA;
- alterações metodológicas no Índice de Desenvolvimento Ambiental (IDA) – ANTAq;
- atrasos processuais junto ao IBAMA e à ANVISA, decorrentes da falta de efetivo e da greve realizada;
- PL 2159/2021 – Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental;
- Resolução nº 99/2023 (ANTAq) – Retirada de Resíduos de Embarcações;
- Agenda 2030 do Mpor;
- delegação de licenciamento ambiental de competência federal (IN nº 8/2019/IBAMA);
- apoio na organização do CooperaPortos;
- apoio na criação da Aliança pela Descarbonização.

Sustentar realiza live com a ANTAq para falar sobre a Resolução nº 99/2023

O Comitê de Sustentabilidade da ATP promoveu, em parceria com a ANTAq, uma live para debater a Resolução nº 99/2023, publicada pela Agência. A legislação visa regulamentar os serviços de retirada de resíduos de embarcações em águas sob jurisdição nacional, abarcando tanto instalações autorizadas quanto os portos públicos.

O encontro, conduzido pelo gerente de Meio Ambiente da ANTAq, Uirá Cavalcante Oliveira, teve como objetivo primordial esclarecer dúvidas acerca das atualizações normativas. A ANTAq destacou a importância do papel dos terminais como autoridades controladoras, responsáveis perante a ANTAq pela habilitação, controle e fiscalização da prestação de serviço de coleta de resíduos em embarcações.

Já os membros do comitê alertaram a Agência sobre dispositivos conflitantes entre a Resolução nº 99/2023 e a Resolução nº 2.650/2012. Tais itens foram posteriormente encaminhados pela ATP para a ANTAq, via ofício, e já sanados.

Também participaram os servidores da ANVISA.

Projeto "Diálogo Portuário com o IBAMA"

Anualmente, o Comitê de Sustentabilidade da ATP define um projeto a ser implementado por seus membros, alinhado às prioridades estabelecidas na sua agenda de trabalho. Em 2024, em parceria com a Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH) e o IBAMA, o comitê desenvolveu um curso de formação voltado aos servidores do Instituto.

O curso teve como objetivo capacitar os novos servidores do IBAMA, oferecendo uma visão abrangente do setor portuário, desde conceitos fundamentais até aspectos regulatórios, nomenclatura de equipamentos e outras especificidades da área. A estrutura do curso foi composta por nove módulos, elaborados conforme as diretrizes da Coordenação-Geral de Meio Ambiente Costeiro e Marinho (CGMac) do IBAMA.

Evento Infra Sustentável

A coordenadora de Pesquisa e Desenvolvimento da ATP, Bárbara Rosa, participou do evento "Infra Sustentável", promovido pela INFRA/©. Na oportunidade, apresentou os projetos desenvolvidos pelo Comitê de Sustentabilidade da ATP ao longo dos seus oito anos de funcionamento.

Bárbara destacou a publicação do Guia de Boas Práticas em Sustentabilidade Portuária, as ações do comitê para inclusão dos TUP no CooperaPortos e o novo projeto de webinares desenvolvido em parceria com o IBAMA.

Participação no XXXI CooperaPortos

O Comitê de Sustentabilidade também participou ativamente do 31º CooperaPortos, realizado entre os dias 21 e 23 de agosto no Porto de Paranaguá, Paraná. O evento, promovido pela ANTAq, teve como tema central as boas práticas socioambientais no setor portuário e contou com a ATP como uma das entidades parceiras.

A ATP esteve representada na mesa de abertura pela coordenadora de Pesquisa e Desenvolvimento, Bárbara Rosa. Além disso, diversos associados participaram da programação, contribuindo com palestras e debates sobre temas estratégicos. Carlos Leandro Assini, da Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes, integrou o painel "O desafio da certificação do sistema de gestão ambiental e de SST na área portuária"; Ulisses Oliveira, do Porto Sudeste, abordou o tema "Descarbonização nos portos"; André Ribeiro, do Porto do Açu, discutiu as "Boas práticas de gestão de saúde e segurança do trabalho nos portos brasileiros"; e Júlio César Lourenço, da Portocel, participou da mesa sobre "Boas práticas de gestão de riscos de SSMA".

Além das discussões técnicas, o evento destacou iniciativas voltadas à melhoria da relação porto-cidade e ao fortalecimento das práticas de SST, com foco na mitigação de riscos e na proteção dos trabalhadores portuários.

Navegue Simples – Mesa redonda com IBAMA, MPOR e ANTAq

A reunião presencial do Comitê de Sustentabilidade da ATP contou com uma mesa-redonda de debates sobre o programa Navegue Simples. Durante a discussão, foram apresentados os encaminhamentos para a criação de grupos de trabalho e o papel da ANTAq e do IBAMA no processo.

A mesa-redonda contou com a participação de Cristina Castro, da ANTAq, Larissa Amorim, do MPor, e Itagyba Alvarenga Neto, do IBAMA, que contribuíram com perspectivas institucionais sobre os desafios e avanços do Navegue Simples.

No período da tarde, o comitê abordou a pauta de Delegação Ambiental, com a presença de Mônica Fonseca, chefe do Serviço de Delegação Ambiental Federal do IBAMA. A discussão trouxe esclarecimentos sobre o processo de descentralização das competências ambientais e seu impacto na regulação do setor portuário.

Agenda 2030 Portuária

A Agenda 2030 foi um projeto idealizado pelo MPor, com apoio da ATP, e desenvolvido em diversas etapas, envolvendo discussões estratégicas sobre a modernização e sustentabilidade do setor portuário.

A primeira etapa contou com um workshop internacional realizado em parceria com o projeto Magpie, abordando portos inteligentes e sustentáveis. Em seguida, ocorreu o workshop presencial da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNP), em Brasília, que reuniu representantes do setor, incluindo associados da ATP, como **HBSA, Portonave e Porto do Pecém**.

O projeto culminou com a missão internacional em Lisboa, onde, entre os dias 27 e 29 de novembro, a ATP participou da 19ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Cidades Portuárias (AIVP). O evento, realizado no Porto de Lisboa, reuniu especialistas e autoridades para debater soluções inovadoras voltadas à integração porto-cidade e à implementação de práticas sustentáveis na gestão portuária.

Samarco (ES)

5

Grupos de Trabalho

ATP

5 Grupos de Trabalho

O Comitê Jurídico também atua em duas frentes específicas, ambas altamente dinâmicas: o GT Comissão de Juristas e o GT Contêiner.

5.1 GT Comissão de Juristas

GT
COMISSÃO DE JURÍSTAS

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

22 membros

Empresas: ArcelorMittal, Transpetro, VALE, Cargill, Portocel, DP World, Porto Itapoá, Portonave, CIPP – Pecém, Porto do Açu, VLI, Ferroport e Porto Sudeste

Criado em 2024, o grupo teve como objetivo elaborar propostas normativas para a CEPortos. Nesse contexto, a ATP, além de integrar a Coalizão Portuária que propôs ajustes na Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013), atuou de forma autônoma na proposição de alterações à Lei nº 10.233/2001, envolvendo também questões patrimoniais alinhadas à SPU e outros aspectos referentes ao licenciamento ambiental.

A ATP participou de audiências públicas em todas as regiões do país.

5.2 GT Contêiner

GT
CONTÊINER

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

10
membros

Empresas: DP World, Porto Itapoá, Portonave, Chibatão, CIPP – Pecém e APM Terminals Suape

- O grupo, consolidado há anos na ATP, concentra-se em temas relacionados a contêineres. Em 2024, três assuntos centrais se destacaram em relação aos temas habituais regulatórios: (i) o PL 2966/2021 e a possível atuação da ATP junto ao Senado Federal; (ii) a denúncia no TCU sobre o Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres (SSE); e (iii) a auditoria operacional no TCU acerca da prestação de serviços portuários.

- Ambos os temas do TCU já vinham sendo discutidos em 2023, mas somente em 2024 houve maior desenvolvimento.

- Processo TCU nº 021.408/2019-0 – SSE: foram apresentadas denúncias ao TCU apontando irregularidades na revisão da Resolução ANTAq nº 72/2022, a qual autorizava a cobrança do SSE no setor portuário brasileiro. Após a instrução processual, o Acórdão nº 1.448/2022 declarou irregular a cobrança do SSE (ou THC-2) e determinou a anulação de todos os dispositivos da Resolução nº 72/2022. Em pedido de reexame, a ANTAq argumentou que o TCU estaria extrapolando sua competência ao atuar em atividades finalísticas da Agência, argumento esse refutado por entendimentos consolidados de que compete ao TCU verificar a legalidade ou irregularidade das ações das autarquias especiais. Além disso, a agência sustentou que a decisão do CADE confirmaria a legalidade da taxa.

- Atualmente, há duas cobranças: a THC, referente à retirada dos contêineres do navio e sua estocagem, e a SSE/THC-2, adicional pela movimentação das cargas entre a pilha e o portão de saída. O TCU critica a falta de transparência na definição dos serviços remunerados por essa taxa, apontando que, no caso concreto, foi cobrada por serviços já inclusos no box rate, configurando infração à ordem econômica, e, por isso, propôs negar o pedido de reexame.

Discussões Judiciais e Decisões Relacionadas

- O Acórdão nº 1.448/2022-Plenário do TCU foi objeto de medida cautelar em mandado de segurança (MS 38673 MC) no STF, com manifestação da Procuradoria-Geral da República, mas a ação foi desistida cerca de cinco meses depois. No STJ, a cobrança do SSE/THC-2 foi discutida no REsp 1899040, em que a operadora retroportuária Marimex solicitou a proibição da taxa cobrada pela Embraport (atualmente, DP World Santos). Em decisão de 27 de agosto, a Primeira Turma do STJ decidiu contra a cobrança, embora com voto divergente de um dos cinco ministros. A ministra relatora Regina Helena Costa afirmou que a taxa possui caráter anticoncorrencial, violando a legislação antitruste, e ressaltou que o CADE já havia classificado a cobrança como tal.

- Por fim, um estudo do CADE (Nota Técnica nº 29/2022/DEE/CADE) indicou que, embora não haja motivos para considerar o THC-2 como ilícito, a cobrança é considerada antieconômica — conforme o caso Atlântico v. Tecon Suape, em que a taxa foi considerada infração à ordem econômica, mesmo que não fosse entendida como ilícita pela ANTAq.

- Processo TCU nº 020.789/2023-8 – Auditoria Operacional sobre a prestação do serviço portuário – Entre 2023 e 2024, o TCU conduziu uma auditoria operacional para aprimorar a regulação e a fiscalização da ANTAq na prestação dos serviços de transporte e movimentação de cargas em contêineres. O exame avaliou o arcabouço regulatório

em busca de falhas e oportunidades de melhoria, com especial atenção às cobranças de: Serviço de Segregação e Entrega (SSE) de contêineres, Taxa de Movimentação no Terminal (THC), Despacho Sobre Águas (DAS e armazenagem. Para tanto, foram realizadas visitas técnicas a terminais portuários e recintos alfandegados de zona secundária, além de entrevistas com a ATP, seus associados, especialistas e usuários, complementadas por coleta e análise de dados e documentos. Com base nisso, o Relatório de Auditoria submetido ao Plenário do TCU recomendou à ANTAq que: (a) aprimore o serviço de SSE, detalhando os requisitos que o distinguem da operação com contêineres de importação no terminal primário, esclarecendo para quais tipos de trânsito aduaneiro a cesta deve ser aplicada, de modo a facilitar sua compreensão e aplicação; (b) atualize a Resolução ANTAq nº 109/2023, definindo com clareza o serviço correspondente ao período em que a carga permanece sob a responsabilidade dos terminais primários, seja durante o trânsito aduaneiro ou enquanto aguarda a retirada na modalidade DAS; e (c) acompanhe a evolução do tema, monitorando a implantação do Portal Único do Comércio Exterior e os desdobramentos junto à RFB. O processo encontra-se pendente de julgamento.

- Cumpre destacar que a ATP teve atuação ativa nos processos citados, participando como amicus curiae. Por meio de nossos escritórios de apoio, apresentamos manifestações robustas e participamos ativamente de audiências com ministros e chefes de gabinete, contribuindo de forma significativa para aprimorar as discussões e as medidas regulatórias no setor. Embora o resultado do processo de denúncia do SSE tenha sido negativo, estamos trabalhando intensamente para garantir que esse entendimento não se estenda às demais rubricas.

5.3 GT Barra Norte – Projeto Barra Norte

GT
BARRA NORTE

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Temas em foco

- **Eixo 1 –** Acompanhamento dos testes para aumento do calado junto à Marinha na Barra Norte do rio Amazonas e contrato de consultoria técnica firmado com a Arco Norte e Precursore;
- **Eixo 2 –** Levantamento batimétrico e estudos maregráficos da região, cujos dados subsidiaram os referidos testes;
- **Eixo 3 –** Acompanhamento do processo de concessão do canal de acesso à Barra Norte do rio Amazonas.

Contribuições

- Em 2024, foram realizados e validados testes na região do arco lamoso para o calado operacional de 11,80 m, com acompanhamento da consultoria contratada e do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a Barra Norte (GTI-BN) do Comando do 4º Distrito Naval da Marinha, em Belém/PA.
- Os estudos maregráficos permitiram a alteração da carta náutica da região do arco lamoso, validados pela DHN da Marinha.
- Os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para a concessão do canal da Barra Norte, contratados pela ATP e patrocinadores do projeto, elaborados pela CoastalPort Engenharia Ltda., em 2023, foram doados formalmente à ANTAq e ao MPor, a fim de subsidiar o processo de concessão do canal de acesso à Barra Norte do rio Amazonas.

Reuniões com autoridades

- Realizadas presencialmente com o Comando do 4º Distrito Naval em Belém em 1º de agosto e de maneira virtual em 06 de setembro e em 16 de dezembro.

- Com diretores da Diretoria de Portos e Costas (DPC) em 19 de março.

O GT da Barra Norte tem a coordenação de Raul Pacheco (Cargill) e apoio interno da gerente técnica Ana Paula Gadotti. O GT é formado pelos associados que possuem terminais e operam na região da Barra Norte do rio Amazonas. Eles acompanham a evolução do Projeto Barra Norte da ATP, uma das mais ativas Frentes de Trabalho da Associação, que tem por objetivo realizar estudos e desenvolver ações para aprovação do aumento do calado operacional para navegação na região. As associadas patrocinadoras do projeto (Amaggi, Cargill, LDC e MRN) se reuniram por mais de 30 vezes durante o ano, em sua maioria em reuniões remotas, para tratar de assuntos diversos ligados ao projeto, como ajustes do contrato da consultoria técnica e atualização dos trabalhos em reportes de situação quinzenais, além de encontros com a Marinha do Brasil. No segundo semestre de 2024, o grupo contou com o reforço da associada Atem's.

Quanto ao Eixo 1 das ações do projeto, de acompanhamento dos testes para aumento do calado operacional, cabe frisar que a ATP recontratou, em fevereiro de 2024, com a concordância dos associados patrocinadores, as consultorias da Arco Norte Logística Ltda. e a Precursore Engenharia Portuária e Hidrografia Ltda. para acompanhar junto ao 4º Distrito Naval (Belém/PA) os testes de aumento de calado, subsidiando a Marinha com dados maregráficos obtidos no estudo realizado em 2023, agilizando os testes de passagens de embarcações, a fim de obter as autorizações finais para o aumento do calado de navegação na região.

Em abril de 2024, o Comando do 4º Distrito Naval criou um GTI-BN, reunindo integrantes da Marinha, da praticagem local e da ATP (consultores e associados). O objetivo do GT era acompanhar os testes de aumento de calado, rever as exigências para a sua realização, em especial as previstas na Portaria nº 7/2022-Com4ºDN, e recomendar a validação dos testes à DPC e DGN. O grupo se reuniu quatro vezes durante o ano de 2024: na abertura dos trabalhos no dia 04 de abril, em 1º de agosto, em 06 de setembro e em 16 de dezembro.

Durante as reuniões, foram tratados aspectos técnicos da travessia no arco lamoso da Barra Norte, como as janelas da operação e as marés a serem aproveitadas, a metodologia de medição dos dados e equipamentos utilizados e dados obtidos, assim como os resultados após os testes. Durante o período acompanhado pelos consultores, foram realizados três testes para aumento de calado, por meio de navios agenciados pela Cargill, para o calado de 11,80 m, sendo um em julho (embarcação Navios Coral), o segundo em agosto (Maritime Longevity) e o último em outubro (Iguatemi, um navio de apoio oceânico da Marinha). A avaliação dos testes foi satisfatória e contou com recomendações da DPC e da DHN. Na reunião de dezembro de 2024, o Comando do 4º DN se comprometeu a enviar à ATP as informações completas sobre os testes realizados na região a partir de 2022 (relatórios e recomendações das diretorias especializadas da Marinha), a fim de retomar os trabalhos em 2025.

Por fim, cabe frisar que a consultoria técnica contratada teve seu contrato dissolvido em novembro de 2024, por mútuo acordo entre os consultores, a ATP e as empresas patrocinadoras. As condições para continuidade da contratação estavam sendo revistas pelas partes que, ao não chegarem a um consenso sobre a repactuação integral do contrato, decidiram pelo distrato em comum acordo. No entanto, os patrocinadores permanecem interessados no projeto, assim como a ATP, e juntos devem estudar uma nova forma de atuação junto ao GTI-BN e ao 4ºDN em 2025; afinal, os avanços nos testes de navegação são um passo importante para proporcionar ganho expressivo ao setor logístico do país.

5.4 GT de Praticagem

GT
PRATICAGEM

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Temas em foco

- publicação da Lei nº 14.813/2024, resultante da conversão em lei do PL nº 757/2022 e demais apensados, que alterou a Lei nº 9.537/97 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário – LESTA), que dispõe sobre a praticagem, fixando em lei a escala de rodízio único e a regulação econômica como atribuição da Marinha, e os próximos passos do GT; e

- eventual exigência de um segundo prático em todas as manobras, independentemente do tamanho das embarcações ou outra questão técnica, que estava sendo discutida no âmbito de algumas Capitanias dos Portos pelo país.

Contribuições

- Acompanhamento de reajustes de preços e serviços acessórios da praticagem, a fim de verificar eventual discrepância que pudesse ser levada ao conhecimento e regulação da Marinha.

- Levantamento em portos nacionais e no exterior sobre a exigência de mais de um prático em manobras, a fim de levar este estudo à Marinha para corroborar entendimento do GT de que a dupla praticagem deve ser restrita a casos excepcionais (ação a ser concluída em 2025).

Reuniões com autoridades

- Com VA Salgueirinho, com o diretor da DPC em 19 de março.

- Com VA Silvio Luís dos Santos, diretor da DGN, em 04 de julho.

- O GT da Praticagem da ATP tem a coordenação interna de Raul Pacheco (Cargill) e apoio interno da gerente técnica Ana Paula Gadotti. O GT se reuniu em duas ocasiões em 2024, todas de modo virtual (em 28 de março e em 03 de dezembro), a fim de atualizar informações de interesse do grupo sobre o tema.

6

Complexo de Pecém (CE)

CENTRAR
(Centro de Apoio Regional)

ATP

6

CENTRAR

6.1 CENTRAR/Nordeste

CENTRAR
NORDESTE

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Coordenação
José Clementino
Vale

Vice
Jorge Pessoa
Porto Cotegipe

O CENTRAR/Nordeste tem como missão o fortalecimento e desenvolvimento dos terminais portuários da região Nordeste, promovendo a integração entre os terminais e autoridades locais, na busca de um ambiente regulatório e operacional mais eficiente.

15
membros

Empresas: Alcoa, Alumar, Cotegipe, Petrobrás, Porto de Pecém, Transpetro, Vale e VLI.

Principais assuntos abordados pelo CENTRAR/Nordeste

- Futura cobrança pelo Porto de Itaqui de tarifa pelo VTMIS (Vessel Traffic Management Information System)
- Gargalos dos acessos rodoviários aos terminais
- Lei nº 12.165/2023 – Taxa de controle e monitoramento ambiental da atividade portuária com recursos minerais (TMP)

Futura cobrança pelo Porto de Itaqui de tarifa pelo VTMIS

No início de 2024, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) encaminhou o Ofício ECM nº 00520/2024 à Vale e à Alumar, comunicando a intenção de implantação do VTMIS no Porto do Itaqui e a subsequente cobrança de tarifa sobre embarcações que trafeguem na região.

O CENTRAR/Nordeste entende que tal cobrança é indevida, considerando que as embarcações com destino aos TUP localizados na Baía de São Marcos não transitam por área pertencente ao Porto Organizado, conforme sua poligonal definida. Assim, eventual implementação de um VTMIS e a correspondente tarifa por parte da Autoridade Portuária de Itaqui devem, necessariamente, excluir embarcações que se destinem ou originem dos terminais privados, uma vez que a EMAP não detém jurisdição sobre operações que ocorram fora dos limites de sua poligonal.

A questão em análise apresenta similaridade com a situação ocorrida no estado do Espírito Santo, onde a Vports Autoridade Portuária S/A implementou a cobrança de tarifa de VTMIS sobre embarcações destinadas a TUP, ensejando contestação pelos terminais. Nesse sentido, o CENTRAR buscou atuar em conformidade com a estratégia já estabelecida no âmbito do processo referente à cobrança da tarifa de VTMIS pela Vports, de forma a garantir a correta aplicação da legislação portuária e a evitar imposição indevida de encargos sobre os TUP.

6.2 CENTRAR/Norte

CENTRAR
NORTE

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Coordenação
Rodrigo Abreu
Terminal de Grãos Ponta da Montanha

Vice
Francisco Cortinas
Hidrovias do Brasil

Com as atividades iniciadas em 2024, o CENTRAR/Norte se estabeleceu ao longo do ano como um dos fóruns mais importantes e estratégicos para deliberar assuntos e dirimir gargalos da região Norte.

18
membros

Empresas: Alcoa, Amaggi, Atems, Cargill, Porto Chibatão, HBSA, LDC, MRN, TGPM e Transpetro

Principais assuntos abordados pelo CENTRAR/Norte

- Obras da BR-163 – Acessos aos terminais de uso privado
- Dragagem emergencial do rio Tapajós
- Concessões Hidroviárias (Madeira)
- COP 30

BR 163 – Acessos aos terminais de uso privado

A otimização do contrato da Via Brasil em relação à BR-163 tem sido um dos temas acompanhados de perto pelo CENTRAR/Norte, dada a importância estratégica do acesso terrestre aos terminais portuários da região.

O Centro de Apoio, em parceria com a ABIOVE, impetrou diversas ações no intuito de garantir a consecução das obras rodoviárias de acesso aos terminais localizados em Santarenzinho, Miritituba e Itapacurá, entre elas, o envio de ofício à ANTT, solicitando prioridade na execução das obras de acesso aos terminais.

Em maio de 2024, o CENTRAR/Norte realizou sua primeira reunião com Ricardo Barra, representante da Via Brasil, concessionária responsável pela rodovia. Durante a reunião, foi apresentado o andamento das obras de acesso a Miritituba, bem como os desafios enfrentados nas regiões de Santarenzinho e Itapacurá.

Posteriormente, em 27 de agosto de 2024, a ATP enviou um ofício ao TCU reforçando a importância da manutenção do objeto inicial do contrato de concessão, especialmente no que tange às obras de acesso. A intervenção teve como objetivo assegurar que a execução das obras não fosse comprometida, garantindo a viabilidade e eficiência logística da região.

Atualmente, o processo segue em análise no TCU e está sendo acompanhado de perto pelo CENTRAR/Norte, que permanece atuando para garantir que as obras prioritárias sejam executadas conforme previsto no contrato de concessão.

Dragagem emergencial do rio Tapajós

A seca intensa, vivenciada ao longo de 2024, trouxe impactos significativos para o transporte de cargas por vias interiores, em especial no rio Tapajós. Dessa forma, o acompanhamento da dragagem emergencial a ser realizada pelo DNIT foi um dos itens mais importantes na pauta do CENTRAR/Norte ao longo do ano.

A Diretoria Executiva da ATP e a equipe técnica atuaram assiduamente junto ao DNIT, à SNH e à Marinha, acompanhando as etapas necessárias para a realização da dragagem.

6.3 CENTRAR/ES

CENTRAR
ESPÍRITO SANTO

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Coordenação
Alexandre Billot
Portocel

Vice
Armando Alves
ArcelorMittal

O CENTRAR/ES manteve-se extremamente atuante ao longo de 2024, desenvolvendo e acompanhando temas de relevo para os terminais portuários privados do Espírito Santo. As iniciativas visaram fortalecer a articulação entre os diversos atores do setor, bem como promover discussões técnicas e institucionais, sempre pautadas em soluções que assegurassem competitividade, segurança e desenvolvimento sustentável.

22
membros

Empresas: ArcelorMittal, Gerdau, Usiminas, Imetame, Portocel, Samarco, Suzano, Transpetro, Vale e VLI.

Principais assuntos abordados:

- Cobrança pela Vports de tarifa pelo VTMIS (Vessel Traffic Management Information System)
- Interação técnica entre os terminais do ES e visitas a stakeholders locais
- Percepção de perda de calado e lama fluida
- Regulação da ANVISA sobre Portos Emissores de Certificado Sanitário de Embarcações

Cobrança pela Vports de tarifa pelo VTMIS

Em 2024, um dos principais temas conduzidos pelo CENTRAR/ES foi o processo referente à cobrança da tarifa de VTMIS pela Vports Autoridade Portuária S/A, que teve início em 2023, mas cujo desenrolar mais significativo ocorreu ao longo desse ano.

Relembra-se que a ATP, em dezembro de 2023, apresentou denúncia contra a Vports, alegando que a tarifa seria ilegal e abusiva quando aplicada a embarcações que acessam terminais privados fora da poligonal do Porto Organizado de Vitória. A Associação alega haver duplicidade de cobrança, pois as embarcações que acessam terminais fora da poligonal do Porto Organizado estariam sujeitas tanto à tarifa pelo uso das instalações do terminal quanto à do VTMIS, sem que o contrato de concessão previsse essa cobrança adicional para áreas externas.

Em contraposição, a Vports defende que o VTMIS, autorizado pela Marinha, cobre não apenas a área interna do Porto de Vitória, mas também regiões adjacentes como Tubarão e Praia Mole, onde todas as embarcações sob monitoramento devem arcar com a tarifa, conforme normas da Marinha e aprovação da ANTAq (Acórdão nº 243-2023-ANTAq). Por fim, a concessionária questiona a legitimidade da ATP para representar os terminais, alegando que a tarifa recai diretamente sobre os armadores, e não sobre as instalações portuárias.

Durante todo o ano de 2024, o CENTRAR/ES, juntamente com a área jurídica da ATP e o escritório contratado, promoveu diversas reuniões técnicas com a ANTAq, tanto em âmbito setorial como na Diretoria da Agência, buscando uma análise de mérito mais célere. Contudo, a tramitação sofreu sucessivos atrasos, levando ao adiamento de uma posição definitiva, já que a ANTAq apenas adentrou os fundamentos da cautelar. Somente ao final do ano, após audiências junto ao diretor relator do Processo nº 50300.022577/2023-61, houve despacho para manifestação técnica das áreas competentes da ANTAq, representando avanço significativo para a resolução do litígio.

Regulação da ANVISA sobre Portos Emissores de Certificado Sanitário de Embarcações

Outro ponto de destaque em 2024 foi a consolidação das ações junto à ANVISA. A Agência convidou a ATP e demais representantes do setor para apresentação sobre a nova lista de portos emissores de Certificado Sanitário de Embarcações, que seria encaminhada à Organização Mundial da Saúde (OMS). O intuito era reformular e modernizar o processo de emissão desse certificado, trazendo melhorias à área portuária nacional.

Na proposta inicial, terminais como Portocel e Samarco (Porto de Ubu) ficaram excluídos da lista, o que gerou preocupação imediata. Diante da iminência de publicação oficial da nova relação de portos autorizados em 60 dias, a ATP atuou para dialogar com a Agência e buscar reverter a decisão aos terminais do CENTRAR/ES.

A fim de garantir a continuidade das operações e minimizar possíveis impactos, a ATP propôs que, caso a reinclusão desses terminais se mostrasse inviável no curto prazo, fosse concedida a qualificação de "Porto Extensor". Essa solução permitiria, em casos excepcionais, a extensão do certificado por até 30 dias para embarcações que necessitassem utilizar tais instalações. Esse pedido foi acatado, configurando importante conquista para os terminais atingidos.

Em seguida, a ATP iniciou novas tratativas junto à ANVISA, em conjunto com os associados, para viabilizar a reintegração dos terminais Portocel e Samarco (Ponta Ubu) como portos emissores de Certificado Sanitário. A proposta incluía a implementação de tecnologias que viabilizassem inspeções virtuais, facilitando a vistoria e garantindo a observância dos padrões sanitários exigidos.

6.4 CENTRAR/RJ

CENTRAR
RIO DE JANEIRO

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Coordenação
Ulisses Oliveira
Porto Sudeste

Vice
Caio Cunha
Porto do Açu

O CENTRAR/RJ manteve uma agenda ativa em 2024, voltada para temas tarifários, regulatórios e de infraestrutura no âmbito dos portos e terminais localizados no estado do Rio de Janeiro.

13
membros

Empresas: Porto do Açu, Porto Sudeste, Ternium, Transpetro e Vale.

Principais assuntos abordados nas reuniões

- Nova estrutura tarifária do Porto de Itaguaí/ RJ – Consulta ANTAq nº 50300.011568/2023-44
- Mudanças no Instituto Estadual do Ambiente (INEA)
- Cassação de declarações de cumprimento pela CONPORTOS;
- Lei Estadual nº 10228/2023 (antigo PL 6485/2022 da ALERJ).
- Aproximação institucional com o secretário da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, Nicola Miccione
- Consulta da PortosRio à ANTAq acerca da inclusão de prioridade no Regulamento de Exploração dos Portos (REP), para navios destinados à movimentação de carga no Porto de Itaguaí em relação aos TUP
- Monitoramento de ações judiciais movidas por MP e pescadores contra associados

Processo sobre a Nova Estrutura Tarifária do Porto de Itaguaí/RJ

Tema iniciado em 2023 e aprofundado em 2024. Como contexto, relembra-se que a Autoridade Portuária de Itaguaí (PortosRio) obteve aprovação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAq para a padronização tarifária, seguida de um reajuste de 34,95% com base na inflação acumulada (IPCA) entre outubro de 2016 (data da última revisão tarifária) e maio de 2022 (data-base da padronização).

As empresas Porto Sudeste do Brasil e Ternium Brasil Ltda, representadas pela ATP, manifestaram preocupação com o valor elevado das novas tarifas, apontando que a arrecadação no Porto de Itaguaí estaria performando acima do inicialmente projetado, o que poderia indicar um valor de tarifa superior ao devido.

Em suas manifestações (SEI nºs 1980027 e 2041950), a ATP salientou a necessidade de (i) Transparência na metodologia de definição da Tarifa Equivalente (TEQ), esclarecendo as variáveis utilizadas em seu cálculo; e (ii) Revisão da tarifa, caso comprovado erro na definição da TEQ.

A ANTAq, após reuniões setoriais técnicas junto à ATP, reconheceu que poderia haver indícios de cálculo acima do valor devido no item 2.1.3 da Tabela I da estrutura tarifária. Assim, foi recomendado que:

- Conhecesse-se, de ofício, a matéria e as informações apresentadas, tendo em vista o interesse público e a competência regulatória da ANTAq;

- Concedesse-se parcial razão às alegações, a fim de revisitar a revisão tarifária do Porto de Itaguaí, sem, no entanto, invalidar de imediato os valores.

Dessa forma, foi sugerida a antecipação do primeiro ciclo de revisão tarifária, mantendo-se os descontos já praticados até a conclusão do processo. O caso aguarda inclusão em pauta para deliberação final. O caso permanece pendente de inclusão em pauta pela Diretoria Relatora para deliberação final.

Consulta à ANTAq sobre alteração no Regulamento de Exploração do Porto (REP) de Itaguaí

A PortosRio apresentou consulta à ANTAq (Processo nº 50300.007645/2024-42), alegando preocupação com a taxa de ocupação do canal de acesso ao Porto de Itaguaí, em razão do projeto de implantação do Terminal de GNL Tagoahy, que ficaria localizado na Baía de Sepetiba, nas proximidades do Porto e do Terminal da Ternium. De acordo com a Autoridade Portuária, a embarcação permaneceria atracada para operações ship to ship, o que poderia afetar a produtividade do porto e dos terminais existentes.

No entanto, a PortosRio também aventou a possibilidade de incluir no Regulamento de Exploração do Porto (REP) mecanismos de prioridade para embarcações destinadas ao Porto de Itaguaí em detrimento dos terminais de uso privado (TUP). Em reuniões com o Diretor Relator do processo, a ATP e o CENTRAR/RJ destacaram que tal medida, na prática, configuraria uma barreira estatal à livre concorrência, prejudicando os TUP e, em última análise, os usuários finais dos serviços portuários.

A atuação prévia da ATP foi fundamental para demonstrar que a consulta apresentada pela PortosRio acerca do novo terminal maquiava uma possível alteração de prioridades no REP, sem que o projeto do Terminal de GNL Tagoahy sequer estivesse formalmente regularizado ou em análise de viabilidade. Esse alerta levou a ANTAq a analisar o tema de forma mais abrangente, percebendo que a criação de privilégios no REP para navios vinculados ao Porto de Itaguaí poderia infringir o Art. 3º, inciso V, da Lei nº 12.815/2013, que prevê o estímulo à concorrência e o amplo acesso aos portos organizados.

Em seu julgamento, a ANTAq reconheceu que alterações no REP não exigem aprovação prévia, mas podem ser objeto de controle regulatório posterior. Contudo, alertou que estabelecer prioridades para navios de arrendatárias em detrimento dos TUP pode ocasionar desequilíbrios competitivos, desestimulando investimentos privados e prejudicando a eficiência operacional, em afronta aos princípios legais vigentes. Além disso, quaisquer mudanças no REP devem estar lastreadas em estudos técnicos robustos, de modo a evitar a criação de barreiras artificiais que prejudiquem a competitividade no setor.

A decisão da ANTAq reforçou o posicionamento defendido pela ATP e pelo CENTRAR/RJ em prol da livre concorrência, igualdade de condições de acesso ao canal de navegação e segurança jurídica.

Elaboração de Decreto Regulamentador à Lei nº 10.228/2023

Outro ponto de relevância em 2024 foi a articulação da ATP, em conjunto com o CENTRAR/RJ, para contribuir na elaboração de um Decreto Regulamentador à Lei Estadual nº 10.228/2023, que estabelece normas suplementares sobre a responsabilidade decorrente de atividades de dragagem. O CENTRAR ofereceu subsídios técnicos e jurídicos, de modo a assegurar que as diretrizes regulamentares promovessem conformidade com as normas vigentes.

A atuação do CENTRAR/RJ em 2024 evidenciou o compromisso dos terminais cariocas com o fortalecimento do diálogo regulatório e a busca de soluções equilibradas para os desafios tarifários e de infraestrutura. O grupo exerceu papel fundamental na representação e defesa dos interesses de seus associados perante a ANTAq e demais stakeholders, auxiliando a construir um cenário de competitividade e segurança jurídica para o setor portuário do Rio de Janeiro.

6.5 CENTRAR/SP

CENTRAR
SÃO PAULO

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

Coordenação
João Menano
Alemoa

Vice
Daniel Souza
LDC

O CENTRAR/SP atuou de forma intensa e estratégica ao longo de 2024, abordando temas cruciais para o desenvolvimento e a competitividade do setor portuário paulista.

13
membros

Empresas: Alemoa, DP World, LDC, Suzano, Transpetro, Usiminas, VLI e EDGE.

Principais assuntos abordados nas reuniões

- ANTAq e Cepai/SP - aplicativo sobre segurança portuária
- Interação técnica entre os terminais do ES e visitas a stakeholders locais
- Gerenciamento de Polígono de Disposição Oceânica (PDO);
- Problemas de acesso na hidrovia Tietê/Paraná
- Eventual celebração de ACT entre CETES e Ibama
- Gargalos envolvendo acessos terrestres em Santos.
- Revisão da poligonal do Porto Organizado de Santos,
- referente à Audiência Pública n° 1/2024.

Revisão da poligonal do Porto de Santos

O CENTRAR teve participação expressiva na revisão da poligonal do Porto Organizado de Santos.

A pedido do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a Autoridade Portuária de Santos (APS) promoveu evento com o objetivo de obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos necessários para elaboração da proposta final de revisão da área do Porto Organizado de Santos (poligonal), a ser enviada à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), no âmbito da Consulta Pública n° 01/2024.

O CENTRAR/SP, em conjunto com a ATP, participou da Consulta. Naquela oportunidade, alertou que a falta de coordenadas e dados precisos na documentação fornecida poderia gerar conflitos de interpretação e sobreposições, afetando TUP e projetos de expansão. Além de lembrar as exigências legais (Lei nº 12.815/2013), o CENTRAR/SP apontou que a demarcação correta é essencial para garantir segurança jurídica e evitar prejuízos logísticos.

Novo Licenciamento do PDO em Santos

Após solicitação de reunião encaminhada pelo CENTRAR/SP à Autoridade Portuária de Santos (APS), iniciou-se o diálogo sobre o licenciamento do novo ponto de descarte oceânico (PDO). A APS informou que pretendia lançar, em outubro de 2024, o edital para contratação de EIA visando à obtenção de Licença de Instalação (LI) do novo PDO junto ao IBAMA até 2026. Segundo a APS, o IBAMA tende a desaprovar a criação de um segundo PDO paralelo, tornando pouco viável outro licenciamento em separado neste momento, embora não haja impedimento formal para que a ATP consulte a autarquia diretamente.

A APS ressalta dificuldades operacionais e de prazo com o IBAMA, contando com o apoio do Ministério de Portos em questões mais complexas. Sobre a capacidade de descarte, acredita-se que o atual PDO ainda suporte novas dragagens, mas restrições podem ocorrer para dragas estacionárias, pois o acúmulo de sedimentos ("morros") pode comprometer quadrículas de descarte, como ocorreu com o TRSP.

A CETESB também vem exigindo estudos de modelagem para avaliar possíveis impactos de dragagens de implantação (especialmente quanto à presença de materiais plásticos), podendo haver maior rigor nas licenças para novos berços ou ampliações. A APS indica a possibilidade de incluir, no EIA do novo PDO, demandas específicas dos TUP para reservar parte da área de descarte, bem como firmar um Protocolo de Intenções com a ATP. Por fim, ficou aberta a possibilidade de novas reuniões para acompanhar o andamento do licenciamento.

Ao lado da ATP, o CENTRAR/SP consolidou-se, em 2024, como um importante fórum de troca de informações técnicas. A ampla pauta de discussões reflete o compromisso do setor portuário em São Paulo.

7

Ternium (RJ)

Eventos

ATP

7

Eventos

7.1 Premiações e Homenagens

Premiação da Imetame no 11º Painel

A ATP foi uma das patrocinadoras do 11º PAINEL - Pacto pela Infraestrutura Nacional e Eficiência Logística, evento realizado pelo Instituto Besc de Humanidades e Economia, que aconteceu em Brasília, dia 17/09.

O evento teve como Presidente de honra Silvio Costa filho, Ministro de Portos e Aeroportos e promoveu três painéis sobre a crise climática e o desastre ambiental que atingiu o estado do Rio Grande do Sul, no início de 2024, com a presença de várias autoridades.

Durante o simpósio também foram entregues as premiações aos cinco vencedores do Troféu PAINEL 2024. O vencedor da categoria "personalidade do ano", indicado pela ATP, foi Etore Selvatici Cavallieri, fundador do grupo Imetame. Anderson Carvalho, diretor de operações da Imetame Logística Porto recebeu o prêmio em nome de Etore.

O torneiro mecânico Etore Selvatici Cavallieri criou, em 1980, a Imetame Metalmecânica. Desde então, os negócios se expandiram e diversificaram. Atualmente, o Grupo Imetame atua em mercados, como: metalmecânico, rochas ornamentais, portuário, energia, óleo e gás. Pela sua forte conexão com as pessoas e atuação social, criou a Associação Vidas, instituição privada sem fins econômicos, que promove eventos e reverte os recursos para projetos de saúde, como o Hospital Maternidade São Camilo.

Prestigiamos o Prêmio Fundação Bunge

A ATP prestigiou, dia 26/09, em São Paulo, o Prêmio Fundação Bunge, um dos mais importantes reconhecimentos de mérito científico, literário e artístico do País.

O 68º Prêmio Fundação Bunge homenageou profissionais com trabalhos relacionados aos temas: Rastreabilidade na produção de alimentos: segurança alimentar, capacitação e redução de assimetrias regionais e Desenvolvimento e uso de tecnologias e conectividade acessíveis para a sustentabilidade no campo, na área de Ciências Agrárias e Aplicadas.

Gabriela Costa, diretora executiva, destacou a importância de eventos como esse que valorizam a ciência. "Para a Associada Bunge, que é líder global em agronegócio e alimentos, estimular e valorizar a ciência nesse segmento é investir em futuro promissor!", disse.

ATP recebe homenagem da Fundação ValenciaPort

No dia 20/11, a ATP recebeu uma homenagem da Fundación Valenciaport pelo apoio ao curso Master em Logística e Gestão Portuária, em uma cerimônia realizada na Embaixada da Espanha, em Brasília. Gabriela Costa, diretora-executiva, que foi da primeira turma do curso, recebeu a homenagem.

Também estavam presentes a Embaixadora da Espanha no Brasil, Mar Fernández-Palacios, o secretário de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Avila, o Diretor da Fundación Valenciaport, Jonas Mendes Constante, e várias autoridades da área portuária.

Associadas ATP são reconhecidas no Prêmio ANTAq

Associadas ATP foram reconhecidas no Prêmio ANTAq 2024, realizado dia 26 de novembro, em Brasília. A premiação, que teve como tema central "Emergência Climática em ESG", reconheceu as melhores práticas e inovações no setor aquaviário, com destaque para a nova categoria de Gênero e Diversidade, que celebra as iniciativas voltadas à promoção da igualdade de gênero e à inclusão de minorias.

Sete Terminais de Uso Privado (TUP) associados à ATP brilharam em 5 categorias, conquistando o reconhecimento merecido entre as empresas do setor aquaviário premiadas. Na categoria "Gênero e Diversidade", Portonave, Vale e VLI Logística. Em "Artigos Técnicos-Científicos", o vencedor foi o Porto do Açu. Na categoria "Maior Índice de Desempenho Ambiental (IDA)", Porto do Açu, Ferroport e Terminal Portuário de Tubarão (Vale). Já em "Conformidade Regulatória", os campeões foram Porto Cotegipe, Terminal de Ponta da Madeira (Vale) e VLI Logística. Em "Iniciativas Inovadoras", venceu o Porto do Açu.

Associados premiados no Portos + Brasil

Dia 07 de agosto, em Brasília, associados ATP foram os medalhistas da vez e subiram no pódio do Prêmio Portos + Brasil, que reconhece e prestigia os destaques do setor portuário no país. O evento, realizado pela Secretaria Nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), está em sua 5ªedição.

Os Terminais de Uso Privados (TUP) chamam atenção no quadro geral, marcando grande presença nas categorias avaliadas:

- Crescimento da movimentação carga geral - Terminal portuário de Pecém;
- Crescimento da movimentação granel líquido - Terminal de Petróleo do Açu/Vast Infraestrutura;
- Crescimento da movimentação total dos TUP - Cargill Agrícola/PA;
- Igualdade de gênero - TUP - Terminal de grãos Ponta da Montanha;

7.2 Visitas às Associadas

Porto Itapoá, DPWorld e Ternium receberam o Conselho Diretor

O Porto Itapoá, em SC, recebeu o Conselho Diretor da ATP 25/04. No TUP, foi realizada a reunião híbrida do Conselho e, em seguida, uma visita técnica. A ATP também prestigiou o evento de inauguração da fase III de expansão do terminal, com mais 200 mil m² de pátio, contemplando o armazém de 8 mil m², finalizando um aporte de R$ 815 milhões.

Dia 06 de agosto foi a vez de conselheiros e Representantes serem recepcionados na Associada DP World, em Santos – SP, um dos maiores e mais modernos terminais portuários privados multipropósito do Brasil.

A comitiva fez um passeio de barco pelo canal do Porto de Santos, depois seguiu para a reunião híbrida na sede do terminal. Após a reunião, o grupo visitou as instalações do terminal de contêineres e o complexo de celulose, fruto de um contrato com a Suzano, que conta com um armazém de 35 mil metros quadrados, com capacidade estática para armazenagem de mais de 150 mil toneladas da matéria-prima. Também visualizaram a nova área que será dedicada à operação de grãos e fertilizantes, em parceria com a Rumo.

Dia 08 de outubro, representantes e conselheiros foram recebidos na Ternium, em Santa Cruz (RJ), para a 78ª reunião do Conselho Diretor. Após a reunião, o grupo realizou uma visita técnica para conhecer as instalações do terminal e suas operações. O grupo conheceu a Central de Monitoramento Ambiental e acompanhou a operação de descarga de um navio com carvão. Na sequência, a comitiva foi para o centro de controle da Termoelétrica e a Aciaria, acompanhando a movimentação de placas de aço recém-produzidas.

DPWord

Porto Itapoá

Ternium

Associados de Manaus, Porto Chibatão e Atem receberam a ATP

Dia 04/06, em Manaus, Murillo Barbosa visitou os Associados Porto Chibatão e Atem Distribuidora.

No Chibatão, foi recebido pelo Diretor Jhony Fidelis Ramos. O Porto Chibatão é referência para a região e liderou em 2024 uma iniciativa inovadora para enfrentar os desafios da estiagem na região amazônica, com a instalação de um píer flutuante provisório na Enseada do Rio Madeira.

Já na Atem, Murillo foi recebido pelos representantes Abraao Abitbol e Ricardo Dias, bem como da diretoria do terminal. A ATEM está presente em 11 estados do Brasil e atua com transporte de combustível tanto por terra quanto por via fluvial, com cinco TUP, responsáveis por movimentar granel líquido e gasoso.

Lançamento da pedra fundamental da APM Terminals

Dia 22/11, a ATP prestigiou o lançamento da pedra fundamental de um novo Terminal de Uso Privado no Complexo Industrial Portuário de Suape - PE: o TUP da APM Terminals, que é associado ATP.

Com investimento de R$ 1,6 bilhão e geração de 500 empregos diretos, durante a fase de construção, a previsão é que o novo terminal comece a operar em 2026, com capacidade inicial de 400 mil TEUs por ano. Com o novo terminal, a capacidade de operação de cargas e contêineres no complexo portuário será ampliada em 55%, num primeiro momento.

A gerente técnica, Ana Paula Gadotti Franco, participou da solenidade que contou com a presença do Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa filho, da governadora Raquel Lyra (PSDB), do secretário Alex Avila e várias autoridades.

7.3 Eventos Patrocinados/Apoiados

ATP na 54ª ASPEN

A ATP foi uma das patrocinadoras da 54ª edição da ASPEN, promovida pelo Instituto Besc de Humanidades e Economia, com o tema "A Relação entre Indústria e Portos", que aconteceu dia 28 de fevereiro, na Portonave (SC).

Murillo Barbosa, diretor-presidente, prestigiou o evento que teve como palestrantes os conselheiros da ATP Osmari De Castilho Ribas, diretor-superintendente da Portonave, e Cássio José Schreiner, então presidente do Porto Itapoá. Também participaram Robison Coelho, secretário de Estado de Santa Catarina em Exercício de Portos, Aeroportos e Ferrovias. A mediação foi feita por Gabriela Costa, então secretária-executiva substituta do Ministério de Portos e Aeroportos.

No Simpósio de Gestão Portuária, ATP debate o presente e o futuro dos portos

A ATP foi uma das patrocinadoras do VII Simpósio de Gestão Portuária, realizado pelo grupo de pesquisa LabPortos, da UFMA - Universidade Federal do Maranhão de 20 a 23 de maio, em São Luis (MA).

Murillo Barbosa, presidente da ATP, participou do painel "O presente e o futuro do sistema portuário brasileiro" com o Prof. Sérgio Cutrim e Prof. Tadeu Gomes Teixeira. Murillo falou dos elementos básicos do sistema portuário brasileiro e citou a regulação de dois deles: autoridades portuárias e terminais autorizados, com destaques do presente e para o futuro. Também apresentou a realidade por trás do mito "TUP de Papel", explicando que dos 266 TUP e ETC autorizados até 2023, apenas 8 estão em situação irregular.

ATP no Seminário EcoBrasil

A ATP foi uma das patrocinadoras do 17º Seminário Nacional sobre Indústria Marítima e Meio Ambiente (Ecobrasil), realizado pela Revista Portos e Navios dias 19 e 20 de junho, no Rio de Janeiro - RJ. Bárbara Cavalcanti Rosa, coordenadora de pesquisa e desenvolvimento, e Ulisses Oliveira, do Comitê de Sustentabilidade e do Porto Sudeste representaram a Associação.

O evento sinalizou que o setor vive um momento de transição rápida, ainda com muitas políticas a serem definidas e com muitas soluções tecnológicas a serem encontradas no processo de descarbonização. Painelistas e gestores alertaram para a necessidade de os tomadores de decisão e da indústria conseguirem estabelecer demandas claras, cumprir as metas e ter capacidade de atendê-las antes de algumas dessas tecnologias se tornarem defasadas. O Seminário também abordou com profundidade os desafios da descarbonização em aspectos técnicos, regulatórios e empresariais.

ATP debate sobre Direito Portuário no XI Congresso da OAB/SC

A ATP foi uma das patrocinadoras do XI Congresso Estadual da Comissão Estadual de Direito Portuário e Marítimo da OAB Santa Catarina, realizado em Itajaí, dias 27 e 28 de junho.

Murillo participou como debatedor do Painel "Direito Portuário: Reforma Portuária". Ele apresentou as frentes de trabalho da ATP na área de regulação portuária, destacando contribuições direcionadas à Comissão de Juristas - CEPORTOS, ao programa Navegue Simples e as diversas iniciativas junto a diferentes órgãos do governo. "A Associação defende a livre concorrência e a desburocratização dos processos", afirmou.

Infraestrutura de acesso foi o tema da ATP no VIII Congresso da ABDM

A ATP foi uma das patrocinadoras do VIII Congresso Brasileiro de Direito Marítimo e Portuário da ABDM, que aconteceu dias 08 e 09 de agosto, em Santos – SP. O evento foi realizado pelo Sistema Santa Cecília de Comunicação e Universidade Santa Cecília, com iniciativa da Associação Brasileira de Direito Marítimo - ABDM.

O Congresso reuniu autoridades do segmento marítimo e portuário, executivos, ministros e advogados para painéis de debates e palestras enriquecedoras e importantes para o setor. Murillo Barbosa foi um dos debatedores do painel "Infraestrutura de acesso terrestre e aquaviário aos portos brasileiros", e destacou a necessidade de uma Política Setorial Portuária. "Até uns anos atrás o plano nacional de logística não contemplava TUP e isso traz problemas de acessibilidade terrestre", ressaltou. Ele destacou ainda a importância de, pelo menos os grandes complexos, serem atendidos nesse pleito.

ATP no Oceans 20 Dialogue

A ATP foi uma das patrocinadoras do Oceans 20 Dialogue, que aconteceu de 20 a 23 de agosto na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. O evento faz parte da iniciativa Oceans20, um grupo de engajamento criado sob a presidência brasileira do G20 em 2024, focado na sustentabilidade oceânica e na promoção da economia azul.

O Oceans 20 inclui uma série de encontros com especialistas, líderes globais, empresas, investidores e representantes da sociedade civil para discutir e propor soluções para a preservação dos oceanos e o desenvolvimento sustentável.

Dia 23, Murillo Barbosa participou do painel "Aspectos Regulatórios, Regimentais e Operacionais associados ao Planejamento Espacial Marinho – PEM", no qual destacou que o PEM precisa considerar que os portos já existem, fazem parte de cadeias verticalizadas, e precisam de acessibilidade aquática. "O ordenamento precisa ser muito bem-feito para não prejudicar nenhum terminal", disse. A moderação foi do Prof. Dr. André Panno Beirão, da Escola de Guerra Naval.

Painel sobre os "Desafios dos complexos portuários privados"

A ATP foi uma das patrocinadoras do XII Congresso Nacional de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, realizado pela OAB/ES, que aconteceu de 25 a 27 de setembro, em Vitória - ES.

Com o tema "Desafios Modernos e Inovações: uma Análise Atualizada do Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro no Brasil", o congresso reuniu juristas, acadêmicos e profissionais de todo o Brasil para debater temas cruciais para o desenvolvimento do setor.

Murillo Barbosa foi o mediador do painel "Desafios dos complexos portuários privados", formado por Gabriela Júdice Paoliello, da Imetame Logística Porto, Renildo Barros, da ANTAq - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Caio Cunha, do Porto do Açu, e Fernanda Miguez Costa, do Porto Central. Os assuntos que se destacaram no painel foram: a insegurança jurídica no setor; a falta de acessibilidade, principalmente a terrestre; e os desafios enfrentados para se obter os licenciamentos ambientais e patrimoniais.

Inovação no Port Performance

A ATP participou e foi uma das apoiadoras do *Port Performance Summit Brasil*, dias 02 e 03 de outubro, em São Paulo. O evento, organizado pela DDLM, apresentou as mais importantes soluções tecnológicas disponíveis no mercado, bem como as suas principais aplicações no setor portuário para a melhoria de produtividade, eficiência, segurança, sustentabilidade e competitividade.

No evento, Murillo Barbosa fez o lançamento do BiblioPort, a nova biblioteca virtual da Associação. Ele também moderou o painel "Inovando Para Um Futuro Sustentável: Explorando o Potencial do ESG", com Caio Cunha, gerente de Relações Portuárias e Reserva Caruara do Porto do Açu e Fabrício Martins, gerente de Sustentabilidade da Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes. Foi um ótimo debate sobre as iniciativas inovadoras desses portos privados nas áreas ambiental, social e de governança.

Novo Marco Legal foi discutido no Brasil Export

A ATP foi uma das patrocinadoras do Fórum Brasil Export, de 8 a 10 de outubro, em Brasília.

Na programação do dia 9, Murillo Barbosa participou de um painel com representantes de associações do setor portuário que abordou os desafios de um novo marco legal.

Parte da equipe da Associação também participou do Fórum, que reuniu líderes e especialistas do setor para debater temas estratégicos e fomentar o desenvolvimento das cadeias logísticas e de infraestrutura no Brasil.

Atuação da ATP em eventos da Aliança para Descarbonização

A ATP participou do lançamento da Aliança Brasileira para Descarbonização de Portos (ABDP) dia 6 de março, durante a INTERMODAL, em São Paulo. Na solenidade, a ATP e outras entidades e empresas do setor assinaram a Declaração de Intenção de Ação Cooperativa, reforçando o compromisso em impulsionar a descarbonização do setor portuário brasileiro por meio da colaboração e do compartilhamento de experiências. Desde então, a ATP participa ativamente da ABDP, onde coordena o GT Regulatório e o GT de Comunicação.

Também participamos do Encontro 2024 da Aliança Brasileira para Descarbonização dos Portos - ABDP, realizado dias 18 e 19 de novembro no Complexo Industrial Portuário de Suape – PE.

Gabriela Costa, Diretora-Eexecutiva, participou do painel "Processo de Descarbonização em Portos Brasileiros: visão do presente e expectativas para o futuro" com Cristina Castro, superintendente de ESG e Inovação na ANTAq, Helder Rafael Nocko, diretor na EnvEx Engenharia E Consultoria, e Jonas Mendes Constante, da Fundación Valenciaport.

No painel do GT Regulatório, Gabriela fez a mediação do painel "Regulamentações IMO para redução de Emissões de GEE", com a participação de Luciana Suman, CEO da MarMec Engenharia, Consultoria e Treinamento, e Eduardo Mota, Diretor da FS Fueling Sustainability.

Inovação foi o tema da ATP na Expolog 2024

Falamos de Inovação no Setor Portuário Privado na Expolog - Feira Internacional de Logística dia 27/11, evento patrocinado pela ATP em Fortaleza - CE.

Gabriela Costa, diretora executiva, fez a mediação do painel que apresentou cases de terminais privados que subiram ao pódio de inovação do Prêmio ATP. Felipe Guimarães, do Complexo do Pecém, apresentou sobre o Guará, embarcação autônoma de levantamento hidrográfico. Já Valéria Becalli Provete, do Portocel, falou do spreader automático, que inovou na segurança do transporte da carga de celulose. Paulo Gabriel Setten, da DP World, explicou a meta da empresa de descarbonização e o seu projeto de eletrificação dos RTGs. "Não tem como não falar de inovação sem associar aos Terminais de Uso Privado", destacou Gabriela.

ATP fala de Projeto de Reforma da Legislação Portuária

A ATP participou e foi uma das patrocinadoras do III Congresso Nacional e I Internacional da Magistratura do Trabalho, realizado de 28 a 30 de novembro em Foz do Iguaçu - PR. O evento, realizado pela Academia Brasileira de Formação e Pesquisa (ABFP), teve como temática "Modelos Regulatórios, Progresso Tecnológico, Impactos Socioeconômicos, Jurídicos e Institucionais no Universo das Relações de Produção".

Murillo Barbosa participou do painel do dia 29 sobre "Projeto de Reforma da Legislação Portuária: assimetria entre terminais arrendados e Terminais de Uso Privado". Com a mediação de James Winter, o tema foi abordado também por Alex Avila, secretário Nacional de Portos, e Marcus Vinicius Freitas, Diretor Jurídico da Portos do Paraná. O encerramento foi do Ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União - TCU.

ATP em evento sobre Economia Azul

Dia 05/12, no Rio de Janeiro, a ATP participou do Tomorrow.Blue Economy Niterói, a edição brasileira do encontro global dedicado a promover e desenvolver o potencial da Economia Azul

Murillo Barbosa, diretor-presidente, moderou o painel com o tema "Descarbonização do Transporte Marítimo e nas instalações portuárias", com os associados Caio Cunha, do Porto do Açu, e Ulisses Oliveira, do Porto Sudeste.

O evento reuniu especialistas e empresas do setor, destacando a interconexão entre meio ambiente, sociedade e economia, com um foco direto em inovação, empreendedorismo, sustentabilidade e educação.

7.4 Eventos do Setor

Participação da ATP em Missões Internacionais

Em 2024, a ATP participou de duas Missões Internacionais: Porto&Mar Brasil Coreia do Sul, organizada pelo Grupo Tribuna, de 16 a 21 de junho; e Missão Internacional do Fórum Brasil Export, de 3 a 11 de novembro, pelo Mediterrâneo.

Na Missão Porto&Mar, o grupo conheceu Incheon, um porto multipropósito que movimenta uma variedade de mercadorias, além de controlar o volume de água para melhor eficiência dos navios que embarcaram e desembarcam cargas. Também conheceram Busan e sua logística com alta tecnologia. A principal característica do Porto é ser um hub port, fazendo conexão com 150 países. "Esse modelo é o nosso futuro. Teremos que, em algum momento, perseguir essa automação", disse Murillo Barbosa, diretor-presidente. , ressaltando que o processo dentro do terminal muda com a

robotização. "Os caminhões com motoristas são atendidos do lado de fora e por um guindaste". A comitiva também visitou as sedes das multinacionais Samsung Electronics e LG.

Na Missão Internacional do Fórum Brasil Export, a comitiva brasileira passou por empreendimentos logísticos estratégicos de cidades do Sul da Europa e do Norte da África banhadas pelo Mar Mediterrâneo. A bordo do navio MSC Fantasia, o itinerário da missão incluiu Gênova, Nápolis e Palermo, na Itália, e visitas à La Goulette, na Tunísia, à Barcelona, na Espanha, e à Marselha, na França.

Durante a programação, Murillo participou do painel "Perspectivas para um novo marco legal e regulatório no sistema portuário brasileiro", no qual lideranças do setor debateram os pontos que merecem atenção no anteprojeto de lei. " Além das visitas a grandes portos europeus, também destaco o intenso networking promovido pela Missão", afirmou Murillo.

A diretora-executiva Gabriela Costa participou do curso Port Strategy, desenvolvido entre a ANTAq e a APEC que contou com aula online e uma semana na Antuérpia, Bégica. Foi uma oportunidade de compreender melhor o modelo portuário e representar os portos privados brasileiros. O curso tmbém contou com a participação dos associados: APM Terminals, Itapoá, Portonave e DPWorld.

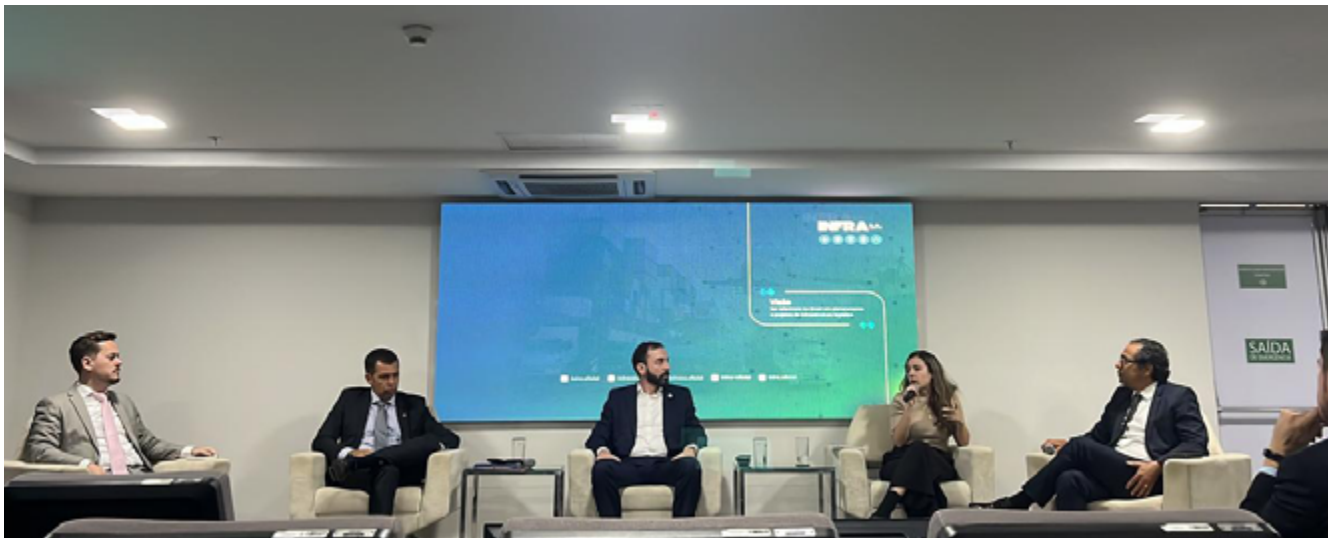
ATP em evento da ESALQ

No dia 26/03, a ATP participou do Seminário "Práticas de ESG e Logística Sustentável no Transporte de Cargas", realizado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP -ESALQ, em Piracicaba, São Paulo.

Bárbara Cavalcanti Rosa, coordenadora de Pesquisa e Desenvolvimento da ATP, participou do Painel 3 - Iniciativas Ambientais: Infraestrutura, Meio Ambiente e Futuro Sustentável, junto com Fabiana Gomes, Diretora de Sustentabilidade da Hidrovias do Brasil, e Stefani Age, gerente de Meio Ambiente e Gestão Fundiária da Rumo.

Bárbara fez uma apresentação sobre a ATP, falou dos desafios de atrair o setor portuário para a sustentabilidade, comentou sobre as ações do Comitê de Sustentabilidade e da elaboração do Guia de Boas Práticas de Sustentabilidade Portuária. "Foi muito bom falar para um público de estudantes interessados em conhecer mais sobre o setor", disse Bárbara.

ATP em painel sobre Multimodalidade



No dia 04/06, a ATP participou do evento Infra Sustentável: conectando caminhos para o futuro, realizado pela Infra S/A. Um encontro com diversos protagonistas da infraestrutura de transporte para discutir e compartilhar ideias sobre um futuro mais sustentável e eficiente para o nosso país.

Bárbara Cavalcanti Rosa, coordenadora de Pesquisa e Desenvolvimento, participou do painel "Multimodalidade: o caminho para uma matriz de transportes sustentável", com Davi Barreto da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF, Guilherme Bianco, da Melhores Rodovias do Brasil - ABCR e Tiago Raposeiras Bonvini, da ABR - Aeroportos do Brasil, com a moderação de Dimmi Amora, da Agência Infra.

Bárbara falou do contexto da sustentabilidade aliada à inovação e da atuação do Comitê de Sustentabilidade de ATP. Também destacou a importância do setor portuário como elo dos transportes na cadeia da multimodalidade.

Falamos de Sustentabilidade no evento "Rio Limpo, Amazônia Viva"

A ATP participou do evento "Rio Limpo, Amazônia Viva", realizado pela ANTAq - Agência Nacional de Transportes Aquaviários em Parintins (AM), dia 06 de junho.

Murillo Barbosa participou do painel sobre Sustentabilidade Social. Ele falou da elaboração do Guia de Boas Práticas em Sustentabilidade, lançado em 2023, e das ações do Comitê de Sustentabilidade da Associação. Murillo também destacou as boas práticas de impacto social nos portos privados associados, dando exemplos de projetos das associadas Porto Sudeste, Porto Itapoá, Portonave, Hidrovias do Brasil e TGPM - Terminal de Grãos Ponta da Montanha S/A.

Inovação no Hub Maritime & Port

Dia 16 de julho, em São Paulo, a ATP - Associação de Terminais Portuários Privados prestigiou o Hub Maritime & Port, iniciativa do Cubo Itaú em parceria com o Porto do Açu, Hidrovias do Brasil e Wilson Sons que visa transformar o setor marítimo e portuário por meio da inovação.

O Hub celebrou 2 anos com a assinatura da segunda parceria internacional, desta vez com o PIN - Port Innovators Network. O evento teve apresentação dos anfitriões, de cases de inovação do setor e de startups do Hub e contou com a participação do Ministério de Portos e Aeroportos, com a fala da secretária executiva adjunta Gabriela Costa.

ATP no 3º Seminário Nacional e 1º Internacional dos Portos Brasileiros

Dia 30 de agosto, a ATP participou do 3º Seminário Nacional e 1º Internacional dos Portos Brasileiros, em Curitiba (PR), organizado pela Portos do Paraná e Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias - ABEPH em parceria com a Academia Brasileira de Formação e Pesquisa - ABFP.

O evento abordou temas sobre a adoção de novas tecnologias, melhores práticas de gestão e estratégias de sustentabilidade para aprimorar a eficiência e competitividade dos portos brasileiros.

Murillo Barbosa participou do painel "Setor Portuário, Logística e Infraestrutura", destacando as dificuldades dos TUP para obterem a autorização de funcionamento, como os licenciamentos ambiental e patrimonial.

No XI Cidesport, falamos sobre as demandas no Setor Portuário

No dia 20 de novembro, em Florianópolis – SC, a ATP participou do XI CIDESPORT - Congresso Internacional de Desempenho Portuário, evento realizado pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

Murillo Barbosa, diretor-presidente da Associação, participou do debate sobre "As demandas do Setor Portuário", com a participação de Paulo Freire, gerente de operações do Terminal de Ponta da Madeira, da Associada Vale.

ATP em evento sobre "Modernização dos Portos"

Dia 02/12, a ATP participou do seminário "Modernização dos Portos", que aconteceu na Câmara Municipal de Santos (SP). O encontro promoveu debates referentes à Lei dos Portos e quais pontos do novo marco legal portuário precisam ser aperfeiçoados em prol da efetividade das operações portuárias no Brasil.

Murillo Barbosa, diretor-presidente, participou do painel "Segurança Jurídica como atrativo para alavancar investimentos no setor", com o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini.

O anteprojeto do novo marco legal para o sistema portuário brasileiro foi um dos assuntos do painel. Durante o seminário também foram discutidos os ganhos em eficiência para o setor portuário com novos regramentos na legislação, visando a eficiência das operações.

7.5 Eventos da ATP

Transição energética no transporte marítimo foi o tema do 11º Encontro ATP

O futuro dos portos é verde e exigirá um esforço conjunto do Poder Público e da iniciativa privada para a efetiva descarbonização do setor portuário. Essa foi a mensagem central transmitida durante o 11º Encontro ATP, realizado dia 24 de outubro, em Brasília.

O evento, cujo tema foi "Transição energética no transporte marítimo – ameaças e oportunidades para os terminais portuários brasileiros", reuniu, ainda, especialistas e representantes de empresas do Brasil e do exterior para discutir o que tem sido feito até agora e as perspectivas para o alcance do chamado net zero de emissões líquidas de gases de efeito estufa (GEE) até 2050, meta definida pela Organização Marítima Internacional (IMO). "Os próximos três anos serão decisivos no que se refere a redução de emissão e gases de efeito estufa no transporte marítimo mundial. Importante salientar que já a partir de 2027 entra em vigor uma penalidade sobre as emissões de GEE na navegação, para promover a migração dos combustíveis fósseis para as alternativas energéticas rumo ao net zero.", disse Murillo Barbosa.

A Ministra de Portos e Aeroportos, em exercício na data, Mariana Pescatori, falou sobre a Política de Sustentabilidade. O MPor, contudo, pretende firmar o que ela chamou de "pacto de sustentabilidade" com o setor privado, em que cada player trará as suas metas e suas expectativas em relação à descarbonização. "Temos um desafio muito grande pela frente. Com certeza, a gente vai ter que investir muito no país, não só investimento público como privado, para fazer com que as nossas instituições se adaptem", disse Pescatori.

Já o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAq), Eduardo Nery, destacou que a agência possui uma agenda ambiental em andamento, com trabalhos em três frentes prioritárias: um estudo para diagnóstico da transição energética, que inclui análise de como os portos brasileiros estão se preparando para receber embarcações com combustíveis menos poluentes; outro estudo sobre a relação porto-cidade, como essa relação está sendo planejada em termos de resiliência climática e medidas de adaptação; e um terceiro, sobre inventário de emissões de carbono, com metas de descarbonização a serem medidas.

Painel debate Experiências e inovações

No painel sobre as ameaças e oportunidades da transição energética, Miguel Garín, diretor de Desenvolvimento Internacional da Fundação Valenciaport, afirmou que o mercado vai exigir cada vez mais logística menos contaminante e que o porto espanhol vem atuando nesse sentido. "No porto de Valência, nós temos um plano para que ele seja net zero em emissões em 2030. E como estamos trabalhando? Com dados. A descarbonização é um exercício matemático. Temos um grande impacto do bunker, responsável por 50% das emissões do porto. Isso já nos dá um caminho para trabalhar", disse Garín, destacando, por exemplo, que o porto está apostando muito forte no hidrogênio verde.

Danilo Veras, head de Relações Públicas da Maersk, compartilhou que o metanol tem sido a grande aposta da empresa, que estabeleceu para si própria a meta de zerar as emissões em 2040. "Esse combustível sintético é a aposta da Maersk. Mas a gente acha que essa transição deve obedecer a premissas, como ser justa, inclusiva etc. A gente tomou a decisão não só de desenvolver a tecnologia do metanol, em especial do maquinário, mas também abrir patente. E aí veio a reboque o mercado, fazendo os seus pedidos", disse Veras, ressaltando, porém, que a armadora acredita que há espaço para biocombustíveis e também para o GNL.

Atender às determinações internacionais, mas ter em mente a realidade brasileira. Esse foi o foco da avaliação da diretora da ANTAq Flávia Takafashi. "Falando de transição energética, a gente pode ter aplicações de penalidade, embora essa não seja a realidade que o Brasil tem defendido. A ideia é celebrar um pacto para que as empresas possam dizer 'olha, eu tenho essa meta para ser alcançada'. E, diante dessa meta, ter políticas de incentivo. Sabemos que a transição energética traz um custo muito grande", pontuou.

Já Filipe Santana, engenheiro naval e líder de Engenharia, Meio Ambiente e Transição Energética no Oil Companies International Marine Forum (OCIMF), abordou as medidas de segurança necessárias para a adoção e manuseio de combustíveis menos poluentes tanto pelos terminais portuários como pelas empresas de navegação. Ele também chamou a atenção para as medidas de transição energética que já estão em curso. "A IMO já tem regulamentações em vigor, hoje, que para os navios cumprirem estão reduzindo a potência disponível a bordo. Isso pode afetar a manobrabilidade dos navios nos terminais", disse Santana.

Cristiane de Marsillac, CEO da MarSalgado Brasil, moderou o debate e também apresentou suas considerações sobre o cenário da transição energética no setor portuário, entre elas a de que a alternativa verde precisa ser competitiva, caso contrário o usuário não vai escolhê-la. Além disso, o país precisa se adiantar para que não venha eventualmente a ser prejudicado comercialmente por determinações de organismos internacionais, como as da IMO, que serão obrigatórias. "O Brasil tem grande produção de energia limpa, mas a gente tem que se organizar cedo, para que depois a gente não tenha que seguir padrões que fogem da nossa realidade aqui", afirmou.

Patrocinadores

O Encontro ATP teve o patrocínio das empresas: Porto Itapoá, Vale, Sistema Transporte (CNT/SEST SENAT/ITL), Portocel, Imetame Logística Porto, Acciona, Boskalis, Deme, DPWorld, Ternium, Porto do Aço, Porto Chibatão, Hidrovias do Brasil, Amaggi, Piatec, Alemoa e Transpetro.

Prêmio ATP 2024: conheça os vencedores

1º Lugar na categoria Impacto Social Portuário - Edge

VLI ganhou 2 prêmios, 2º lugar da categoria de Impacto Social e o 1º lugar em Inovação Tecnológica Portuária

Projetos de terminais das empresas VLI e Edge, foram os vencedores da segunda edição do Prêmio ATP, da Associação de Terminais Portuários Privados, cuja premiação aconteceu dia 24 de outubro, no 11º Encontro ATP, no Clube Naval de Brasília. A empresa de logística conquistou o primeiro lugar da categoria "Inovação tecnológica portuária", enquanto a empresa que opera FSRU (Unidade de Armazenamento e Regaseificação Flutuante) foi a primeira colocada em "Impacto social portuário". Completaram os dois pódios o Complexo de Pecém e a DPWorld, que conquistaram o segundo e o terceiro lugares, respectivamente, na categoria inovação; e a VLI e o Porto do Açu, que ficaram na segunda e terceira posições, respectivamente, na categoria impacto social.

Criado em 2023, o Prêmio ATP é o único que premia exclusivamente terminais de uso privado, FSRU, ETC (estações de transbordo de carga) e IPTur (Instalações Portuárias de Turismo). O Prêmio recebeu a inscrição, no total, de 33 trabalhos, sendo 20 de impacto social e 13 de inovação. Participaram da banca avaliadora profissionais renomados de cada categoria, nas áreas acadêmicas e de órgãos reguladores do setor. A ATP não teve participação no julgamento dos trabalhos.

O primeiro lugar da categoria inovação foi para a solução tecnológica desenvolvida pela VLI para otimizar os planos de embarque e desembarque de navios graneleiros para as operações portuárias. O objetivo foi criar um software de planejamento e simulação desses planos, de tal forma que eles fossem customizados e otimizados para maximizar a segurança, a eficiência operacional e a estabilidade e esforços estruturais dos navios. "O prêmio é o reconhecimento do nosso trabalho em equipe em acreditar que a gente não muda nada. A gente investe em pessoas e elas, sim, mudam. O core da VLI é a gente investir em pessoas e elas terem ideias que vão mudar tanto no quesito inovação quanto sustentabilidade", disse Mariana Frias, especialista marítimo portuária da VLI, logo após receber o prêmio.

Já a Edge venceu a categoria impacto social com o projeto "Protagonismo Comunitário na Vila dos Pescadores", implementado na Vila dos Pescadores em Cubatão, São Paulo. A área, conhecida pelo seu histórico de degradação ambiental e falta de infraestrutura básica, abriga famílias de baixa escolaridade e renda limitada, em sua maioria chefiada por mulheres. Por meio de diversas ações de empoderamento social e conscientização de cidadania, a Edge conduziu a população ao desenvolvimento de ideias, com intervenções nos espaços comunitários voltadas ao bem-estar dos moradores. No total, 1.820 pessoas foram impactadas pelas ações do projeto. "É o primeiro ano da Edge na ATP. Então, é uma honra receber esse prêmio. O impacto social é muito relevante para nós. Desde o início do terminal, que começou a operar este ano, nós estivemos em contato com essa comunidade e descobrimos essas mulheres incríveis lá, o que nos deu essa possibilidade de implementar o projeto. É uma parceria que já dura dois anos. Desde o início, nós tivemos esse olhar para a comunidade e a trouxemos para junto do projeto. Entender como eles vivem e convivem conosco lá no Porto de Santos foi fenomenal para dar certo", disse Patricia Crevilaro, gerente executiva institucional da Edge, após a premiação.

Os outros vencedores

Pecém 2º lugar em Inovação Tecnológica Portuária

DPWorld 3º lugar em Inovação Tecnológica Portuária

Porto do Açu - 3º lugar em Impacto Social Portuário

O segundo lugar da categoria inovação foi conquistado pelo Complexo de Pecém por uma iniciativa pioneira na hidrografia. Pela primeira vez no Brasil, uma embarcação autônoma (Unmanned Service Vessels - USV) foi empregada, obtendo homologação do Centro de Hidrografia da Marinha para atualização cartográfica. Essa atualização é fundamental para garantir a segurança da navegação, fornecendo informações precisas sobre o fundo do mar, obstáculos submersos e mudanças nas condições marítimas, como bancos de areia e erosão costeira. O levantamento foi realizado na costa cearense pela embarcação Guará, um Drix USV da Exail, entre abril e maio de 2023 e em janeiro de 2024, incluindo as fases de mobilização e desmobilização de equipamentos.

Já o terceiro lugar foi para um projeto da DPWorld que propôs a eletrificação dos RTGs (Rubber-Tired Gantries) de um terminal portuário. Responsáveis pelas movimentações de contêineres dentro das quadras do pátio, esses equipamentos geralmente são movidos a diesel, liberando grandes quantidades de dióxido de carbono (CO2) na atmosfera. A eletrificação consiste, portanto, em uma estratégia sustentável de descarbonização, combate às mudanças climáticas e redução das emissões dos gases de efeito estufa (GEE). Os resultados do projeto mostraram uma redução de aproximadamente 55% nas emissões de carbono do termina portuário.

Na categoria impacto social, o vice-campeão foi o projeto "Nossa Isca", da VLI, que teve por objetivo modificar a realidade econômica e social dos pescadores artesanais do estuário da Baía de Santos por meio da implantação de tanques recirculantes e de aquaponia. A aquaponia consiste em um sistema de cultivo que conjuga a aquacultura (criação de organismos aquáticos, como peixes, camarões e outros) e a hidroponia (produção de plantas com raízes submersas na água) em um ambiente favorável para ambos. Além de treinamento aos pescadores, foram implantadas seis unidades modulares de iscas vivas e seis unidades modulares de aquaponia nos locais indicados pelas lideranças das colônias de pesca. Essa transferência de tecnologia para a comunidade, propiciada pelo projeto, permitirá melhoria na manutenção dos camarões em cativeiro e, paralelamente, a produção de hortaliças para o núcleo familiar do pescador artesanal, tanto para consumo próprio como para venda.

O bronze da categoria impacto social ficou com o projeto voluntário de conservação do ecossistema de restinga do Norte do Estado do Rio de Janeiro, mantido pelo Porto do Açu. A área da Reserva Caruara, como é chamada, já foram plantadas mais de 1,4 milhão de mudas e desenvolvidas, através de parcerias estratégicas, 54 pesquisas científicas. A iniciativa fomentada pelo Complexo Portuário visa proteger, restaurar e promover a biodiversidade do maior fragmento remanescente de restinga em área privada do Brasil.

CATEGORIA:
IMPACTO SOCIAL PORTUÁRIO

1° Protagonismo Comunitário na Vila dos Pescadores - Edge

2° Projeto Nossa Isca - VLI

3° Reserva: Biodiversidade para Todos - Porto do Açu

PRÊMIO ATP ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS

CATEGORIA:
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PORTUÁRIA

1° Otimização de planos de carga de navios para embarque e desembarque de granel sólido - VLI

2° Pioneirismo na Hidrografia - Complexo do Pecém

3° Eletrificação dos RTGs - DPWorld

MPor e ATP assinam Termo de Cooperação Técnica para ações de sustentabilidade no setor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) assinaram, dia 24 de outubro, durante o 11º Encontro ATP, um Acordo de Cooperação Técnica para a realização de ações conjuntas em prol do desenvolvimento da sustentabilidade e da inovação no setor portuário.

Pelo acordo, a Associação e o Ministério terão o compromisso de, entre outras ações, colaborar na elaboração de estudos e relatórios técnicos sobre melhores práticas e inovações sustentáveis, compartilhar dados e informações relevantes para a construção da Política de Sustentabilidade, participar de reuniões técnicas e workshops destinados ao desenvolvimento da sustentabilidade e da inovação no setor. O prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica será de dois anos, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado pelo mesmo período com o uso de um termo aditivo.

ATP sedia as últimas reuniões do ano da RCD e AGE

Dia 11/12, a ATP recebeu, em Brasília, parte dos seus conselheiros e representantes para a última reunião do ano do Conselho Diretor e da Assembleia Geral.

Além das pautas deliberativas, foram apresentados os resultados da Associação em 2024 e o Plano de Ação para 2025. Também aconteceu uma homenagem a Cássio Schreiner, que se despediu do Conselho Diretor nesse encontro, sendo grande colaborador desde 2017.

Após a reunião híbrida, aconteceu um almoço de confraternização. "Agradeço a todos os nossos associados que nos permitiram realizar várias ações esse ano e que reconhecem todo o trabalho feito por nossa equipe", disse Murillo Barbosa, diretor-presidente.

Associe-se

Há 11 anos, a **Associação de Terminais Portuários Privados (ATP)** representa os interesses e atua em defesa do segmento portuário privado e na modernização dos portos brasileiros. Atualmente, representa **35 empresas** de grande porte e congrega **68 Terminais de Uso Privado (TUP)** do País. Juntos, são responsáveis por quase **60% da movimentação portuária nacional.** São empresas que atuam em áreas fundamentais da economia brasileira, como os setores de **MINERAÇÃO, SIDERURGIA, PETRÓLEO E GÁS, AGRONEGÓCIO, CONTÊINERES E COMPLEXOS LOGÍSTICOS.**

A ATP tem como foco um trabalho de articulação constante com o governo, entidades públicas e privadas para garantir segurança jurídica e um ambiente de negócios favorável ao investimento. Promove a participação ativa do empresariado nas discussões técnicas e jurídicas com o objetivo de contribuir para o crescimento dos Terminais de Uso Privado no Brasil.

Para tanto, atua em mais de 25 frentes de trabalho, possui **CINCO COMITÊS TEMÁTICOS**, cinco grupos de trabalho, elabora projetos e estudos de fomento aos investimentos públicos e privados voltados ao aprimoramento e a modernização da **INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA BRASILEIRA.**

Fóruns Temáticos

- Comitê Jurídico (CoJur)
- Comitê de Segurança
- Comitê de Sustentabilidade (Sustentar)
- Comitê de Comunicação
- Comitê de Infraestrutura
- CENTRAR (Norte, Nordeste, SP, RJ e ES)
- GTs (Contêiner, Dragagem, Praticagem, CEPORTOS e Barra Norte)

Por que se associar?

- Presta apoio técnico e jurídico qualificado aos seus associados;
- A ATP não só representa, como defende os interesses dos terminais portuários de uso privado no Brasil por meio de um corpo técnico qualificado;
- A ATP se posiciona como ENTIDADE DE REFERÊNCIA do setor portuário privado brasileiro;
- Possui um banco de dados exclusivo do setor portuário, o DATaPort, com informações sobre investimentos, projetos, áreas e regiões dos terminais;
- Disponibiliza um BANCO DE LEGISLAÇÕES, no site ou app, que reúne informações legislativas dos terminais de uso privado e dos portos públicos;
- Realiza anualmente o ENCONTRO ATP, um dos maiores eventos do setor de infraestrutura PORTUÁRIA.

Contate-nos

TELEFONE

(61)3032-1931 ou (61)3201-0880

E-MAIL

administracao@portosprivados.org.br

ATP
Associação de Terminais Portuários Privados

ATP - Associação de Terminais Portuários Privados

@atpportosprivados

@atpassociacao

@ATPAssociacaoTUPs

ATP Associação de Terminais Portuários Privados

SAUS Quadra 1 - Bloco J - Torre B - Sala 701 - Ed. CNT
CEP: 70.070-944 - Brasília/DF

portosprivados.org.br
atp@portosprivados.org.br
TELS: (61) 3032-1931 / 3201-0880